UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

JACQUELINE DE SOUZA SIMÕES

VOZES DOCENTES
O ESTATUTO DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL DE DIADEMA (SP) E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

SÃO PAULO
2014

JACQUELINE DE SOUZA SIMÕES

VOZES DOCENTES

O ESTATUTO DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL DE DIADEMA (SP) E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da
Universidade de São Paulo para obtenção do título
de mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Sociologia da Educação

Orientador: Elie George Guimarães Ghanem Júnior -
Departamento de Filosofia da Educação e Ciências
da Educação

São Paulo

2014

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

379(81.61) Simões, Jacqueline de Souza

S593v Vozes docentes : o estatuto do magistério municipal de Diadema (SP) e a qualidade da educação / Jacqueline de Souza Simões ; orientação Elie George Guimarães Ghanem Júnior. São Paulo : s.n., 2014.

134 p. : il., tabs.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração : Sociologia da educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo)

1. Qualidade da educação – Diadema, SP 2. Magistério 3. Plano de carreira 4. Ensino público 5. Política educacional I. Ghanem Júnior, Elie George Guimarães, orient.

Nome: Jacqueline de Souza Simões

Título: Vozes docentes: o Estatuto do Magistério municipal de Diadema (SP) e a qualidade da educação.

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre em Educação.

Aprovada em: ____/____/____

Banca examinadora:

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Às professoras e aos professores das
escolas públicas de Diadema.

Agradecimentos

Às professoras e aos professores que concederam as entrevistas.

Ao professor Elie Ghanem por aceitar as alterações nos rumos desta pesquisa e com quem, nos últimos oito anos, aprendi tanto sobre a vida e sobre a ciência.

Às professoras Maria Isabel Almeida e Eliza Mattosinho pelas contribuições na qualificação. Não esquecerei as pedras.

À Jandyrá Uehara e Denise Santos pela oportunidade de olhar a educação de Diadema pela perspectiva sindical e por terem ajudado a germinar a semente desta pesquisa. À querida professora Manoracy Vitar Medeiros, cuja voz me guiou tantas vezes nesses anos de magistério em Diadema. À Fonlana Cheung, Luis Paiva, Mara Neide Ferreira Linhares da Hora, Edilei Ruth Teixeira de Oliveira e Floripes Aguiar Kikuti com quem partilhei tantas vezes as angústias e alegrias de ser professora e sindicalista em Diadema.

Às professoras, pessoal administrativo e operacional da EMEB Zilda Gomes dos Reis Almeida (Cinthia, Marcia, Vanessa, Cris, Elcina, Talita, Stella, Letícia, Beth, Carol, Luiz, Graça) pelo acolhimento em 2010. Às professoras, pessoal administrativo e operacional da EMEB Sagrado Coração de Jesus que, principalmente nos momentos de maior divergência, ajudaram a fortalecer as minhas concepções sobre a escola pública. Às professoras Sônia Franco e Tina Candelária, pelo modelo de gestão que colocou a escola de novo no caminho certo. Às professoras, pessoal administrativo e operacional da EMEB Letícia Beatriz Pessa, sobretudo Eliana, Rosana, Patricia, Mônica, Silvana Souza, Jacqueline Oliveira e Eizeth Reis, por me renovar as esperanças. Minhas esperanças também foram renovadas na EMEB Dr. Humberto Marouelli Mendonça aonde todo o pessoal (docente, administrativo, operacional e conselho escolar) trabalha em favor da aprendizagem e da alegria das crianças. À Rose Ribas, Juliana Clayr, Norelei Rodrigues, Sandra Oliveira, Carla Santos, Jucilene Conceição, “dona” Cléo e Edna Costa pelo apoio precioso em 2011 e 2012. À Vania Cristina Vieira, Alfredina Nery e Eliza Montrezol por todo o conhecimento partilhado na formação continuada em Diadema. Às conselheiras do Conselho de Alimentação Escolar de Diadema.

Aos amigos e às amigas do Sindema (Neno, Rosa, Gonzaga, Dedé, Gessi, Shedd, Ana, Cris, Renilva, Nádia, Kelli, Dito, Epaminondas, Cida, João, Dominginhos, dona Neide e Rosânea) e também à ex-vereadora Irene Santos, ao Lício Lobo, ao Mauro Pedroso e ao ex-secretário de esportes, Rubens Martins, por todas as oportunidades de aprender sobre política,

compromisso, amizade e trabalho.

À professora Monica Apinnaza pelo apoio e compreensão num momento difícil. À Aline Abbonizio, Diana Pelegrini e professora Marta Amaral pelo companheirismo e por toda a delicadeza nos tortuosos caminhos desta pesquisa. À Patricia Pereira de Assis, Sandra Lima, Marilda da Silva, Vania Daré, Alessandra Januário, Roberta Oliveira, Joseane Tavares, Denise Tadei Klein, William Dreher, Paulo Genovese e Aldo Renzo de Lorenzo (*in memoriam*) com quem partilhei e vivi intensamente o curso de pedagogia na Feusp. A amizade e as conversas fortaleceram a minha decisão de seguir adiante na defesa da escola pública. À Yara Sant'Ana e Eduardo “Tainha” (*in memoriam*), pelos primeiros passos na *Pedagogia do Oprimido* de Paulo Freire. À equipe de educadoras e educadores da CoC Pedagogia e da CoC Licenciatura da Feusp, com quem tive a oportunidade preciosa de aprender mais sobre formação inicial docente e sobre o funcionamento da faculdade.

A minha avó, Inácia Simões, que, mesmo ausente há tantos anos, me guia nos caminhos da vida. Para Pedro que motivou meu ingresso no curso de pedagogia, mudando a minha história. E a quem a morte, injustamente tão cedo, tirou as chances de continuar aprendendo. À Maria Lucia de Souza, que enfrentou tantas dificuldades e ainda assim teve a generosidade de sempre me acolher em seus braços e ouvidos de mãe. Ao Akira Matsui, companheiro de final de pesquisa, com quem a cada encontro aprendo algo novo.

Às minhas queridas e corajosas irmãs, Jaciara de Souza Simões e Janaina de Souza Simões, com quem cresci aprendendo a viver, a ajudar gente e a salvar beija-flores.

À Tatiana Carvalho, por todo amor, pela infinita paciência e pela chance de ver que quase tudo é possível. Por ser sempre minha querida amora.

Às crianças, jovens e adultos de quem fui e sou professora. Cada aprendizagem, cada aula, cada pessoa e todo o afeto me fizeram uma pessoa e uma professora melhor.

Aos funcionários da biblioteca da Faculdade de Educação, pelas orientações quanto às normas de apresentação desta tese e pela elaboração da ficha catalográfica. Aos funcionários da Secretaria de Pós-graduação da Feusp, pela gentileza e eficiência.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior, Capes, por ter financiado a maior parte desta pesquisa.

RESUMO

SIMÕES, Jacqueline de Souza. **Vozes docentes:** o Estatuto do Magistério municipal de Diadema (SP) e a qualidade da educação. São Paulo, 2014. 134 fls. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

Esta pesquisa investiga se há correspondência entre a opinião do magistério, do sindicato e da Secretaria de Educação em relação ao seu plano de carreira e à qualidade da educação. O questionamento sobre o silêncio docente em torno de problemas educacionais e uma ampliação da noção de qualidade da educação para o documento que regula a profissão docente basearam o seguinte problema de pesquisa: qual é a correspondência entre a opinião docente e o discurso institucional sobre a relação entre estatuto do magistério e qualidade da educação? A principal hipótese examinada foi a de que não há correspondência entre a opinião do magistério e o discurso institucional sobre aspectos profissionais e a qualidade da educação quando docentes não dominam o discurso e as práticas políticas dos atores que influenciam ou definem as políticas educacionais formuladas para alcançar determinado patamar de qualidade da educação, como é o caso do estatuto do magistério. Para responder ao problema, foram realizados dois procedimentos de coleta de dados: entrevistas com professoras/es e análise documental de fóruns virtuais, dos jornais e boletins produzidos pelo Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema (Sindema) e das circulares produzidas pela Secretaria de Educação de Diadema. Os resultados da pesquisa mostram que a hipótese não se confirma em sua totalidade, pois há correspondência entre vozes docentes e discurso institucional quando associam qualidade da educação a alguns aspectos do Estatuto do Magistério, sobretudo a remuneração e a evolução funcional. No entanto, não há correspondência entre percepções gerais sobre qualidade da educação entre os atores.

Palavras-chave: vozes docentes, Estatuto do Magistério, plano de carreira, qualidade da educação, Diadema.

ABSTRACT

SIMÕES, Jacqueline de Souza. **Teachers' voices:** Statute of Diadema (SP)'s Municipal Teaching and the quality of education. São Paulo, 2014. 134 fls. Tesis (Master) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

This research investigates possible correspondences between the opinion of teachers, the teachers union, and the Department of Education concerning both teacher career pathway and quality of education. The questioning of teacher silence around educational issues and an extension of the concept of quality of education for the document that regulates the teaching profession are based the following research problem: what is the correspondence between teacher's beliefs and the institutional discourse on the relationship between teaching status and quality of education? The main hypothesis examined was that there is no correspondence between the views of the teaching staff and the institutional discourse of technical aspects and the quality of education when teachers do not dominate the discourse and practices of political actors that influence or define the educational policies formulated to achieve certain level of quality of education, such as the status of the teaching profession. To address the problem, we conducted data collection using two procedures: interviews with teachers and document analysis of virtual newspapers and newsletters produced by the Union of Public Servants of Diadema (Sindema) forums and circulars produced by the Department of Education. The survey results show that the hypothesis was not entirely confirmed, once there is correspondence between teachers' voices and institutional discourse when they associate quality education to some aspects of the Statute of Teaching, especially the salary and the functional evolution. However, we did not find any correspondence between general perceptions concerning quality of education between the actors.

Keywords: teachers' voices, Statute of Teaching, career plan, quality of education, Diadema.

SIGLAS

Anped	Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação
Apae	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais
ATP	Assistente Técnico Pedagógico
Cais	Centro de Atenção à Inclusão Social
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Cebrid	Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas
Cepal	Comissão Econômica para a América Latina
CF	Constituição Federal
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
Consed	Conselho Nacional de Secretários de Educação
CRJ	Centro de Referência da Juventude
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EJA	Educação de Jovens e Adultos
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
Gestrado	Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente
HTPC	Horários de Trabalho Pedagógico Coletivos
IBSA	Instituto Brasileiro de Sociologia Aplicada
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
Ipred	Instituto de Previdência de Diadema
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MEC	Ministério da Educação
Mova	Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONG	Organização Não Governamental
PAP	Plano de Ações Pedagógicas
Pasep	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDI	Professor de Desenvolvimento Infantil
PIB	Produto Interno Bruto
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Alunos
PMD	Prefeitura Municipal de Diadema

PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPP	Projeto Político Pedagógico
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido da República
PRB	Partido Republicano Brasileiro
Proinfo	Programa Nacional de Tecnologia Educacional
Projovem	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PV	Partido Verde
Saeb	Sistema de Avaliação da Educação Básica
Saresp	Sistema de Avaliação de Rendimento do Estado de São Paulo
Sindema	Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
Undime	União dos Dirigentes Municipais de Educação
Unesco	Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura
Unicef	Fundo das Nações Unidas para a Infância
Unifesp	Universidade Federal de São Paulo
USP	Universidade de São Paulo

QUADROS

Quadro 1 -	Comparação entre as Resoluções nº 3/1997 e nº 2/2009 do CNE.....	37
Quadro 2 -	Escolas públicas no município de Diadema por dependência administrativa, nível e modalidade de ensino	52
Quadro 3 -	Identificação das pessoas entrevistadas.....	58
Quadro 4 -	Edições de jornais e boletins produzidos pelo Sindema em 2010 e em 2011.....	74
Quadro 5 -	Tratamento de gênero sobre o pessoal do quadro do magistério nos jornais e boletins produzidos pelo Sindema em 2010 e em 2011.....	74
Quadro 6 -	Edições do <i>Jornal do Sindicato</i> que tratam do tema “Estatuto do Magistério” em 2010	77
Quadro 7 -	Boletins do Sindema que tratam do tema “Estatuto do Magistério” em 2011.....	79
Quadro 8 -	Resultado da primeira seleção de circulares emitidas pela Secretaria municipal de Educação de Diadema em 2010 e em 2011.....	88
Quadro 9 -	Ocorrências das equipes “docente” e “gestora” como destinatárias dos documentos emitidos pela Secretaria municipal de Educação de Diadema em 2010 e em 2011.....	91
Quadro 10 -	Tratamento de gênero das pessoas destinatárias das circulares emitidas pela Secretaria municipal de Educação de Diadema em 2010 e em 2011.....	92
Quadro 11 -	Circulares tendo como destinatárias, conjuntamente, as equipes gestora e docente, emitidas pela Secretaria municipal de Educação de Diadema em 2010 e em 2011	93
Quadro 12 -	Ações de formação continuada da Secretaria municipal de Educação descritas nas circulares emitidas em 2010	94
Quadro 13 -	Ações de formação continuada da Secretaria municipal de Educação descritas nas circulares emitidas em 2011	95
Quadro 14 -	Categorização das circulares selecionadas em 2010 e 2011	97
Quadro 15 -	Consideração da voz docente nas circulares emitidas pela Secretaria municipal de Educação em 2010 e 2011	98
Quadro 16 -	A expressão “qualidade da educação” nas circulares emitidas pela Secretaria municipal de Educação em 2010 e 2011	99
Quadro 17 -	O tema “Estatuto do Magistério” nas circulares emitidas pela Secretaria municipal de Educação em 2010 e 2011	102

SUMÁRIO

Introdução.....	14
Capítulo 1	
1. Qualidade da educação: abordagens predominantes	19
1. 1 Qualidade da educação: abordagem do estatuto do magistério	28
1. 2 A reformulação do Estatuto do Magistério de Diadema	35
Capítulo 2	
2. Vozes têm dono e história: instituição e sujeito.....	41
2. 1 Vozes docentes silenciadas	46
2. 2 O cenário da educação pública em Diadema	51
Capítulo 3	
3. O que dizem os atores sobre o Estatuto do Magistério e a qualidade da educação ...	55
3. 1 Vozes docentes	56
3. 1. 1 As entrevistas	57
3. 1. 2 Os fóruns virtuais do Sindema e da Secretaria de Educação	68
3. 2 A abordagem do Sindema	73
3. 3 A abordagem da Secretaria de Educação	83
Capítulo 4	
4. Correspondência entre vozes docentes, abordagens institucionais sobre Estatuto do Magistério e qualidade da educação	105
Conclusão.....	108
Referências.....	111
Anexos	119

Introdução

Tudo é vivo e tudo fala ao nosso redor, embora com vida e voz que não são humanas, mas que podemos aprender a escutar, porque muitas vezes essa linguagem secreta ajuda a esclarecer o nosso próprio mistério.

Cecília Meireles

O título desta dissertação pode fazer supor que a pesquisa tenha sido realizada na interface entre as áreas da educação e da fonoaudiologia. De fato, uma busca com a chave “voz” no banco de dados Scielo, devolve 360 referências¹, dentre as quais, 12% (44 artigos) têm a voz de professoras e professores como objeto de estudos fonoaudiológicos. São trabalhos que abordam a voz docente nos seus aspectos de saúde ou de doença, ou seja, as funções e disfunções da voz em virtude do exercício profissional.

No entanto, a pesquisa *Vozes docentes: o Estatuto do Magistério de Diadema (SP) e a qualidade da educação* refere-se à emissão da opinião das/os professoras/es da cidade de Diadema, SP, sobre um aspecto da sua ocupação, isto é, sobre o estatuto do magistério. O tratamento da voz docente nesta pesquisa se aproxima das palavras da poetisa (e também professora) Cecília Meireles: “tudo é vivo e tudo fala ao nosso redor”. Falar de formas diversas sobre as quais podemos discordar, “mas que podemos aprender a escutar”. E ouvir a expressão do outro - do outro que, neste trabalho, é a professora e o professor da educação básica - pode ajudar “a esclarecer o nosso próprio mistério”. O mistério sobre a distância entre a teoria e a prática, entre o texto político e as ações dentro da escola, a distância entre fazer *para* e fazer *junto*.

Esta pesquisa parte do pressuposto de que o estatuto do magistério é um elemento fundamental para obter qualidade na educação pública brasileira. Esta assertiva está baseada no entendimento de que o magistério é um dos principais agentes da educação escolar quando se

1

Disponível em: <http://www.scielo.org/php/index.php>. Acesso em: 8 fev. 2014.

considera a relação direta com estudantes e suas famílias. Além disso, professoras e professores são, na maior parte dos casos, os responsáveis pela implementação – mas não pela formulação – das políticas elaboradas com o objetivo de melhorar o desempenho estudantil. São os casos dos programas de alfabetização, de recuperação escolar e de mudanças curriculares. Os programas voltados para a aprendizagem de estudantes, a reforma e construção de prédios escolares, projetos de formação continuada de docentes, estatuto do magistério, entre outras ações governamentais, são entendidos neste trabalho como políticas educacionais. Desse modo, concordo com Ghanem (2007, p. 102), que define o termo *política* como sendo a “[...] a composição que articula um conjunto de diretrizes, um quadro técnico e administrativo e recursos orçamentários demandados pelos meios materiais e humanos necessários à sua realização”.

Para investigar a opinião do magistério sobre estatuto e qualidade da educação e para julgar a veracidade da hipótese que relaciona a falta de domínio docente sobre o discurso institucional como argumento favorável ao silêncio docente, foi formulado o problema que orientou esta pesquisa: qual é a correspondência entre a opinião docente e o discurso institucional sobre a relação entre estatuto do magistério e qualidade da educação? A principal hipótese examinada foi a de que não há correspondência entre a opinião do magistério e o discurso institucional sobre aspectos profissionais e a qualidade da educação quando docentes não dominam o discurso e as práticas políticas dos atores que influenciam ou definem as políticas educacionais formuladas para alcançar determinado patamar de qualidade da educação, tal como é o caso do estatuto do magistério.

O problema de pesquisa foi formulado a partir de uma angústia surgida durante minha formação inicial no curso de pedagogia e me acompanhou no trabalho como professora: no debate educacional, onde está a voz docente? Inquietava-me constatar que, nas discussões mais ardentes sobre educação não aparecia a opinião das/os professoras/es². A opinião das/os professoras/es da escola básica, aquelas/es profissionais que lecionam em turmas de crianças,

2 Ainda que estilisticamente haja controvérsias sobre as marcas escritas para diferenciação de gênero entre mulheres e homens, por razões políticas adotarei o uso da dupla terminação (a/o) quando me referir às/aos professoras e professores.

adolescentes e pessoas adultas (estas últimas afastadas há muito tempo da escola).

Para responder ao problema, apurando os objetos de estudo – opiniões docentes e opiniões institucionais sobre estatuto do magistério e a qualidade da educação –, a pesquisa foi realizada em Diadema, SP, por duas razões principais: a minha inserção profissional no município e a recente reformulação do plano de carreira do magistério local.

No início de 2010, ingressei por concurso público como professora de educação básica na rede escolar municipal de Diadema. A partir de então, iniciei um processo de busca de informação para compreender a história do município e, assim, qualificar minha atuação como professora. Este caminho me levou a muitos lugares, especialmente ao Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema (Sindema) e a um progressivo estreitamento das relações com a Secretaria municipal de Educação³.

Na primeira instituição, fui me inteirando das reivindicações das/os servidoras/es públicas/os de vários setores da prefeitura e das formas de organização para conquistá-las. Foi no Sindema também que tive acesso ao Estatuto do Magistério e ao processo de reformulação deste documento, iniciado em 2010. Na Secretaria de Educação, por meio de cursos de formação continuada e também por conta da minha atuação sindical, fui conhecendo as ações do governo para a educação no município.

A partir do segundo semestre de 2010, integrei a comissão de revisão do Estatuto do Magistério de Diadema. A comissão foi composta por representantes do magistério, do Sindema, da Secretaria de Educação e da Secretaria de Gestão de Pessoas, ambas municipais. No total, foram 25 representantes, entre titulares e suplentes. Para garantir e promover o direito de participação na discussão do documento, o Sindema e a Secretaria de Educação criaram alguns canais de comunicação: comissão de estudos (do sindicato e da secretaria), grupo de estudo (do sindicato), contratação do Instituto Brasileiro de Sociologia Aplicada (IBSA) para assessoria

³ A secretaria municipal de educação de Diadema, na equipe gestora que assumiu os trabalhos em 2013, passou a ser denominada como SEMED. Nesta pesquisa, utilizarei as denominações Secretaria municipal de Educação e Secretaria de Educação que foram as utilizadas no período de realização desta pesquisa.

técnica (iniciativa do governo municipal), plenárias, assembleias e outros encontros com a categoria docente, elaboração e execução de plataformas virtuais de discussão (portal da Secretaria municipal de Educação e *hotsite* do Sindema), esclarecimentos junto ao magistério e discussão nos Horários de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC) nas escolas.

Como uma das representantes do Sindema, colaborei para a sistematização dos encontros que debatiam o assunto. As plenárias, a criação de uma plataforma virtual, o jornal do sindicato e as reuniões semanais na instituição foram canais de discussão do Estatuto. O documento também se transformou em pauta de reivindicação na campanha salarial de 2011. Com a falta de proposta do governo para as reivindicações das/os servidoras/es, uma das estratégias da campanha foi uma greve de 23 dias (de 28 de abril a 20 de maio do mesmo ano). Para resolver o impasse entre trabalhadoras/es e governo, a Câmara de Vereadores foi uma das mediadoras entre as partes. A disputada contenda sobre a equiparação salarial entre professoras/es das modalidades de ensino praticadas na rede de escolar municipal foi um dos pontos da negociação durante a greve.

Estas experiências como integrante da comissão de revisão do Estatuto, participante do movimento grevista, como sindicalista (a partir de meados de 2011), as conversas com as/os servidoras/es públicas/os e as leituras de teses e dissertações sobre a cidade ajudaram a construir uma imagem de Diadema como um espaço no qual as pessoas participam da política local. Tive expectativas de que essa imagem se estendesse às/aos professoras/es que trabalhavam na cidade e, por isso, pareceu-me o cenário perfeito para investigar as vozes docentes.

Esta dissertação divide-se em quatro capítulos. No capítulo 1, são explicitadas as abordagens predominantes sobre qualidade da educação para justificar a ampliação da noção para os planos de carreira docente. Em seguida, situo a qualidade da educação na perspectiva do estatuto do magistério e a reconstrução do processo de revisão deste documento na rede de ensino municipal de Diadema.

No capítulo 2, introduzo a relação entre os conceitos de instituição e sujeito para explicar o pressuposto de que vozes falam a partir de lugares determinados e são por eles influenciadas. Neste mesmo capítulo, apresento uma justificativa a respeito da necessidade de realizar pesquisa

educacional baseada na opinião docente, quase sempre silenciada. Para situar o lugar de onde se expressam as vozes ouvidas por esta pesquisa, descrevo o cenário da educação pública em Diadema.

O terceiro capítulo é dedicado a explicitar as opiniões dos atores sobre a relação que estabelecem entre estatuto do magistério e qualidade da educação. Assim, são descritos os conteúdos das entrevistas realizadas com professoras e professores e também a análise dos fóruns virtuais frequentados pelo magistério de Diadema para debater a revisão do seu plano de carreira. As abordagens dadas sobre o tema pelo Sindema e pela Secretaria de Educação também são tratadas neste capítulo.

No capítulo quatro, sintetizo as opiniões expressadas pelos atores sobre o assunto estatuto do magistério e qualidade da educação e estabeleço a presença e a ausência de correspondências entre as opiniões.

Finalmente a conclusão responde ao problema formulado, confrontando os resultados obtidos com a hipótese inicialmente levantada.

Capítulo 1

1. Qualidade da educação: abordagens predominantes

A compreensão sobre qualidade da educação não é consensual entre os atores direta ou indiretamente implicados nas ações educativas. Uma das explicações para este dissenso são as distintas concepções de educação alimentadas, em parte, pelas atribuições dos papéis que os atores ocupam no cenário educacional. Isto significa que professoras/es, estudantes e suas famílias, gestores de escolas e de secretarias de educação, estudiosos da educação e de outras áreas do conhecimento, público leigo e a mídia produzirão e emitirão opiniões que poderão ser dissonantes em cada grupo. Ainda que a ideia de educação fique restrita às práticas escolares e, dentre estas, às realizadas na educação básica, a consonância das ideias ainda parece improvável. Isto ocorre porque, neste recorte da educação escolar, há diversos elementos que podem ou não favorecer a qualidade da educação (acesso e permanência dos estudantes, a aprendizagem, o ensino, recursos humanos e materiais, por exemplo).

Contudo, tem havido concordância de que é preciso atingir patamares mínimos de qualidade (GUSMÃO, 2010). Uma das providências apontadas para permitir o alcance deste objetivo é a medição da aprendizagem de estudantes, uma vez que aparece como um produto observável da educação escolar. Além disso, considerando não serem suficientes as práticas avaliatórias internas das escolas, promove-se o seu incremento ou substituição com instrumentos externos e homogêneos que permitam vislumbrar as regularidades e irregularidades da aprendizagem estudantil. A partir disso, um complexo sistema de avaliação nacional e internacional foi criado. Os instrumentos formulados pelo sistema de avaliação têm sido criticados, entre outros motivos, por terem criado uma cultura de treino para os testes (PIMENTA, 2012, p. 67). Assim, não permitem que se estabeleça relações entre o produto (nota) e o processo multifacetado que o produziu.

Um das faces deste processo é o trabalho docente e, no caso do objeto desta pesquisa, o plano de carreira que regula a profissão. Deste modo, a relação entre estatuto do magistério e qualidade da educação nem sempre é óbvia, sobretudo porque os parâmetros de avaliação da

qualidade educacional não estão centrados de forma direta no trabalho docente. Para compreender esta assertiva, é necessário apresentar algumas informações preliminares sobre o conteúdo da avaliação da qualidade da educação. Primeiramente, a noção de avaliação da qualidade da educação tem aparecido mais como uma estratégia unilateral de aferição do desempenho estudantil em exames internos (provas, trabalhos, seminários) ou externos à escola (como é o caso do Saeb e da Prova Brasil, que compõem o Ideb) (GUSMÃO, 2010; PIMENTA, 2012).

Os números oriundos do desempenho naqueles instrumentos categorizam os/as estudantes tanto dentro das suas turmas quanto na comparação com estudantes de outras escolas. Apesar de não ser este o objetivo, tal comparação é parte da consequência de medir a qualidade com base naqueles procedimentos. A explicação de como se compõe o indicador Ideb, principal referência governamental da qualidade da educação básica brasileira, reafirma automatizada relação estabelecida entre nota em exames a ideia de qualidade:

O Ideb foi criado pelo Inep em 2007, em uma escala de zero a dez. Sintetiza dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: aprovação e média de desempenho dos estudantes em língua portuguesa e matemática. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb e a Prova Brasil. (BRASIL, s.d).

O resultado das provas exprime, em larga escala, o que se entende por qualidade da educação. Não se trata, pois, da elaboração de procedimentos que analisam o processo em que a aprendizagem ocorre, mas, do julgamento da própria aprendizagem, como demonstra Sousa (2003):

A avaliação tem ocupado lugar central nas políticas educacionais em curso no país, constituindo-se em um dos elementos estruturantes de sua concretização, nos moldes em que vem sendo concebida, particularmente a partir da década de 90. Assume-se como uma estratégia capaz de propiciar o alcance dos objetivos de melhoria da eficiência e da qualidade da educação, os quais têm sido declarados em planos e propostas governamentais, direcionadas às várias instâncias e instituições dos sistemas de ensino. Melhoria da eficiência refere-se ao fluxo escolar (taxas de conclusão, de evasão, de repetência, estimulando-se, por exemplo, a implantação da progressão continuada, classes de aceleração, organização curricular em ciclos), bem como a racionalização orçamentária (programas de avaliação de desempenho, descentralização administrativa). (p. 176-177).

Nem sempre é feita a racionalização orçamentária com a avaliação do desempenho das instituições escolares (que poderia também expressar o trabalho do magistério). Quando é

realizada, tomam-se por base os números produzidos nos testes dos estudantes e se procede a um “ranqueamento” das escolas (SOUSA, 2003; PIMENTA, 2012). Isto significa que as escolas nas quais os/as estudantes tiveram notas mais altas são consideradas escolas melhores. Há, então, uma limitação do entendimento sobre qualidade da educação uma vez que aspectos como estrutura física, recursos humanos, disponibilidade e adequação de materiais, gestão escolar e especialmente a orientação pedagógica da prática escolar não são computados como atributos da qualidade.

Tampouco há, no Brasil, uma cultura de avaliação do funcionamento do Ministério e das secretarias de educação (estaduais ou municipais) de onde emanam as diretrizes que orientam a atuação das escolas e das/os professoras/es. Nesta última dimensão da educação pública, isto é, a avaliação das políticas educacionais, há estudos acadêmicos interessados em investigar a qualidade com base tanto nos princípios dos direitos humanos quanto no da eficiência da administração pública. Há também outras referências com o objetivo de demonstrar que a noção de qualidade é construída a partir de um jogo de interesses entre os atores envolvidos.

No primeiro caso, do direito à educação tangenciando a avaliação das ações governamentais, duas pesquisas fornecem subsídio para compreender a qualidade da educação nesta perspectiva. Ambas investigam a relação entre implementação de políticas educacionais e seus impactos na ampliação dos direitos sociais garantidos na Constituição Federal de 1988: “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988).

Kramer (2006) avalia as políticas educacionais do Brasil voltadas para o atendimento de crianças em fase pré-escolar (com menos de seis anos de idade) e a reestruturação do ensino fundamental como continuidade daquela etapa. O enfoque da autora é a garantia do direito das crianças pequenas à educação pública e, a partir disto, analisa a situação política e social desse segmento social no Brasil. Até a década de 1980, as políticas educacionais tinham um caráter compensatório às deficiências da educação familiar, proveniente da concepção de criança como ser imaturo socialmente (sobretudo, as mais pobres).

O debate teórico suscitado a partir da concepção de criança como um sujeito produtor de (e produzido pela) cultura, alterou a orientação das iniciativas governamentais. A transferência do atendimento para a área educacional e não mais assistencial, foi uma expressão desta mudança. No entanto, a descontinuidade das ações, provocadas pela indefinição das fontes de recursos e pelas mudanças de governo, causou uma defasagem no atendimento educacional das crianças pequenas. Neste sentido, aquela autora avalia que a ampliação do ensino fundamental para nove anos (Lei n. 11.274/2006), incluindo as crianças de seis anos, democratizou o acesso à educação e garantiu o direito social, apesar de necessitar de adequações às propostas pedagógicas e à formação docente.

Às políticas públicas municipais e estaduais cabe a expansão com qualidade das ações de creches, pré-escolas e escolas, com a implantação de propostas curriculares e de formação de profissionais de educação e de professores. [...] As crianças têm o direito de estar numa escola estruturada de acordo com uma das muitas possibilidades de organização curricular que favoreçam a sua inserção crítica na cultura. Elas têm direito a condições oferecidas pelo Estado e pela sociedade que garantam o atendimento de suas necessidades básicas em outras esferas da vida econômica e social, favorecendo, mais que uma escola digna, uma vida digna. (KRAMER, 2006, p. 811-812).

Ainda na perspectiva dos direitos humanos, Sousa (2003), apreciou tanto a atuação do Estado quanto os impactos da adoção de exames externos e padronizados (Saeb, Enem, Exame Nacional de Cursos - ENC) no currículo das instituições escolares da educação básica e do ensino superior. No primeiro aspecto, essa autora considera que a implementação dos exames tem por objetivo difundir uma concepção da avaliação educacional sancionada pelo Estado. No segundo, a depender dos resultados das provas, os currículos escolares tendem a se adequarem às habilidades e competências exigidas nos exames. Deste modo, essas avaliações têm sido concebidas como formas de viabilizar a eficácia governamental sobre a qualidade da educação:

Assume-se [a avaliação] como uma estratégia capaz de propiciar o alcance dos objetivos de melhoria da eficiência e da qualidade da educação, os quais têm sido declarados em planos e propostas governamentais, direcionadas às várias instâncias e instituições dos sistemas de ensino. (SOUSA, 2003, p. 176).

A análise dessa autora destaca o caráter uniformizante daqueles instrumentos de avaliação de estudantes, o qual causa: pouca flexibilidade nos currículos; competição entre instituições e entre estudantes; uma situação em que os estudantes que não alcançam os resultados esperados, são penalizados com a exclusão de melhores estratégias de ensino. Estes resultados ferem,

portanto, o direito à educação e o princípio da democratização das oportunidades de aprendizagem.

O princípio é o de que a avaliação gera competição e a competição gera qualidade. Nesta perspectiva assume o Estado a função de estimular a produção dessa qualidade. As políticas educacionais ao contemplarem em sua formulação e realização a comparação, a classificação e a seleção incorporam, conseqüentemente, como inerente aos seus resultados a exclusão, o que é incompatível com o direito de todos à educação. [...] A noção de educação como direito é reduzida à condição de mercadoria, administrada com uma lógica produtivista e sob o pressuposto de padrões diferenciados de qualidade de ensino. (SOUSA, 2003, p. 188).

Na administração pública, a avaliação tem a finalidade de determinar a eficiência, a eficácia e a efetividade social das ações formuladas e implementadas pelo poder político. A metodologia e as áreas de conhecimento que realizam os instrumentos de avaliação são distintas, assim como os resultados produzidos.

Indicadores sociais, estatísticas econômicas, dados demográficos constituem-se em bens públicos, cujo uso pelos agentes públicos, privados e sociedade civil organizada deve ser estimulado e subsidiado, em função dos efeitos positivos em termos de eficiência, eficácia e efetividade social dos planos de governo e políticas sociais. (JANNUZZI, 2009, p. 83).

Nesta abordagem, a da eficácia das políticas educacionais, dois estudos oferecem informações sobre qualidade da educação. Ambos investigam políticas educacionais associando os impactos de seus resultados na aprendizagem de estudantes. As ações analisadas são o antigo fundo de financiamento da educação, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef, que vigorou entre os anos de 1998 e 2006, e o Programa Nacional de Tecnologia Educacional – Proinfo, em vigor desde 1997.

No primeiro caso, Sobreira e Campos (2008) investigam a correspondência entre os investimentos financeiros em educação e os resultados das provas do Saeb. Os autores defendem o argumento de que o aporte de recursos financeiros é essencial para a qualidade da educação, sobretudo no estabelecimento das condições apropriadas para a aprendizagem:

A hipótese de que a proficiência do aluno pode ser diretamente influenciada pelo ambiente escolar é cada vez mais aceita, não só por educadores, mas por toda a sociedade. A dúvida que emerge dessa constatação remete à questão do quanto importantes são os recursos financeiros para a formação de uma escola de qualidade. Ainda que nem todas as virtudes de uma boa escola — como a harmonia entre pais, alunos e professores — possa ser obtida com esses recursos, a importância dos mesmos na construção de um ambiente propício à aprendizagem é fundamental. (SOBREIRA; CAMPOS, 2008, p. 336).

Algumas constatações dos autores são que os recursos: promoveram melhoras nos sistemas escolares nos quais foram integralmente efetivados; foram desigualmente distribuídos entre os estados brasileiros; o desempenho dos estudantes de escolas privadas é superior ao de estudantes de escolas públicas (estaduais ou municipais); há melhor desempenho quanto maior é o investimento nos estudantes, na remuneração e na formação docente.

Os resultados apontam para correlações positivas entre o desempenho dos alunos nas avaliações e as três variáveis sugeridas [investimento por aluno, remuneração e formação docente]. A correlação é mais forte entre as notas do Saeb e o gasto aluno-ano mínimo com o Fundef, ultrapassando os 80% em três ocasiões. Já os índices de correlação mais baixos são percebidos entre o desempenho nas avaliações e a remuneração potencial média dos professores. Mas, ainda assim, os índices foram positivos. (Ibid., p. 340).

Os autores concluem que a destinação do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro para a educação (no início dos anos 2000) era semelhante ao de países ricos, como os Estados Unidos –, ou seja, mais de quatro por cento. Contudo, a desigualdade da renda *per capita* no Brasil significava, na prática, investimento menor por estudante. Além disso, tendo em vista a universalização do ensino fundamental, Sobreira e Campos sugeriam que as políticas em educação priorizassem o aumento da jornada do estudante na escola. Tanto a educação integral quanto a correção das disparidades na distribuição dos recursos demandariam aumento do investimento em educação para serem viabilizadas.

De acordo com Helene e colaboradores (2001:119), os gastos totais com educação do Brasil são da ordem de 4,44% do PIB, o que mantém o país não muito longe do padrão de gastos de países ricos, como os da OCDE, que aplicam em média 4,9% do PIB. O problema é que como a dimensão da economia brasileira está bem abaixo da dimensão desses países, o gasto per capita em educação aqui praticado é consideravelmente menor que nos países desenvolvidos. [...] Considerando que o número de matrículas no ensino fundamental vem diminuindo, seja por efeito da transição demográfica em curso no país (Bloom, Canning e Sevilla, 2002) ou da queda nos índices de repetência, é importante passar a focar melhorias na qualidade do ensino público oferecido. O ideal seria que as escolas públicas de ensino fundamental aproveitassem essa diminuição gradativa na demanda por vagas para aumentar, também gradativamente, a permanência diária de estudantes na escola até atingir a jornada integral. (SOBREIRA; CAMPOS, 2008, p. 336).

No caso do Proinfo, Joia (2001) estudou o impacto das ações do programa federal nas escolas do estado do Espírito Santo, na região sudeste do Brasil. O Proinfo tem o objetivo de formar professoras/es para o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), nos processos formais de educação escolar básica. A avaliação que o autor faz do programa educacional naquele estado é que o impacto nas escolas varia de acordo com o comprometimento dos atores

envolvidos, nos níveis das secretarias de educação e também nas escolas.

O papel da motivação no desenvolvimento da criatividade tem sido muito bem estudado (Amabile, 1997), sendo função do ambiente. Pode-se dizer que a coordenação estadual deseja muito que o projeto tenha sucesso. Todos os professores reconhecem os esforços tanto do coordenador estadual quanto dos multiplicadores e estão preparados para vencer este desafio. Este lado cultural não pode ser desprezado; pelo contrário, é o elo comum que une as expectativas dos professores, os obstáculos e os sentimentos. (JOIA, 2001, p. 109).

A partir da coleta de informações sobre a implementação do Proinfo em seis escolas (entre os anos de 1999 e 2000), o autor constata que: 1) escolas situadas em diferentes regiões do estado, com maior ou menor acesso a recursos financeiros, com a mesma formação oferecida pelo programa, têm projetos inovadores voltados para o uso das TIC; 2) a elaboração destes projetos depende do envolvimento dos recursos humanos das escolas; 3) o incentivo para que estudantes e suas famílias se envolvam nos projetos contribui para resultados positivos; 4) a rede de formação distribuída pelos estados favorece o envolvimento da comunidade local no programa.

Apesar das limitações na implantação do Proinfo – relacionadas, em grande medida, à carência no fornecimento e na manutenção da estrutura física (computadores e laboratórios, por exemplo) – a ação governamental auxilia o processo de aprendizagem dos estudantes porque insere novas ferramentas de ensino: “cogita-se que a TIC possa ajudar na melhoria da qualidade da educação, permitindo novos participantes neste processo e diminuindo os custos de uma educação eficaz, em comparação aos métodos tradicionais”. (Ibid., p. 99).

As abordagens da qualidade da educação alcançadas através do desempenho cognitivo de estudantes ou como ampliação de direitos sociais foram investigadas por Gusmão (2010), que verificou a noção de qualidade entre atores que ocupavam distintos lugares no cenário educacional brasileiro. Na formulação da autora, as duas abordagens seriam produtos de noções sobre qualidade produzidas por uma redução deste atributo ao desempenho de estudantes em provas de larga escala (GUSMÃO, 2010, p. 23).

Para examinar a sua hipótese, Gusmão entrevistou atores dos poderes executivo (MEC e CNE) e legislativo (comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal) nacional, de organismos multilaterais (Unesco, Unicef e Banco Mundial), de organismos municipais e

estaduais (Undime e Consed), de organismos de representação do magistério (CNTE), de especialistas em estudos sobre educação (Anped), de organizações não governamentais (Campanha Nacional pelo Direito à Educação e Instituto Ayrton Senna) e do movimento empresarial brasileiro em favor da educação (representado pelo Todos pela Educação). Estas instituições compuseram a “arena de atores” que expressaram opiniões sobre qualidade da educação.

Gusmão identifica consensos e dissensos nas opiniões dos atores, alguns nitidamente originados do lugar ocupado pelo ator, como é o caso do que expressa o representante da CNTE em relação ao Todos pela Educação: “O único entrevistado que se posicionou mais claramente contra um ator do campo educacional foi Roberto Leão, para quem o empresariado, personificado no Todos pela Educação, atua em sentido contrário à CNTE” (Ibid., p. 139). Os representantes dos dirigentes municipais das secretarias de educação e o Instituto Ayrton Senna opinam que o magistério apresenta reivindicações que são contrastantes com o enfoque nos estudantes:

Já o magistério foi mencionado por representantes do Instituto Ayrton Senna e Undime não como um oponente, mas como uma categoria com a qual há uma dificuldade de diálogo em determinados momentos. Para esses atores, há um interesse corporativo, principalmente em torno dos salários e das condições de trabalho dos profissionais do ensino, que por vezes atua contra os interesses maiores da educação, ou mesmo contra os direitos dos estudantes (nesse sentido, alguns colocaram a oposição entre os defensores dos direitos dos professores versus os defensores dos direitos dos alunos). (Ibid., p.139).

A hipótese da autora é parcialmente confirmada, ou seja, há uma disposição em parte dos atores para reduzir a noção de qualidade da educação ao desempenho dos estudantes em provas de larga escala.

De fato, é visível uma tendência de alguns atores de reduzirem a noção de qualidade da educação a um viés estritamente instrumental, que identifica o desempenho dos estudantes nas provas em larga escala como o resultado e o foco da educação escolar, assumindo-os como principal significado de qualidade. Mas não parece que seja esse o ponto de embate. É possível identificar o enunciado de duas grandes perspectivas nas noções de qualidade da educação [...]. (GUSMÃO, 2010, p. 157).

Contudo, Gusmão identifica nuances no entendimento, que diferenciam o posicionamento dos atores acerca daquele consenso.

A primeira perspectiva corresponde em conceber a noção de qualidade da educação principalmente como a capacidade cognitiva dos estudantes, expressa pelos resultados dos testes padronizados nas disciplinas de Português e

Matemática. Os resultados das provas são identificados como indicadores fidedignos de aprendizagem, esta apontada como o principal aspecto da noção de qualidade da educação. Uma progressão linear desdobra-se e relaciona qualidade da educação com aprendizagem e bom desempenho nos testes. (Ibid., p. 157).

Na segunda corrente [...] a “qualidade da educação concebida na perspectiva dos direitos” não ficou restrita à parte dos depoimentos. Percebe-se em toda a arena uma compreensão da qualidade da educação como um direito a ser desfrutado por todos, implicando, portanto, redução ou extinção de privilégios. (Ibidem, p. 158).

As considerações sobre alguns dos entendimentos predominantes de como se avalia, costumeiramente, a qualidade da educação mostram que o enfoque é a aprendizagem dos estudantes. Ter as/os estudantes como eixo do processo educativo é positivo, uma vez que atende às reivindicações históricas no Brasil, como o Manifesto dos Pioneiros da Educação, em 1932. Contudo, o fato de a atenção estar centralizada na medição das notas que apresentam em testes padronizados deixa de abordar todo o processo que leva a estes resultados. As condições sócio-econômicas das/os estudantes, a integração do grupo social ao qual pertencem (e até mesmo a região geográfica) na dinâmica política e econômica da administração pública, a organização da escola e da rede de ensino, a remuneração e as condições de trabalho docentes também são fatores a serem avaliados nos indicadores sobre qualidade.

Os estudos que têm por base a qualidade da educação como direito, como avaliação da eficiência das políticas públicas e os consensos e dissensos sobre a qualidade da educação são o escopo teórico para analisar as vozes docentes e as abordagens institucionais sobre o lugar do estatuto do magistério neste debate. Neste sentido, apresenta-se uma contribuição para a ampliação das noções sobre qualidade da educação escolar pública no Brasil, isto é, a relação que estabelece com o plano de carreira de professoras e professores.

1.1 Qualidade da educação: abordagem do estatuto do magistério

Na perspectiva desta pesquisa, a relação entre estatuto do magistério e qualidade da educação se estabelece porque é uma lei que regula a atividade profissional de professoras e professores. Esta regulação é especialmente importante quando se abordam as condições de remuneração, os direitos e os deveres das/os trabalhadoras/es. O conjunto destas diretrizes pode motivar mais ou menos a atuação docente em suas tarefas cotidianas. Além disso, o estatuto do magistério tem grande alcance porque é formulado a partir de prescrições emitidas por órgão

(Conselho Nacional de Educação - CNE) diretamente ligado ao Ministério da Educação, o que contribui para a equalização das práticas profissionais no território nacional.

As proposições do CNE explicam e orientam as diretrizes nacionais sobre o trabalho docente, com margem para as peculiaridades de cada sistema de ensino. As deliberações do CNE enquadram o exercício docente como uma profissão e determinam as condições objetivas em que deve ocorrer esta atividade. As diretrizes brasileiras mais recentes sobre a carreira do magistério, como a Resolução CNE/CEB nº 002/2009, têm como um dos objetivos promover correspondências entre os aspectos profissionais e os resultados na melhoria do ensino. Naquela resolução, o artigo 4º, inciso II, tratando da forma de provimento dos cargos e o artigo 5º, incisos VII e VIII, abordando a forma de acompanhamento das condições de trabalho e o número de estudantes por docentes, exemplificam a relação entre trabalho docente e qualidade da educação:

Art. 4.º [...]

II - acesso à carreira por concurso público de provas e títulos e orientado para assegurar a qualidade da ação educativa;

Art. 5º [...]

VII - manter comissão paritária, entre gestores e profissionais da educação e os demais setores da comunidade escolar, para estudar as condições de trabalho e prover políticas públicas voltadas ao bom desempenho profissional e à qualidade dos serviços educacionais prestados à comunidade;

VIII - promover, na organização da rede escolar, adequada relação numérica professor-educando nas etapas da Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, bem como número adequado de alunos em sala de aula nos demais anos do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, prevendo limites menores do que os atualmente praticados nacionalmente de alunos por sala de aula e por professores, a fim de melhor prover os investimentos públicos, elevar a qualidade da educação e atender às condições de trabalho dos educadores. (BRASIL, 2009b);

O Parecer CNE/CEB nº 2/2009, que antecedeu a homologação da Resolução CNE/CEB nº 002/2009, associa a construção dos planos de carreira e a qualidade da educação à possibilidade de maior tempo destinado ao planejamento e continuação dos estudos docentes. No texto do parecer, verifica-se também na oportunidade de alternância entre atividades docentes e não docentes e na cessão de professoras/es a outros sistemas de ensino, a perspectiva de qualificação profissional. O parecer propõe que a jornada de trabalho com maior tempo destinado ao planejamento das atividades, seja utilizada também para encorajar a formação continuada.

É importante assinalar que o fundamental da composição da jornada de trabalho prevista na Lei no 11.738/2008 [“Lei do piso salarial”] é não apenas permitir adequada preparação das atividades e maior acompanhamento do aluno por parte do professor, por meio da avaliação permanente, mas também a possibilidade ímpar que oferece para a ampliação e o aperfeiçoamento da formação continuada dos professores no próprio local de trabalho. (BRASIL, 2009a, p. 22-23).

A resolução, acatando as indicações do parecer, prevê que a progressão na carreira e a possibilidade de alternância entre as funções dentro e fora da docência (direção de escola, por exemplo), são práticas que permitem experiências de conhecer a organização da rede de ensino.

Art. 5º [...]

XI - c) aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades;

XXII - regulamentar, por meio de lei de iniciativa do ente federado e em consonância com o parágrafo único do artigo 11 da Lei no 9.394/96 e o artigo 23 da Constituição Federal, a recepção de profissionais de outras redes públicas. Os planos de carreira poderão prever a recepção de profissionais do magistério de outros entes federados por permuta ou cessão temporária, havendo interesse das partes e coincidência de cargos, no caso de mudança de residência do profissional e existência de vagas, na forma de regulamentação específica de cada rede de ensino, inclusive para fins de intercâmbio entre os diversos sistemas, como forma de propiciar ao profissional da educação sua vivência com outras realidades laborais, como uma das formas de aprimoramento profissional. (BRASIL, 2009b).

Essas normativas incorporam a indissociabilidade entre trabalho docente e qualidade da educação. O estatuto do magistério é o documento composto por fundamentos, deveres e direitos que orientam o exercício profissional de professoras e professores, materializando a correlação entre as práticas do magistério e a qualidade da educação. Não há uma expressão única para nomear este tipo de documento. Saforcada (2010), do Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente (Gestrado) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), utiliza a expressão “regulamento do magistério” e explica:

A expressão *Regulamento do Magistério* nomeia certas leis ou decretos particularmente significativos na regulação do trabalho das/os docentes, e/ou da carreira magisterial, que legislam sobre aspectos centrais na configuração dos postos de trabalho, os modos de acesso a esses postos, os direitos e obrigações das/os docentes e as condições de trabalho, estabelecendo normas com respeito à hierarquia, à estabilidade, ao salário, às licenças, entre outras questões fundamentais. Para referir-se a esses instrumentos legais, também se utilizam outras expressões como *Estatuto Docente*, *Estatuto do Magistério* ou *Regulamento de Carreira Magisterial*. (SAFORCADA, 2010).

Além dos sinônimos apresentados pela pesquisadora acima, o conjunto de normativas para a profissão docente também pode ser chamado de plano de carreira do magistério. Dada a

variedade de expressões equivalentes, usarei neste trabalho a expressão estatuto do magistério. Esta foi também a que se popularizou entre os atores da educação pública em Diadema, campo de estudo desta pesquisa, sobretudo entre professoras e professores.

A relação fundamental entre estatuto do magistério e qualidade da educação é o reconhecimento do magistério como “categoria profissional” (OLIVEIRA, 2010) e, com isso, a perspectiva de ascensão na atividade por meio de um instrumento que regula e direciona o planejamento da carreira ao longo do tempo. Esta regulação institui, também, alguns mecanismos de valorização das/os trabalhadoras/es. Os mecanismos criados referem-se ao estímulo de permanência na profissão por meio da obtenção de vantagens oriundas do tempo de experiência, da continuação dos estudos e do desempenho positivo nas funções. Tais vantagens podem se manifestar por meio de aumento salarial, de concessão de afastamento para tratar de assuntos particulares (licença-prêmio) e possibilidade de transitar pelas funções da educação pública como a de gestora/or de escolas, de coordenadora/or pedagógica/o, supervisora/or de ensino ou de trabalho na secretaria de educação.

A garantia de formação continuada de docentes, a autonomia de ensino, a composição das horas de trabalho, prevendo tempo de planejamento das aulas e outras atividades, o estabelecimento de um padrão mínimo salarial, a participação em associações de classe e em conselhos de educação e a participação no planejamento das atividades escolares são outros mecanismos de valorização profissional constantes no estatuto do magistério. Os planos de carreira do município de Diadema, das redes de ensino municipal e estadual de São Paulo, já previam parte destes direitos (sobretudo o tempo para preparo das aulas) antes mesmo da reformulação proposta pelo Conselho Nacional de Educação.

Apesar de não haver sempre correlação entre melhores oportunidades para o trabalho docente e a aprendizagem estudantil, esses recursos de valorização profissional têm a finalidade de promover condições para que isto ocorra. A partir das possibilidades de melhor remuneração e de ascensão na carreira pode-se inferir que o magistério se sentirá mais motivado para o trabalho; a perspectiva de transição nas funções fora da docência pode aumentar a compreensão das/os professoras/es sobre o funcionamento da rede de ensino; a ampliação do tempo de planejamento

pode resultar em ações mais eficientes na prática pedagógica; a participação em associações sindicais e conselhos pode qualificar suas reivindicações perante o poder público e o próprio exercício direto da profissão com suas turmas e comunidades locais.

Esta relação entre docência e qualidade da educação tem sido estudada sob diversas perspectivas: a carreira docente como política de valorização do magistério, como resultado das transformações na sociedade, como conquista progressiva de um *status* profissional ou como objeto de transformação de acordo com a conjuntura política, econômica, social e cultural. Rocha (2009), Rogério (2008) e Oliveira (2010) ilustram alguns destes aspectos.

Rocha (2009) pesquisou a experiência do município de Belo Horizonte, MG, na formulação do plano de carreira do magistério público. Os principais elementos verificados pela pesquisadora nas políticas de valorização docente são as condições e a jornada de trabalho e o plano de carreira do governo municipal da capital mineira. A opinião de Rocha é que há um jogo de valores em torno da profissão docente:

A questão da remuneração, da carreira e das condições de trabalho do magistério está, historicamente, entrelaçada à problemática da qualidade do ensino, mais especificamente, do ensino público, e em seu desdobramento ao processo de (des)valorização da profissão docente. Ao longo da constituição e organização da educação brasileira, a valorização do magistério constituiu-se no jogo contraditório de valores, que são próprios do processo educacional e de suas instituições e agentes na formação humana de todos/as os/as cidadãos/ãs e o não reconhecimento desses valores pelos poderes públicos em suas políticas de formação profissional, salários e incentivos. (ROCHA, 2009, p. 22).

Rocha afirma que, em determinadas circunstâncias, o tempo de trabalho, o aumento do número de estudantes por docente, a queda da remuneração e dos investimentos públicos podem levar à desvalorização do magistério. Contudo, professoras e professores enfrentam este problema reunindo-se em torno da reivindicação por melhores condições de trabalho e, deste modo, os sindicatos tornam-se também atores pela valorização de professoras e professores.

O processo de desvalorização salarial e da desqualificação da profissão relaciona-se ainda a uma jornada organizada em dois cargos, com sobrecarga de trabalho, e baixo salário. Além disso, havia uma ampliação do tempo de horas/aula semanais combinada com a redução do tempo de horas/atividades, o que implica em aumento do trabalho com desvalorização salarial. [...] A universalização do atendimento escolar não foi acompanhada pelo crescimento dos investimentos públicos na educação, fazendo com que os/as professores/as atendessem um maior número de estudantes e ampliassem a

jornada de trabalho. Os baixos salários e as péssimas condições de trabalho levaram os/as docentes a organizarem-se contra o arrocho salarial e pela melhoria da educação, através de associações, sindicatos, fóruns, etc. (ROCHA, 2009, p. 26).

Rogério (2008) investigou o desenvolvimento profissional de docentes da capital do estado de São Paulo. Para descobrir como e o que influi no desenvolvimento do magistério, aquela pesquisadora aposta na relação entre as transformações sociais e as mudanças na profissão docente. Assim, conduz sua pesquisa por meio de dois elementos cuja exploração permitirá observar o desenvolvimento da carreira docente naquele município: 1) o estatuto do magistério, entendido por ela como uma dimensão institucional da profissão e 2) as experiências profissionais das/os professoras/es, como uma dimensão subjetiva.

Pelas reflexões que fizemos sobre o conceito de carreira, adotaremos para nosso trabalho que esse conceito abraça duas vertentes que se complementam entre si: a vertente pessoal, de acordo com as escolhas de cada professor; e a vertente institucional, de acordo com as especificidades de cada rede de ensino. Dito de outra forma, a carreira como percurso profissional é diferente da carreira estabelecida por um estatuto, mas ambas ajudam a formar a carreira do magistério vivenciada por cada professor. (ROGERIO, 2008, p. 42).

No que concerne especificamente às contribuições do estatuto do magistério para o desenvolvimento da carreira docente, Rogério opina que a implementação daquela lei no município de São Paulo foi positiva. Isto ocorre porque, ao permitir que professoras e professores pudessem ter vantagens financeiras e de acumulação de pontos mantendo uma prática de formação continuada, o magistério se qualifica e aumenta o repertório de experiências profissionais.

Entendemos que a criação de um Estatuto que regulamenta a carreira docente no âmbito da Rede Municipal de Ensino de São Paulo inova ao trazer benefícios para os profissionais da educação como, por exemplo, a possibilidade de evolução na carreira e a promoção por merecimento. A evolução e a promoção visam a estimular o professor a continuar seu processo de formação contribuindo, desta forma, para o seu desenvolvimento profissional. (ROGERIO, 2008, p. 48).

Oliveira (2010), a partir de pressupostos específicos sobre profissão e Estado, afirma que o magistério constrói sua profissionalização na medida em que se amplia o atendimento escolar e, por conta disto, expandem-se os sistemas de ensino. Para aquela autora, profissão é “um termo que se refere a atividades especializadas, que possuem um corpo de saberes específico e acessível apenas a certo grupo profissional, com códigos e normas próprias e que se inserem em

determinado lugar na divisão social do trabalho” (p. 19) e o Estado configura-se como a racionalização de serviços por meio de um corpo de servidores públicos.

Compreende-se que o desenvolvimento da noção de profissionalização é resultado de uma forma específica de organização do Estado, a forma racional-burocrática de estruturação dos serviços públicos, que traz consigo a instituição de um corpo funcional. [...] Os sistemas escolares modernos emergem da organização deste aparato estatal e se organizam como parte dependente dele. Assim, a primeira grande luta pela profissionalização do magistério esbarra no estatuto funcional que, por meio da conversão dos professores em servidores públicos e, portanto, funcionários do Estado, retira-lhe a autonomia e autocontrole sobre seu ofício. (OLIVEIRA, 2010, p.19).

Nesse sentido, se, por um lado, a regulamentação da atividade cria condições para a profissionalização e para a valorização, por outro, é um limitador da autonomia docente. A perda de controle sobre o próprio trabalho, as demandas da democratização da escola – na qual se incentiva a participação da comunidade leiga sobre o trabalho pedagógico – geram uma desqualificação dos saberes docentes, do que lhes é específico na atividade profissional:

Nessa perspectiva, os trabalhadores da educação estariam sofrendo processos de desprofissionalização por diversos fatores que variam desde a padronização dos meios de trabalho e introdução de tecnologias educativas em larga escala nas escolas até a deslegitimação dos seus saberes específicos resultante dos efeitos produzidos pelas avaliações externas que dão publicidade aos resultados vinculando o baixo rendimento dos alunos com o desempenho profissional dos docentes. (Ibid., p. 26).

Contudo, a nova organização econômica, política, social e cultural (resultado da globalização) exige que os saberes docentes se modifiquem. As novas demandas frente à educação escolar por oportunidades de aprendizagem que tenham como foco a flexibilização e a colaboração entre os sujeitos têm trazido novos desafios para o magistério. Desafios que influenciam a identidade docente e, consequentemente, a sua organização sindical.

As noções de coletividade, autonomia e participação são fortemente evocadas nos documentos das reformas educativas atuais (UNESCO/CEPAL, 2005), porém compreendidas dentro de uma abordagem que privilegia o elemento da flexibilidade. É possível observar que essa maior flexibilidade, tanto nas estruturas curriculares quanto nos processos de avaliação, corrobora com a ideia de que estamos diante de novos padrões de organização também do trabalho escolar que podem estar forjando um novo perfil de trabalhadores docentes e uma nova identidade, o que incide sobre o movimento de profissionalização do magistério. (OLIVEIRA, 2010, p. 31-32).

Esta ambiguidade da identidade profissional pode provocar alterações no que se entende e deseja como regulamentação da carreira das professoras e professores, ou seja, no estatuto do

magistério. O entendimento acerca dos fundamentos e das perspectivas sobre a carreira docente pode ser examinado sob a ótica dos vários atores da educação pública. Estes atores disputam interesses específicos: docentes; sindicatos; Ministério da Educação; secretarias de educação; conselhos de educação; poder executivo; legislativo e judiciário de estados e municípios; universidades; sindicatos; estudantes; mães e pais de estudantes; empresas e outras organizações da sociedade civil (ONGs e associações), por exemplo.

Nesta pesquisa, são priorizados três destes atores: o magistério, o sindicato e a Secretaria municipal de Educação. No primeiro grupo, pressuponho que, tratando-se do conjunto de normas que regulam a profissão, docentes têm opiniões sobre a relação entre o estatuto do magistério e a qualidade da educação. A partir deste pressuposto, afirmo que a opinião docente sobre seu plano de carreira não é conhecida porque não há uma cultura de divulgação da voz docente sobre as dimensões da educação escolar.

O sindicato e a Secretaria de Educação são atores institucionais com padrões de conduta típicos (cultura organizacional, regimentos e formas de comunicação, por exemplo). Ainda que abordem os mesmos temas, por causa da natureza de seus papéis (sindicato defende interesses trabalhistas e Secretaria de Educação os seus interesses como organização empregadora), têm posicionamentos distintos e, por isto, precisam ser analisados individualmente.

O Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema (Sindema) é uma organização criada e mantida pelas/os servidoras/es públicas/os do município. A equipe dirigente é composta por funcionárias/os ativas/os e aposentadas/os lotadas/os em diferentes setores da prefeitura (secretarias de obras, cultura, esporte, educação, segurança, habitação, meio ambiente e saúde), sendo eleita pelas/os pares. As atividades sindicais são de assessoria jurídica, orientações gerais sobre as condições de trabalho, organização das/os trabalhadoras/es para fins específicos (campanha salarial, conferências diversas, revisão de documentos, negociação com a prefeitura). A revisão do Estatuto do Magistério mobilizou a direção sindical a partir de 2010, buscando garantir a inclusão das diretrizes da Resolução CNE/CEB nº 2/2009 no novo documento e preservar as vantagens já conquistadas no estatuto anterior (Lei nº 71/1997).

A Secretaria de Educação é o órgão governamental responsável por elaborar e difundir as orientações sobre a educação escolar pública do município. Para isto, conta com um corpo técnico de profissionais, recursos financeiros e meios oficiais de divulgação de suas ações. Em Diadema, a Secretaria de Educação é responsável pela criação da política educacional. Na revisão do Estatuto do Magistério, em muitas ocasiões ficou clara a preocupação desse órgão governamental em fazer valer suas concepções, mas também a defesa dos interesses da administração pública, nem sempre consoantes aos do sindicato e aos das/os professoras/es.

Dentre os atores aqui anunciados, alguns dominam a formulação das diretrizes políticas que incidem sobre o cotidiano escolar: Ministério da Educação; secretarias de educação e o poder executivo; legislativo e judiciário de estados e municípios. Estes atores utilizam uma linguagem específica para comunicar os interesses que preponderam nos textos políticos. O conjunto de códigos utilizados nem sempre é acessível à maioria da população. Apesar disso, como são eles os que detêm maior poder, dominam os meios de comunicação sobre os temas em discussão.

1.2 A reformulação do Estatuto do Magistério de Diadema

As duas diretrizes que têm regulado a carreira de docentes da educação básica nos últimos dezessete anos foram elaboradas pela Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE): a Resolução CNE/CEB nº 3, de 8 de outubro de 1997 e a Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de maio de 2009 (antecedidas pelos pareceres CNE/CEB nº 10/1997 e nº 9/2009). Numa análise comparativa sobre os dois documentos evidenciaram-se algumas permanências em relação às orientações, mas também inovações na norma mais atual. Em ambos os casos, a abordagem sobre a carreira docente parece expressar o momento histórico em que se situam e também o acúmulo sobre o debate pedagógico ao longo dos anos no Brasil. A primeira distinção entre as diretrizes de cada ano é a inclusão da educação privada (Resolução nº 3) e a menção exclusiva à educação pública (Resolução nº 2). Este detalhe já revela parte dos esforços governamentais em fixar recursos humanos e financeiros no desenvolvimento do tipo de educação destinada à maior parte da população brasileira.

Entre a promulgação de uma e outra resolução, há outras normativas difundidas pelo

conselho para avaliar o processo de implementação e a inclusão de novas demandas sobre o trabalho docente. Estes documentos tratam de consultas dos municípios para adequarem-se às novas diretrizes e de pareceres do Conselho em resposta a estas demandas. Entre elas destacam-se dúvidas sobre a forma de provimento dos cargos docentes; sobre as habilitações para o exercício da profissão; sobre o ajustamento à Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) e sobre a regulação acerca do emprego dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb (Lei nº 11.494/2007).

A primeira resolução, de texto mais conciso, focaliza as normas para o trabalho docente de forma mais ampla, sem apresentar detalhes das diretrizes emanadas. Além disto, o teor do documento tem um enfoque mais restrito ao trabalho docente sem relacioná-lo às outras dimensões da educação escolar. Apesar disso, faz referências aos artigos da LDBEN (Lei nº 9394/96), à Constituição Federal de 1988 e ao Fundeb, associando a resolução a outros debates pedagógicos como a necessidade de maior formação docente, o direito e o financiamento da educação. Já a resolução de 2009 apresenta detalhes sobre a aplicação de cada artigo e associa o trabalho docente aos demais aspectos da educação escolar: rede de ensino, gestão escolar e comunidade de estudantes e suas famílias, por exemplo. Esta norma mais recente tem como argumento que os planos de carreira são instrumentos de valorização docente, necessários para se atingir padrões de qualidade na educação.

Alguns aspectos na formulação dos planos de carreira docente são semelhantes em ambas as resoluções. A definição de quem são os profissionais que podem ser incluídos nos estatutos - docentes e profissionais de apoio à docência (direção e supervisão escolar, orientação e/ou coordenação pedagógica) - aparece nos dois documentos. Contudo, no texto de 2009, há possibilidade de inclusão de outros/as trabalhadores/es da educação (pessoal operacional de limpeza, cozinha e administrativo de secretaria, por exemplo). O acesso por concurso público de provas e títulos, a jornada máxima de quarenta horas semanais de trabalho, a necessidade de avaliação do estágio probatório (período de experiência) e a colaboração entre os entes federados são outros pontos comuns às duas resoluções. Além destes, a avaliação de desempenho aparece

como um mecanismo para acompanhar o desenvolvimento profissional de professoras/es e também para promover evolução na carreira. No Quadro 1 apresento algumas singularidades das duas diretrizes.

Quadro 1: Comparação entre as Resoluções nº 3/1997 e nº 2/2009 do CNE

Resolução CNE/CEB nº 3/1997	Resolução CNE/CEB nº 2/2009
Educação escolar pública e privada.	Educação escolar pública.
Remuneração de acordo com o “custo médio aluno”.	Remuneração de acordo com o Piso Salarial Profissional Nacional (Lei 11.738/2008).
Realização de concurso sempre que houver vagas.	Realização de concurso sempre que houver vagas, mas também para não descaracterizar o projeto político pedagógico da rede de ensino.
Formação priorizando: a) áreas curriculares carentes de professoras/es; b) docentes mais antigos na rede; c) metodologia diversificada, inclusive Educação a Distância (EaD).	Formação priorizando: a) formação inicial; b) associação entre teoria e prática; c) aproveitamento de experiências anteriores; d) ampliação do período reservado a estudos.
Avaliação de desempenho a ser definida de acordo com os parâmetros de qualidade de cada rede de ensino.	Avaliação de desempenho levando em conta tanto o trabalho docente quanto a estrutura da rede de ensino.
Jornada de trabalho composta de 20% a 25% de tempo destinado às atividades extraclasse.	Jornada de trabalho composta de aumento “paulatino” do tempo destinado às atividades extraclasse.
Definição de 25 estudantes por turma/docente.	Adequação da relação numérica de estudantes por turma/docente.

A mudança no padrão de referência da remuneração docente, com base no custo de estudantes calculado pelos recursos que financiam a educação pública para um modelo de piso salarial foi uma conquista para a categoria docente. No modelo anterior, o cálculo do salário estava submetido ao número de estudantes matriculados na rede de ensino. Um dos principais problemas enfrentados neste tipo de referência era a discrepância de remuneração praticada nos diferentes municípios brasileiros uma vez que a quantidade de estudantes era diferente em cada um deles. A partir da elaboração da “Lei do Piso”, as possibilidades de equiparação salarial em nível nacional aumentaram embora ainda haja dificuldades de implementação em algumas

idades brasileiras.

As prioridades nas ações de formação docente também foram alteradas no texto das duas resoluções. Na primeira, a atenção à formação de docentes para lecionar em disciplinas escolares nas quais havia falta de professoras/es como matemática, biologia, física e química evidenciava uma das lacunas da educação pública brasileira. A outra diretriz, sobre a necessidade de dirigir a formação continuada para as/os docentes mais antigos na rede, demonstra a intenção de aproximar estas/es professoras/es dos estudos mais recentes sobre educação.

Cerca de duas décadas depois, a formação docente na resolução de 2009 prioriza outros aspectos: a formação inicial, a associação entre teoria e prática, o aproveitamento de experiências anteriores e a ampliação do período reservado a estudos. Tais características expressam o anseio de adequação do currículo dos cursos superiores de formação do magistério, com o objetivo de ter pessoal qualificado para o exercício da docência, já no início da carreira. A orientação de que tal formação associe a teoria acadêmica à prática pedagógica do cotidiano das escolas também é uma forma de incentivar as instituições de ensino superior a conceberem cursos que incluam em seus enfoques a realização de estágio supervisionado. Por fim, a consideração às experiências anteriores de docentes (podendo abrigar uma infinidade de saberes) e o aumento do período destinado aos estudos são características que revelam uma concepção mais ampla de trabalho docente, não restringindo-o à execução de tarefas relacionadas ao ensino de disciplinas escolares.

A partir das instruções dos dois documentos do CNE, os planos da carreira docente no Brasil foram formulados. Em Diadema, o primeiro Estatuto do Magistério foi formulado com base nos preceitos da Resolução nº 3/1997. Com a homologação da Resolução nº 2/2009 pelo ministro da educação, os antigos estatutos do magistério deveriam se adequar às novas diretrizes. Deste modo, a Secretaria de Educação, representando o poder executivo de Diadema, e fiscalizada e acompanhada pelo Sindema, deram início ao que se chamou “revisão do Estatuto do Magistério”. Para realizar este trabalho, foi formada uma comissão de estudos cuja composição era: representantes do magistério (eleitas em assembleia no sindicato) e dirigentes do Sindema, da Secretaria de Educação e da Secretaria de Gestão de Pessoas da prefeitura. No total participaram 25 representantes, entre titulares e suplentes, que se debruçaram sobre o Estatuto do

Magistério no período de julho de 2010 a dezembro de 2011.

A comissão de estudos se reunia semanalmente na Secretaria de Educação e debatia os temas do Estatuto de acordo com a posição que seus representantes ocupavam: professoras/es, sindicato e prefeitura. Os atores institucionais (sindicato e prefeitura), apesar desse trabalho coletivo, delimitaram os interesses de seus representados por meio de estratégias, ora distintas ora semelhantes. A secretaria contratou a assessoria técnica do Instituto Brasileiro de Sociologia Aplicada (IBSA), que ficou responsável por apresentar uma proposta em conformidade com as novas diretrizes do CNE, tendo como referência também o estatuto ainda em vigor na cidade. Este instituto mediou as reuniões na comissão de estudos. Além disso, a secretaria utilizou os recursos de que dispunha para mobilizar e informar o conjunto do magistério sobre os trabalhos da comissão: reuniões internas e entre a secretária de educação e a rede de ensino; fórum de discussão instalado no seu sítio eletrônico; notícias no sítio eletrônico da prefeitura; plebiscito para consulta sobre a forma para a remoção de escola; divulgação da pré-minuta do Estatuto e liberação de tempo do HTPC para discussão do estatuto nas escolas.

O Sindema também empregou os expedientes de seu aparelho institucional para estimular a participação docente, esclarecer dúvidas e denunciar pontos de divergência com a Secretaria de Educação. Os meios usados pelo sindicato foram: reuniões internas; criação de um grupo de estudos; matérias no jornal, boletins e sítio eletrônico da entidade; realização de plenárias e assembleias; criação de um *hotsite* (sítio eletrônico temporário) para promover também o debate virtual entre professoras/es; incentivo à representação por escola para aproximar o magistério do assunto; organização e distribuição de material para subsidiar a discussão no HTPC nas escolas, além da presença das dirigentes sindicais nas escolas para esclarecimentos sobre a revisão do Estatuto.

Ambas as instituições participaram de atividades (reuniões e uso da tribuna) na Câmara de Vereadores/as da cidade para informar e apelar ao poder legislativo seus interesses. As/os representantes das/os professoras/es participavam das atividades institucionais e contribuíam para a revisão do Estatuto a partir de sua experiência política, pedagógica, como participantes da formulação do Estatuto anterior e também com base na vivência em outras redes de ensino.

Nas oportunidades de discussão em todos aqueles espaços, eram levantados tanto os pontos favoráveis do Estatuto da época (e sobre os quais não se desejava alterações), quanto as novas diretrizes que deveriam guiar a sua reformulação. A Lei Complementar nº 071, de 19 de dezembro de 1997 (estatuto em vigor na época), não contemplava várias das orientações das novas diretrizes emanadas pelo Conselho Nacional de Educação, embora estivesse à frente em algumas outras como o cumprimento do Piso Salarial Profissional Nacional (em relação ao salário e não ao tempo destinado às atividades extraclasse), a eleição de direção escolar e a evolução na carreira por meio do tempo de serviço e do aumento da titulação.

Na revisão do Estatuto do Magistério de Diadema, vários pontos foram objeto de disputa, contudo o nivelamento salarial entre as categorias de docentes e os critérios para progressão na carreira receberam atenção especial no discurso institucional da Secretaria de Educação e do Sindema. Entre professoras/es, além daqueles, outros aspectos foram considerados importantes como a redução do número de estudantes por turma/docente; a formação continuada; o tempo destinado ao planejamento das atividades com estudantes; a adequação do material didático; o formato do HTPC; a criação de cargos de apoio como “inspetor de alunos” e os critérios para a remoção de escola. As opiniões de cada um desses atores (docentes, sindicato e Secretaria de Educação) são descritas no próximo capítulo.

Capítulo 2

2. Vozes têm dono e história: instituição e sujeito

O enfoque desta pesquisa são as vozes docentes sobre aspectos da suas vidas profissionais. Para compreender como essas vozes são constituídas, sob a influência das experiências subjetivas e das regras que regulam a vida coletiva, dois conceitos são fundamentais: instituição e sujeito. Sobre o primeiro, a contribuição de Berger e Luckman esclarece o processo de institucionalização dos papéis sociais. O segundo conceito foi definido por Touraine como: “o sujeito é a vontade de um indivíduo em agir e ser reconhecido como ator” (1992, p. 246). O sujeito se opõe à fixidez dos papéis sociais e busca dar visibilidade aos desejos e às ações individuais. A explicitação dos processos de constituição dos dois aspectos da vida social auxilia na justificativa sobre a importância da voz docente afirmada por esta pesquisa.

As vozes dos indivíduos e das instituições que formam uma sociedade, são determinadas pelos universos simbólicos disponíveis. A definição de Berger e Luckmann (2004) sobre o conceito de universo simbólico ajuda na compreensão da correlação entre as vozes e a realidade experimentada pelos sujeitos: “o universo simbólico é concebido como a matriz de todos os significados socialmente objetivados e subjetivamente reais” (p. 132). Neste sentido, os significados da realidade são partilhados por atores individuais e coletivos.

Há um processo anterior que explica a inter-relação entre esses tipos de atores. Na sociologia do conhecimento formulada por Berger, a construção da sociedade obedece a um intrincado esquema de criação, adequação e legitimação da realidade. Para esta pesquisa, interessa sobretudo a elaboração acerca da institucionalização e, conseqüentemente, da definição dos papéis sociais. Estas noções são úteis para o entendimento das diferenciações que estabelecem entre a voz docente e as abordagens institucionais sobre o estatuto do magistério.

O desenvolvimento da espécie humana, sobretudo quando iniciou-se o processo de sedentarização, instaurou uma nova maneira de conceber a natureza. E, a partir disso, uma relação original com o meio ambiente, além da de provedor da subsistência. Isto significa que características humanas (como a plasticidade cerebral) distinguiram a relação, até então, travada

pelos indivíduos não humanos com seu ambiente, qual seja, por exemplo, a fixidez geográfica. Na incapacidade de desenvolver todas as habilidades necessárias para sobreviver, por deficiências da constituição biológica, o ser humano precisou adequar-se tornando parte do ambiente como extensão de seu corpo (com a fabricação e o uso de ferramentas, por exemplo). O ser humano começa a tentativa de dominar o ambiente natural.

Uma vez abandonada a vida nômade (pelo menos por grande parte da espécie), o ser humano pode estabelecer outros modos de viver em grupo. A diferenciação das tarefas entre os membros da comunidade se aperfeiçoou. A convivência entre os indivíduos provocou o estabelecimento de práticas comuns e rotineiras de trabalho, o que trouxe o benefício da economia de esforços por meio do hábito.

Toda atividade humana está sujeita ao hábito. Qualquer ação frequentemente repetida torna-se moldada em um padrão, que pode em seguida ser reproduzido com economia de esforço e que, *ipso facto*, é apreendido pelo executante *como* tal padrão. O hábito implica, além disso, que a ação em questão pode ser novamente executada no futuro da mesma maneira e com o mesmo esforço econômico. (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 77).

As atividades humanas realizadas por meio do hábito têm sentido para todos os sujeitos que partilham o universo simbólico. Além disso, podem ser reproduzidas a qualquer momento, de acordo com a necessidade, antepondo-se à existência da organização institucional:

As ações tornadas habituais, está claro, conservam seu caráter plenamente significativo para o indivíduo, embora o significado em questão se torne incluído como rotina em seu acervo geral de conhecimentos, admitido como certo por ele e sempre à mão para os projetos futuros. [...] Estes processos de formação de hábitos precedem toda institucionalização, na verdade podem ser aplicados a um hipotético indivíduo solitário, destacado de qualquer interação social. (Ibid., p. 78 -79).

O processo de institucionalização, de acordo com Berger e Luckmann, sobrevém da categorização das atividades originadas do hábito. Cada comportamento rotineiro e, deste modo, compreensível para todos os membros do grupo, é a própria instituição que, por sua vez, também categoriza as condutas humanas.

A institucionalização ocorre sempre que há uma tipificação recíproca de ações habituais por tipos de atores. Dito de maneira diferente, qualquer uma dessas tipificações é uma instituição. [...] As tipificações das ações habituais que constituem as instituições são sempre partilhadas. São acessíveis a todos os membros do grupo social particular em

questão, e a própria instituição tipifica os atores individuais assim como as ações individuais. (BERGER, LUCKMANN, 2004, p. 79).

O processo de ordenamento das práticas humanas pelas instituições cria os papéis sociais, historicamente situados no contexto de produção. Isto quer dizer que o conjunto de atitudes de um determinado tipo social é construído no universo simbólico de dada realidade e é compartilhado por todos os atores. Um exemplo disto seria a atuação docente, definida pelo aparelho educacional disponível e compartilhado por todos os demais atores, docentes e não docentes. Em outras palavras, uma professora sabe qual é a conduta profissional esperada dela assim como o sabem a diretora da escola, os estudantes, a mídia, o poder político. Este conhecimento é adquirido por todos e torna o papel de professora uma realidade observável e compreensível.

Podemos começar apropriadamente a falar de papéis quando esta espécie de tipificação ocorre no contexto de acervo objetivado de conhecimentos comuns a uma coletividade de atores. Os papéis são tipos de atores neste contexto. Pode ver-se facilmente que a construção de tipologias dos papéis é um correlato necessário da institucionalização da conduta. As instituições incorporam-se à experiência do indivíduo por meio dos papéis. Estes, linguisticamente objetivados, são um ingrediente essencial do mundo objetivamente acessível de qualquer sociedade. Ao desempenhar papéis, o indivíduo participa de um mundo social. Ao interiorizar estes papéis, o mesmo mundo torna-se objetivamente real para ele. (Ibid., p. 103).

A descrição desse esquema de construção da realidade, formada por instituições e papéis sociais, pode gerar uma ideia de que a vida social está continuamente fadada à reprodução. No entanto, Berger e Luckmann esclarecem que a intervenção proveniente das mudanças históricas e, conseqüentemente, a alteração na ordem social, pode modificar a institucionalização da vida coletiva:

A institucionalização não é contudo um processo irreversível, a despeito do fato das instituições, uma vez formadas, terem a tendência de perdurar. Por uma multiplicidade de razões históricas, a extensão das ações institucionalizadas pode diminuir. Por exemplo, a esfera privada que surgiu na moderna sociedade industrial é consideravelmente desinstitucionalizada, se comparada com a esfera pública. (Ibid., p. 113).

Os fatores da desinstitucionalização da vida privada foram investigados por Touraine (1992), dentro da corrente teórica da Sociologia do Sujeito. Entre eles, o principal, como já mencionado por Berger e Luckmann, foi o advento da modernidade. Touraine afirma que este

fato histórico provocou uma cisão entre um mundo antigo e um mundo novo. No antigo, predominava o sagrado e no novo, o secular. No antigo, a ordem e o sentido eram únicos e no novo, a reconstrução dos significados e da dinâmica social era o desafio a ser enfrentado. Deste modo, a modernidade instaura novas condições para a transformação dos valores medievais: “A modernidade é a antitradição, a inversão das convenções, dos costumes e das crenças, a saída dos particularismos e a entrada no universalismo, ou ainda a saída do estado de natureza e a entrada na era da razão” (TOURAINÉ, 1992, p. 242).

A modernidade é descrita por Touraine como composta de dois elementos estruturantes que, unidos, permitiram a emergência do sujeito (expressão máxima da desinstitucionalização da vida privada): a crença na razão e a afirmação dos direitos individuais. Quanto ao primeiro:

O importante é sublinhar que a razão não se funda na defesa dos interesses colectivos ou individuais, mas em si mesma e num conceito de verdade que não se apreende em termos económicos ou políticos. A razão é o fundamento não social da vida social, enquanto o religioso ou os costumes se definiam em termos sociais, mesmo que se referissem a realidades transcendentes, visto que o sagrado é uma realidade social. (TOURAINÉ, 2005, p. 89).

O segundo elemento que estrutura a modernidade, para Touraine, é “o reconhecimento dos direitos do indivíduo, isto é, a afirmação de um universalismo que dá a todos os indivíduos os mesmos direitos, sejam quais forem os seus atributos económicos, sociais ou políticos” (Ibid., 2005, p. 89).

Estes dois elementos, racionalização e subjetivação, interagem constantemente e não se sobrepõem. A razão dá substância ao pensamento científico e nega explicações mágicas sobre o vivido. A subjetivação permite que indivíduos inseridos no jogo social confrontem a razão com os seus processos pessoais de consciência sobre a experiência. Em outras palavras, sujeito e razão se complementam, recriando a realidade social.

No entanto, a subjetivação não é inerente ao ser humano. Para alcançá-la é necessário empenhar um esforço no sentido de articular e dar sentido às partes que a compõem, no termos de

Touraine: indivíduo, ator⁴ e sujeito. O indivíduo é o ser humano biológico e psicológico; o sujeito é o esforço do indivíduo de dar sentido às experiências e o ator é o indivíduo que age sobre a realidade com o objetivo de modificá-la:

O indivíduo é apenas a unidade particular onde se misturam a vida e o pensamento, a experiência e a consciência. O Sujeito é a passagem do Id ao Eu, o controle exercido sobre a vivência para que ela tenha um sentido pessoal, para que o indivíduo se transforme em ator inserido nas relações sociais, transformando-as, mas sem nunca se identificar por completo com um grupo, com uma colectividade. O ator não é aquele que age em conformidade com o lugar que ocupa na organização social, mas sim aquele que modifica o meio material, e sobretudo social, no qual está situado, transformando a divisão do trabalho, as formas de decisão, as relações de dominação ou as orientações culturais. (TOURAINÉ, 1992, p. 247).

O processo de subjectivação se completa na combinação destas três dimensões da vida humana, ou seja, o sujeito incorpora-se ao indivíduo, compelindo-o a reivindicar e exercer a sua liberdade.

A subjectivação é a penetração do Sujeito no indivíduo e, portanto, a transformação – parcial – do indivíduo em Sujeito. O que era ordem do mundo torna-se princípio de orientação dos comportamentos. A subjectivação é o contrário da submissão do indivíduo a valores transcendentes: o homem projectava-se em Deus; doravante, no mundo moderno, é ele que se torna o fundamento dos valores, uma vez que o princípio central da moralidade passa a ser a liberdade, uma criatividade que é o seu próprio fim e se opõe a todas as formas de dependência. (Ibid., p. 249).

A investigação sobre as vozes docentes é relevante no debate educacional não apenas por serem elas/es os principais agentes da educação escolar na relação direta com estudantes e como implementadoras/es das políticas, mas também porque há uma cultura de silenciamento destes sujeitos que nega a pressuposta condição de sujeito. Este tratamento aplicado às opiniões docentes impacta diretamente na valorização do discurso docente e, consequentemente, a participação destes atores em decisões políticas que influenciam e formulam as políticas educacionais e a qualidade da educação.

4 A tradução da língua portuguesa de Portugal define ator como agente. Contudo, usarei o primeiro vocábulo por considerar que está mais próximo da discussão proposta por esta pesquisa, além de ser o mais comum utilizado no Brasil.

2.1 Vozes docentes silenciadas

Um dos meios para coibir a manifestação pública professoras e professores da escola básica é a ação da mídia. Os temas que aparecem na educação pública e que viram notícia podem sofrer leituras bastante enviesadas da prática pedagógica quando a dissociam das condições em que ocorrem, como mostra Silva (2012). Analisando a cobertura da mídia escrita a uma atividade proposta por um professor na cidade de Santos/SP, em fevereiro de 2011, Silva constatou que a prática daquele docente – que deveria ter sido tema de um debate pedagógico – acabou se transformando em manchete criminal. A notícia era a respeito de um professor de matemática de uma escola de ensino médio que elaborou uma prova “em que os enunciados retratavam o submundo da criminalidade” (p. 54). A mãe de uma das estudantes, ao ver o material, reclamou do docente na direção da escola e também o denunciou à polícia. Silva analisa 16 matérias de jornais, nacionais e regionais, que trataram do assunto.

Silva denuncia a parcialidade das matérias produzidas, a desconsideração do conhecimento científico para a coleta de dados, a ausência de opinião especializada em educação, inclusive da opinião de outros docentes sobre o caso. O editorial do boletim “Desafios da conjuntura” do Observatório da Educação da ONG Ação Educativa, apesar de não se referir ao caso, ratifica a constatação de Silva sobre a ausência da voz docente no debate sobre educação: “a educação vem ganhando espaço no debate público. A mídia reproduz opiniões e análises de governantes, empresários, pesquisadores, artistas e jornalistas, todos falam sobre o tema. Ou, quase todos: falta a voz dos professores nesta conversa” (OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO DA AÇÃO EDUCATIVA, 2008).

Além de omitir a fala do magistério, os textos jornalísticos, como todo gênero textual, constroem um sistema de símbolos para dar sentido específico àquilo que pretendem noticiar. Neste sentido, Silva revela ainda o aparato ideológico que compõe o discurso jornalístico, atribuindo-lhe poder de influência – nem sempre usado de maneira positiva para o magistério – na construção da representação docente sobre a opinião pública. Os jornais analisados que noticiaram o caso do professor da cidade de Santos manipularam a opinião dos/as leitores/as de modo que estes/as também vissem a atitude do professor por um viés de valores que nada tinham

em comum com aspectos pedagógicos. Mesmo quando foi concedido espaço para os/as leitores/as se manifestarem a respeito da prática do professor, as opiniões passaram pelo crivo do editor do jornal que selecionou apenas aquilo que reforçava a notícia já divulgada. Além dos/as leitores/as dos jornais, Silva também destaca a influência da mídia sobre as ações governamentais pois, após as notícias, a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo decidiu afastar temporariamente aquele professor de suas atividades profissionais:

Tomando como base a análise da cobertura da imprensa sobre o caso, podemos nos questionar se a Secretaria de Estado da Educação afastaria o professor de suas atividades, caso o fato não tivesse sido abordado de forma tão negativa nos meios de comunicação. A cobertura midiática pressiona os agentes de governo, até por sua influência na esfera pública, local de constituição democrática da opinião e da vontade coletivas. Nesse sentido, a suspensão de 120 dias aplicada ao professor pode ter relação direta com a repercussão do episódio. (SILVA, 2012, p. 67).

A influência da mídia não se restringe à imagem docente: na discussão sobre qualidade da educação, os meios de comunicação também assumem papel importante na opinião que as pessoas formam acerca deste assunto. Corazza (2012) analisa como uma revista semanal constrói a representação docente em matérias sobre educação. Um dos enfoques das publicações da revista *Veja* quando publica reportagens sobre educação é, de acordo com aquela autora, “a busca da qualidade do ensino, sempre comparando o Brasil com outros países, mostrando pesquisas e parcerias em experiências aplicadas no Brasil” (p. 39).

Algumas das matérias publicadas no periódico e analisadas por Corazza, tomam como base pesquisas realizadas pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) assim como os indicadores internacionais sobre desempenho estudantil como o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA). Este tipo de subsídio escolhido pelo periódico dá margem para a produção de textos que têm como subtemas: a posição do Brasil no *ranking* classificatório do desempenho estudantil, o controle do trabalho realizado em sala de aula, o papel docente como motivador ou desmotivador da aprendizagem das/os estudantes, a importância da direção escolar na aprendizagem dos estudantes, as políticas de bonificação por bom desempenho das escolas de uma rede de ensino, por exemplo.

Corazza conclui que aqueles assuntos tratados na revista *Veja* consideram as opiniões de

alguns atores (como a OCDE, economistas, gestores das secretarias de educação), mas, não retratam a voz de professoras e professores, exceto quando as experiências educacionais são consideradas exitosas dentro dos parâmetros neoliberais adotados pela revista:

Como os textos da revista *Veja* se baseiam em indicadores internacionais de qualidade obtidos na avaliação de alunos, constata-se a ausência contínua da voz dos professores. Mas as imagens que a ilustram são eloquentes, apresentando-os, de modo geral em situações precárias. São mostradas diretoras em experiências bem-sucedidas, como é o caso do Chile e das duas escolas municipais do Rio de Janeiro, e, nesse caso, lhes é dada a palavra. (CORAZZA, 2012, p. 47).

Em outros tipos de mídia, sobretudo na Internet, a voz docente pode encontrar espaço para manifestar-se. Corazza conclui que, nas matérias publicadas na revista analisada, “não há consideração às partes envolvidas no processo – só conhecidas pelas reações informais por meio da internet [caso de professoras/es que discutiram aquelas matérias em *blogs*, por exemplo]” (p. 51).

O Observatório da Educação, programa da ONG Ação Educativa, é um dos espaços virtuais que instiga, publica e debate a opinião docente sobre assuntos educacionais porque entende que: “A voz dos professores e professoras está ausente do debate público sobre educação. Entre as causas deste silêncio, estão os mecanismos normativos e culturais de restrição à manifestação de opiniões que ainda persistem no país” (OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO DA AÇÃO EDUCATIVA, s.d.).

Uma das estratégias do programa Observatório da Educação para dar visibilidade à opinião docente é a campanha “Fala Educador! Fala Educadora!” que reúne tanto as manifestações de professoras e professores da educação básica quanto do ensino superior. Isto é viabilizado por meio de debates, pesquisas e publicação de artigos. Uma das oportunidades de discussão da campanha foi a retomada (em 2008) da Lei nº 10.261, de 1968, que proíbe servidores públicos estaduais de se manifestarem depreciativamente sobre a administração pública estadual de São Paulo. A medida provocou intenso debate entre pesquisadores e pesquisadoras e envolveu docentes da educação básica.

Almeida (2008), por exemplo, argumenta que a Lei nº 10.261 é inconstitucional uma vez

que a Carta Magna de 1988 garante a livre expressão das ideias. A autora defende ainda que aquele dispositivo do governo estadual de São Paulo ameaça a autonomia do trabalho docente e revela a concepção repressora da equipe gestora que a homologou. Esta visão do/a professor/a como executor/a de tarefas pedagógicas, ao mesmo tempo em que os amordaça, também revela as relações de poder que imperam na educação escolar:

Falar sobre o ato de educar se faz indissociável do ato educador. Está associado à possibilidade e capacidade de problematizar e refletir sobre a própria ação docente e seus contextos. Expressa também relações de poder. Portanto, quando o poder instituído reserva aos professores apenas o espaço da ação e lhes nega o direito de formular sua própria proposta de trabalho e de expressar publicamente sua avaliação crítica sobre os modos e as condições que delimitam sua ação pedagógica, vem à tona o caráter autoritário dessas relações de poder. (ALMEIDA, 2008).

Aquela lei do estado de São Paulo contraria também os princípios expressos em tratados internacionais como afirma Martins (2008), que se reporta à Declaração Universal dos Direitos Humanos para se contrapor à “lei do silêncio” imposta a docentes que são servidores públicos. O Artigo 19 da Declaração garante a expressão da opinião e a proteção contra a delimitação de fontes ou fronteiras para construí-las. A autora, na defesa de que o direito de expressar-se é inalienável, destaca a importância da divulgação das ideias docentes como contribuição para o enriquecimento da discussão sobre a educação pública:

O Artigo 19 da Declaração Universal de Direitos Humanos diz que “todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e de expressão; esse direito inclui a liberdade de ter opiniões sem sofrer interferência e de procurar, receber e divulgar informações e idéias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras”. O direito previsto no Artigo 19 pode ser dividido em duas partes. A primeira delas é o direito de expressar-se livremente. A outra, é o direito de buscar e receber informações. O direito à informação garante, inclusive, o acesso a dados e informações detidos pelo governo e suas agências e órgãos, ou seja, informação oficial. O professor é – como funcionário público – portador de relevante informação de interesse social. Ao mesmo tempo – como cidadão – tem o direito de opinar de forma pública sobre tema que lhe é familiar e sobre o qual possui conhecimento e legitimidade. (MARTINS, 2008).

O mecanismo da gestão estadual de São Paulo de atualizar meios (formulados no bojo da ditadura militar) que proíbem a expressão de opiniões contrárias à administração pública por parte dos servidores, além de configurar-se como um desrespeito às leis nacionais e acordos internacionais, é também prática de opressão legitimada pelo poder estatal. Neste sentido, Giglio (2008) aprofunda a discussão remetendo-se à invisibilidade de docentes no que tange à

formulação das políticas educacionais, outra face do autoritarismo estatal.

Estas práticas de opressão, disseminadas num sem número de comportamentos autoritários distribuídos em estruturas hierárquicas, acabaram por serem apropriadas e re-traduzidas em outros comportamentos, dos quais o silêncio dos professores é apenas uma das expressões. Referido à profissão, este silêncio tem significado uma resposta à interlocução sistematicamente negada aos professores e gestores escolares para a definição das políticas governamentais que se sucedem e clivam as escolas, desprezando solenemente a inteligência real ou potencial que a habita. Este movimento de desqualificação dos profissionais da educação para influírem nas políticas públicas de educação – seja a política pedagógica da escola, seja a do sistema – compõe um processo de espoliação do saber e da responsabilidade profissional contínuo. A fabricação da imagem dos docentes das redes públicas como a de uma corporação incompetente e de valores morais questionáveis, permite assistirmos passivamente tanto os governos – promotores da desqualificação e das políticas mal sucedidas – quanto as mídias, voltarem-se de tempos em tempos a justificar a situação educacional dos sistemas pelo desempenho dos docentes e gestores. (GIGLIO, 2008).

A opinião de professoras e professores sobre os assuntos educacionais está, na maior parte das vezes, silenciada na mídia ou, de forma também nociva, adulterada. Além disso, como vimos, há ainda dispositivos legais que impedem a livre expressão das opiniões docentes. Por sua vez, os gestores das redes de ensino também não conseguem articular um diálogo com o corpo docente e, assim, diminui a possibilidade do magistério participar da elaboração das políticas educacionais que incidem sobre o trabalho na sala de aula. Consequentemente, professoras e professores permanecem alijados de compreender e influir no funcionamento da administração educacional. O distanciamento, portanto, entre fazer pedagógico, fazer político e poder para influenciar a mídia de forma a tornar públicas opiniões docentes intensifica o desconhecimento do público leigo sobre as condições (materiais e simbólicas) em que as práticas pedagógicas são realizadas por professoras e professores. Assim, para aquele público, o trabalho educacional se reduz à ação do magistério e a responsabilidade sobre a qualidade da educação acaba, de forma generalizada, sendo traduzida por qualidade do ensino e, deste modo, recaindo sobre os ombros docentes.

As considerações teóricas sobre instituição, sujeito e vozes docentes são aportes fundamentais para a compreensão do objeto de estudo desta pesquisa. Uma vez que as instituições são as produtoras e reprodutoras dos universos simbólicos e que os sujeitos são os potenciais oponentes às ordenações que contrariam sua experiência pessoal, as vozes destes últimos não podem ser silenciadas.

Nesta pesquisa, denomino instituições a Secretaria municipal de Educação e o Sindema; já sujeito é o termo empregado especificamente às professoras e professores que atuam na rede pública do município. Considerando a interação e o jogo político entre eles, sobretudo em relação ao sindicato e ao órgão do governo (não excluindo, naturalmente, o magistério), chamá-los-ei de atores, independente do atributo de sua atuação no universo simbólico compartilhado.

O universo simbólico em que estão situados os atores é a educação pública municipal de Diadema. Nesse sentido, e concordando com Berger e Luckmann quando afirmam que “o organismo e, ainda mais, o eu não podem ser devidamente compreendidos fora do particular contexto social em que foram formados” (2004, p. 74), descreverei alguns aspectos da educação municipal na cidade. Alguns são especialmente relevantes como a caracterização dos atores, a configuração política do poder público e a organização da rede pública de ensino. Estes são elementos importantes para compreender e analisar as opiniões de professoras e professores sobre a carreira e a qualidade da educação. E também suas opiniões sobre as contribuições, impedimentos ou estagnações de sua atividade profissional a partir da reformulação do estatuto do magistério.

2.2 O cenário da educação pública em Diadema

O cenário educacional em Diadema é formado por diversos atores: estudantes, suas mães e pais, diversas funções da categoria docente (há quem atue na educação infantil, no Ciclo I ou no Ciclo II do ensino fundamental, na EJA, na educação especial), diretoras e vice-diretoras de escolas, sindicatos (Sindema e Apeoesp da subsede de Diadema), secretarias de educação municipal e estadual, Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social da Câmara de Vereadores/as, conselhos (Conselho Municipal de Educação, Conselho do Fundeb, Conselho de Alimentação Escolar). Além destes, as outras 16 secretarias de outros setores do município têm também alguma participação nas ações sobre educação, sobretudo as de assistência social, saúde, cultura, esporte e lazer, finanças e serviços e obras (manutenção dos prédios escolares). Cada um desses atores se posicionam de formas ora convergentes ora divergentes sobre os debates a respeito da educação pública do município.

A configuração governamental da cidade no período em que esta pesquisa foi realizada (2010-2013) se alterou por conta da eleição de prefeitos e vereadores/es no ano de 2012. Entre 2010 e 2012, o chefe do poder executivo era o arquiteto Mário Wilson Pedreira Reali, do PT. A Secretaria de Educação foi chefiada pelas professoras da rede de ensino municipal, Lucia Helena Couto (até março de 2012) e Márcia dos Santos (de março a dezembro de 2012). A Câmara Municipal tinha 17 vereadores/as de nove partidos políticos: 5 do PT, 2 do PSDB, 2 do PMDB, 2 do PV, 1 do PC do B, 2 do PSB, 1 do PPS, 1 do PR e 1 do PTB. Dentre estes, nove foram reeleitos para o mandato seguinte. A partir de 2013, o prefeito passou a ser o advogado e ex-vereador Lauro Michels Sobrinho, do Partido Verde (PV). A Secretaria de Educação ficou chefiada pelo advogado e vereador eleito Antonio Marcos Zaros Michels. A composição da Câmara foi ampliada para 21 vereadores/as de sete partidos políticos: 4 do PV, 6 do PT, 2 do PRB, 4 do PR, 2 do PSDB, 2 do PSB e 1 do PMDB.

Os dados preliminares do Educacenso, em 2013, mostram que a rede pública de educação básica em Diadema era formada por 117 escolas. Dentre estas, 57 eram de administração estadual e 60 de administração municipal, incluindo nesta a unidade de atendimento da educação especial, o Centro de Apoio à Inclusão Social (Cais).

A rede de creches conveniadas é administrada por entidades religiosas ou ONGs e, apesar de atenderem gratuitamente e terem parte do recurso para funcionamento repassado pela prefeitura, são consideradas de administração privada. Em Diadema, havia 29 destas instituições, que possuíam 249 funções docentes e atendiam 4.062 crianças até 5 anos de idade. A distribuição das escolas por nível, modalidade e dependência administrativa pode ser vista no Quadro 2.

Quadro 2: Escolas públicas no município de Diadema por dependência administrativa, nível e modalidade de ensino

Dependência administrativa	Nível e Modalidade	Escolas
Estadual	Exclusivas de ensino fundamental ciclo I (1º ao 5º ano)	12
	Ensino fundamental ciclo I e II, ensino médio regular e EJA	44

	Exclusiva de ensino médio	1
Municipal	Exclusiva de educação infantil	27
	Exclusivas de ensino fundamental regular ciclo I (1º ao 5º ano)	6
	Exclusiva de EJA	1
	Educação infantil, ensino fundamental ciclo I e II (regular e EJA), educação especial (surdos)	25
	Cais	1
Privada (creches conveniadas)	Educação infantil (crianças de 0 a 5 anos)	29
Total		146

Fonte: Diretoria de Ensino da Região de Diadema (Secretaria Estadual de Educação de São Paulo) e Secretaria municipal de Educação de Diadema. Agosto de 2013.

Os dados coletados no Educacenso, em 2012, sobre a educação básica em Diadema, mostram que havia 117 escolas públicas: 59 estaduais e 57 municipais, somando 91.057 matrículas. As escolas privadas eram 64, 15.447 matrículas. O número de funções docentes era 5.238, considerando redes pública e privada.

As informações daquele banco de dados (ainda em 2012) especificamente sobre a rede municipal, revelam que em relação à quantidade de professoras/es e estudantes havia 1.723 funções docentes e 26.558 matrículas na rede de administração direta do município (na educação infantil, ensino fundamental, EJA e educação especial – surdos). Não compõem estes números as/os professoras/es e estudantes do Cais e das escolas Eremita Gonçalves da Costa e Lázara Silveira Pacheco (as duas últimas inauguradas após a realização do censo), pois não constavam nos dados divulgados pelo Censo Escolar de 2012.

Além do ensino regular, da educação especial e da EJA, as escolas municipais também oferecem serviços adicionais como o Programa Mais Educação e o Programa Escola Aberta, ambos originados do Governo Federal. Em 2012, 14 escolas aderiram ao Programa Mais Educação e 8 ao Programa Escola Aberta. O primeiro programa é uma ação do Ministério da Educação para implantar a escola de tempo integral:

O Programa Mais Educação, instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e

regulamentado pelo Decreto 7.083/10, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral. As escolas das redes públicas de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal fazem a adesão ao Programa e, de acordo com o projeto educativo em curso, optam por desenvolver atividades nos macrocampos de acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica. (BRASIL, 2013a).

Já o Programa Escola Aberta é um esforço de aproximação da escola com a comunidade do entorno, negociando o uso do equipamento governamental:

O Programa Escola Aberta incentiva e apóia a abertura, nos finais de semana, de unidades escolares públicas localizadas em territórios de vulnerabilidade social. A estratégia potencializa a parceria entre escola e comunidade ao ocupar criativamente o espaço escolar aos sábados e/ou domingos com atividades educativas, culturais, esportivas, de formação inicial para o trabalho e geração de renda oferecidas aos estudantes e à população do entorno. (BRASIL, 2013b).

Capítulo 3

3. O que dizem os atores sobre o Estatuto do Magistério e a qualidade da educação

Este capítulo descreve as possíveis relações que os atores focalizados estabelecem entre estatuto do magistério e a qualidade da educação. No caso das vozes docentes, tais relações poderiam ser apreendidas pelo menos de duas formas, entrevistas e *survey*, e considerei trabalhar com os dois procedimentos. Contudo, o percurso metodológico desta pesquisa precisou ser alterado à medida que algumas informações não puderam ser obtidas. No início do trabalho de campo, no segundo semestre de 2012, considerei que seria apropriado incluir dados quantitativos acerca da opinião docentes sobre estatuto do magistério e qualidade da educação. O pressuposto desta iniciativa era envolver maior número de professoras/es na pesquisa e, a partir de suas respostas às perguntas, generalizar algumas opiniões por meio da regularidade dos resultados obtidos.

Este procedimento evitaria a restrição da coleta de opiniões docentes à entrevista de pessoas previamente selecionadas. Elaborei e apliquei, portanto, um questionário-teste em uma escola municipal de ensino fundamental de Diadema. O instrumento teve por objetivo analisar e quantificar a opinião dos docentes daquela escola sobre alguns aspectos do Estatuto do Magistério que pudessem promover qualidade da educação no município. Além disto, esta aplicação inicial teve a intenção de localizar possíveis inconsistências no instrumento.

O questionário foi entregue para 19 professoras e professores (inclusive direção e coordenação pedagógica) numa reunião de HTPC da escola. Orientei as/os docentes a responderem as perguntas e entregarem assim que houvessem concluído. Um mês depois, finalizei a coleta com o recebimento de seis questionários. Além das adequações no instrumento, constatei que seria preciso estender a ação a um maior número de docentes por causa do número reduzido de devoluções. Tendo em vista a inviabilidade de conseguir a participação de aproximadamente dois mil docentes, era necessário construir uma amostra da população estudada. Assim, procurei o serviço de apoio à pesquisa no Instituto de Matemática e Estatística (IME) da USP. Fui orientada a preencher um formulário no qual constavam perguntas sobre o total da

população investigada e a forma de obtenção dos dados a serem analisados.

Deste modo, busquei, na Secretaria de Educação, informações sobre docentes que estavam em exercício nas escolas. Foram solicitados dados em relação ao número total de professoras/es e a distribuição das/os mesmas/os por: escola, período, segmento de ensino, jornada de trabalho, tempo de atuação na rede de ensino, gênero, idade, se era ou não docente conveniado entre estado e prefeitura e se trabalhava (ou não) em outra rede de ensino. Foi entregue e protocolada a solicitação no setor de gestão de pessoas da Secretaria de Educação. E, posteriormente, foram feitas várias tentativas de contato (pessoal, telefone e *email*) sobre o retorno dos dados. Contudo, após oito meses, as informações não foram fornecidas nem na gestão anterior da secretaria (até 2012) e tampouco na seguinte. Assim, a possibilidade de coletar dados quantitativos foi descartada.

Por isso, a pesquisa assumiu caráter exclusivamente qualitativo, coletando informações a partir de entrevistas e análise de documentos escritos. Portanto, não há qualquer caráter de natureza estatística nesta pesquisa.

O procedimento das entrevistas foi limitado às professoras e professores porque a ênfase do estudo é dar voz a estes sujeitos. A opinião docente sobre o Estatuto também pode ser complementada na análise dos fóruns virtuais criados pela Secretaria de Educação e pelo sindicato. Para verificar as abordagens institucionais, do Sindema e da Secretaria de Educação, foram analisados os jornais e boletins do sindicato, no primeiro caso, e os documentos denominados “circulares”, no segundo.

3.1 Vozes docentes

As vozes docentes sobre a relação entre Estatuto do Magistério e qualidade da educação são descritas por meio de duas fontes: entrevistas e fóruns virtuais do Sindema e da Secretaria de Educação. A primeira foi coletada pela via clássica de pré-seleção e conversa com a pesquisadora. A segunda foi apanhada em dois sítios eletrônicos: no *hotsite* criado pelo sindicato (entre os meses de setembro e dezembro de 2010) e no fórum criado pela Secretaria de Educação (publicada em setembro de 2011) especialmente para possibilitar a discussão do estatuto do

magistério. As informações do sindicato puderam ser analisadas no próprio *hotsite*. Já as da Secretaria de Educação, só puderam ser acessadas com prévio tratamento, uma vez que o documento publicado é uma síntese das principais questões formuladas pelo magistério.

3.1.1 As entrevistas

Levando em consideração o fato de que se desejava saber das professoras as suas impressões e o domínio que possuíam sobre o assunto “revisão do Estatuto do Magistério” e as implicações para a qualidade da educação, o roteiro de entrevista foi formado por três perguntas:

- 1) Quais aspectos da educação podem promover qualidade da educação?
- 2) O trabalho docente pode promover qualidade da educação?
- 3) Você se recorda de algum aspecto no Estatuto do Magistério que ajude a promover a qualidade da educação?

A primeira questão buscou identificar o que as professoras entendiam por qualidade da educação a partir de sua experiência profissional, podendo se reportar tanto ao cotidiano do trabalho quanto às reflexões sobre este ou qualquer outra dimensão que julgasse pertinente para responder a pergunta. A segunda questão tentou elucidar o pensamento sobre qualidade a partir do trabalho docente, isto é, no que o trabalho docente poderia contribuir para alcançar qualidade da educação. Novamente, as professoras podiam usar o seu aparato de conhecimento pessoal para discorrer sobre o assunto. A última questão visou buscar informações sobre a experiência das professoras no processo de revisão do Estatuto do Magistério.

No ordenamento das questões do roteiro, levei em conta que as perguntas tanto seriam comentadas por quem participou como por quem não participou da revisão do Estatuto do Magistério. Ainda que a pergunta três seja mais direcionada, as respostas expressadas nas questões um e dois possibilitariam conhecer a opinião das professoras que não houvessem participado do processo.

Além das perguntas que formaram o eixo da entrevista, as participantes também foram

questionadas sobre nome, idade, tempo de atuação na rede de ensino municipal de Diadema e se participavam de algum grupo em que discutiam educação além da escola na qual trabalhavam.

Apesar do roteiro pré-estabelecido para orientar a conversa com as professoras, elas puderam falar do tema de maneira que considerassem mais pertinente e, apenas quando saíam do assunto, eu refazia a pergunta ou acrescentava outro questionamento do roteiro.

Foram entrevistadas sete professoras e um professor. O critério para a escolha das professoras e do professor levou em consideração a modalidade de ensino para a qual lecionavam (educação infantil, ensino fundamental e EJA) e a função desempenhada no serviço público municipal de Diadema (docente ou gestora escolar). Além disso, tentei garantir variedade de opiniões ao entrevistar professoras que fizeram parte da comissão de revisão do Estatuto do Magistério e outras que não integravam a comissão. O tempo de exercício de trabalho na rede de ensino municipal também foi um critério de escolha. As entrevistas foram realizadas no primeiro e no segundo semestre de 2013. O Quadro 3 sintetiza as informações sobre a identificação das professoras. Os nomes dos sujeitos foram mantidos em sigilo e, por isto, caracterizei cada entrevistada/o com os números de 1 a 8.

Quadro 3: Identificação das pessoas entrevistadas

Identificação	Função	Anos de prefeitura	Acúmulo em outra rede de ensino?	Participou da comissão?
Professora 1	PEB I e ex-diretora de escola	19	Não	Sim
Professora 2	PEB II	16	Não	Sim
Professora 3	PDI	16	Não	Sim
Professora 4	PEB II - EJA	7	Sim ⁵	Não
Professor 5	PEB II - EJA	8	Sim	Não
Professora 6	Diretora de escola	12	Não	Não
Professora 7	PEB I (ensino fundamental)	3,5	Sim	Não
Professora 8	PEB I (educação infantil)	4	Não	Não

5 A professora 4 e o professor 5 trabalham também na rede de ensino estadual de São Paulo; a professora 7 trabalha também na rede de ensino municipal de São Bernardo do Campo.

Denominarei Grupo 1 aquele composto pelas professoras que participaram da comissão de estudos para a revisão do Estatuto do Magistério, ou seja, as professoras 1, 2 e 3. O Grupo 2, por seu lado, será composto das professoras e do professor que não fizeram parte daquela comissão, isto é, professoras/or 4, 5, 6, 7 e 8.

No Grupo 1, estão as professoras que trabalham na rede de ensino há mais de 15 anos: Professora 1, 19 anos e Professoras 2 e 3, 16 anos. A Professora 1, além do exercício da docência em sala de aula, também trabalhou na função de diretora de escola. A professora 2 trabalhou na docência em salas de aula na Educação de Jovens e Adultos (EJA). A professora 3 atuou na educação infantil e como vice-diretora de escola. As três participam de grupos oficiais que discutem aspectos da educação pública: Comissão de Desenvolvimento Funcional e conselhos de educação.

No Grupo 2, as pessoas trabalham na rede de ensino há menos de 15 anos: Professora 4, sete anos; Professor 5, oito anos; Professora 6, doze anos; Professoras 7 e 8, menos de cinco anos. A Professora 4 e o Professor 5 trabalharam durante todo o tempo em Diadema como professora/or e acumulam cargos de docência na rede de ensino estadual de São Paulo há 19 e 14 anos, respectivamente. A Professora 6, trabalhou em Diadema nas funções de docente no ensino fundamental, como diretora (em 2011) e depois como vice-diretora de escola. As Professoras 7 e 8, trabalharam exclusivamente na função docente tanto em Diadema quanto em outras redes de ensino (a Professora 7, na rede municipal de São Bernardo do Campo e a professora 8, já trabalhou na rede municipal de São Paulo, mas atualmente atua somente em Diadema). Estas pessoas afirmam que não participam de outro grupos para discutir educação, a não ser a escola onde desempenham suas atividades. Neste espaço, os momentos são utilizados para debater os temas educacionais (avaliação, desempenho estudantil, remuneração, formação, carreira, entre outros).

Na pergunta um (*quais aspectos da educação podem promover qualidade da educação?*), as Professoras 1 e 2 consideram que a formação docente, a estrutura material e um número reduzido de alunos por sala de aula são aspectos que podem promover qualidade da educação. Além disso, reportam-se a antigos projetos da rede de ensino que promoviam oficinas de

formação continuada oferecidas pelas/os professoras/es da própria rede de ensino e que motivavam qualidade da educação. A Professora 2 acrescenta que a existência de professor/a substituto/a nas escolas também é fator de qualidade. A Professora 3, fala que são fatores de qualidade: a escola de tempo integral, a estrutura física das escolas, a formação continuada de docentes, a alimentação escolar, o número reduzido de estudantes por professora/or, o reconhecimento social da profissão, a segurança da unidade escolar, um vínculo mais forte entre secretaria de educação, direção escolar e professoras/es.

A Professora 4 diz que a qualidade da educação ocorre quando “há condições reais para aprender” que ela explica como sendo relacionada a horários menos flexíveis para entrada dos/as estudantes na escola, regras mais claras de convívio, diminuição do paternalismo do governo (dimensionar a distribuição do material didático, por exemplo). É preciso também, na visão da professora, haver mais foco no ensino e na aprendizagem e diminuir a atenção aos aspectos emocionais, principalmente na EJA “estudantes precisam compreender que vêm para a escola para estudar”. Contudo, a professora afirma que, na prática, é difícil diminuir o assistencialismo (decidido pelo governo) e melhorar o comportamento de estudantes (docentes se sentem afrontados ao serem questionados pelas/os alunas/os): “professores não gostam de aluno que questiona o ensino ou que têm curiosidade”, pois acham que isso é “uma afronta ao conhecimento docente”.

O Professor 5 diz que um dos aspectos da qualidade da educação seria garantir um terço da jornada de trabalho para o planejamento das atividades pela “Lei do Piso” (o professor tem várias propostas para a composição desta organização dos horários), uma melhor remuneração docente, um programa de acompanhamento do desempenho de estudantes por parte da família com relatório sobre o desenvolvimento acadêmico e social, focar no trabalho intelectual do/a professor/a e não nos aspectos emocionais com estudantes porque a escola “não é um lugar para 'guardar' crianças, é um lugar de estudo”. Em oposição, o professor destaca que são fatores para a falta de qualidade os resultados negativos das provas externas à escola (Saresp, Enem, Prova Brasil) e a culpabilização de docentes por estes resultados, feita pela mídia e pelo governo. No entanto, o professor acredita que há problemas na elaboração dos instrumentos de avaliação

“feitos por gente que está fora da escola”. O professor também atribui à distância entre universidade e escola básica um elemento de falta de qualidade “os avanços da academia não atingem a sociedade”.

A Professora 6 afirma que há qualidade da educação quando é garantida a formação continuada das professoras/es, quando há condições para a qualidade de vida docente (dedicação a apenas uma escola, tempo para a vida privada, tempo para estudar); melhor remuneração; investimento do governo na conscientização sobre a importância da escola; envolvimento das famílias na educação das crianças (porque “educação vem de berço”); qualificação das reuniões de mães e pais (a escola tem que promover a parceria com as famílias dos/as estudantes); maior aproximação entre escola e sociedade (as práticas escolares têm que contemplar a cultura local). De acordo com a professora-diretora, também há qualidade quando há uniforme e material didático adequado às necessidades escolares, quando há suporte didático (ampliação das oportunidades de aprendizagem para além da escola) e se o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) pudesse ser usado de forma mais ampliada (adequação do que pode e o que não pode ser gasto com este recurso).

A Professora 7 aponta qualidade da educação quando há “melhor salário para o professor, formação continuada e condições de trabalho” este último aspecto definido por ela como “materiais didáticos adequados ao currículo do ano ou ciclo, espaços alternativos como biblioteca, informática e jogos”. A professora afirma que não garantir tais condições pode contribuir nos desempenhos negativos dos/as estudantes em provas externas: “a gente acompanha as notícias sobre as notas dos alunos nas provas do Saresp e da Prova Brasil. Estes números não são bons. Acho que eles mostram os salários ruins, a falta de condições de trabalho do professor”. Há ainda dois outros fatores apontados pela professora para promover qualidade da educação: a redução do número de estudantes por turma e maior participação das famílias na vida escolar das crianças.

A Professora 8, compartilha a percepção da Professora 7 ao detectar como aspectos da qualidade da educação melhores salários para o magistério, maior oferta de formação continuada, participação das famílias e redução do número de estudantes por turma. A professora relaciona qualidade a maior oferta de formação continuada pela secretaria de educação, aumento salarial e

a dedicação exclusiva a uma só escola: “Tem pouca formação na secretaria e professor não tem tempo de procurar outras alternativas, porque trabalha dois períodos. O salário deveria ser melhor para que pudéssemos trabalhar em uma só escola”.

Na pergunta dois (*o trabalho docente pode promover qualidade da educação?*), a Professora 1 afirma que o trabalho docente promove qualidade da educação quando consegue fazer planejamento das aulas de acordo com a idade e, desse modo, garantir a alfabetização no tempo adequado. Além disso, o diálogo entre as professoras que atendem as mesmas crianças é importante para dar continuidade ao trabalho e também porque permite que as professoras/es conheçam melhor seus/as alunos/as. A Professora 2 afirma que o trabalho docente, realizado com compromisso, é fundamental para a qualidade da educação. Este compromisso, de acordo com ela, depende das condições objetivas de trabalho. A Professora 3 diz que o trabalho docente promove qualidade quando está afinado às necessidades das crianças: “na educação infantil, por exemplo, é preciso focar no lúdico, no despertar da curiosidade, promover autonomia e criatividade”. Além disso, a Professora 3 diz que “quando as/os professoras/es transitam entre as funções na rede de ensino (docência, direção de escola, coordenação pedagógica, cargos na secretaria de educação) e volta para a sala de aula depois de algum tempo, a sua prática melhora porque consegue compreender melhor o funcionamento da rede”.

A Professora 4 diz que o trabalho docente promove qualidade se a/o professora/or estiver disposta/o “a ajudar o aluno”, isto é, “estar aberto para ouvir, estabelecer laços de confiança, não limitar o avanço à nota, mostrar para o aluno o quanto ele avançou” e também ensinar os procedimentos de auto-avaliação e a responsabilidade porque “são coisas que os alunos podem aprender e que os professores podem ensinar”. Ela diz que as/os professoras/es precisam continuar estudando porque “o conhecimento se atualiza e nem tudo que a gente aprende, guarda na memória para sempre”. O Professor 5 concorda com a colega quando ratifica a importância da formação continuada, que, segundo ele, deve ser tanto uma ação individual do/a docente quanto do governo. O professor também destaca a importância da elaboração de projetos de trabalho por parte do profissional “mas tem que ser bem fundamentado, com base na teoria, não dá pra fazer projeto só na conversa”.

A Professora 6 discorre sobre a relação entre qualidade e profissão a partir da sua visão como gestora de escola. Deste modo, ela afirma que o trabalho da direção escolar promove qualidade quando estabelece uma parceria com as/os professoras/es da escola porque assim “é possível compreender a ansiedade docente em relação à aprendizagem dos alunos e, a partir disso, ajudar de forma mais objetiva”.

A Professora 7, diz ser “o professor quem está na linha de frente da educação. É ele quem trabalha diretamente com os alunos” e, por isso, pode promover qualidade da educação. Nesta questão, a professora destaca a falta de participação das famílias e as múltiplas funções desempenhadas pelo magistério: “hoje em dia, é muito difícil trabalhar com os alunos. Além de terem muitas dificuldades de aprendizagem, são muito indisciplinados. Eu entendo que eles vêm de um contexto de violência, mas, deviam ter outro comportamento na escola. Quando informamos os pais, eles não sabem o que fazer. O professor tem que ser a referência para tudo: pessoa educada, comportamento leitor e escritor, quem resolve os conflitos. A gente mais parece psicólogo, enfermeiro e assistente social do que professor. O salário é pouco para tantas funções”.

A Professora 8 diz que o trabalho docente promove qualidade quando “o professor é bem formado e atento para as questões do desenvolvimento infantil”. Nestas condições, e reportando-se ao seu lugar como professora de educação infantil, ela afirma que o protagonismo docente ajuda na qualidade: “incentivar e ensinar as crianças quando começam a engatinhar e a comer comidas sólidas, por exemplo, é importante. Trazer propostas diferentes para as atividades com os alunos, principalmente as lúdicas. Acreditar na capacidade de aprendizagem das crianças pequenas. Isso desenvolve a criança e melhora a qualidade da educação”.

Sobre a pergunta três (*você se recorda de algum aspecto no Estatuto do Magistério que ajude a promover a qualidade da educação?*), a Professora 1 opina que o Estatuto do Magistério ajuda a promover qualidade da educação quando valoriza a formação continuada de docentes incluindo-a como condição de ascensão na carreira por aumento de salário e outros benefícios; quando prevê o dimensionamento do trabalho na escola (adequação do número de funcionários docentes e não docentes necessários para o andamento das atividades cotidianas, por exemplo) e, além disso, quando cria condições para que um terço da jornada docente seja destinada ao

planejamento das ações pedagógicas (Lei do Piso Salarial).

A Professora 2 partilha da opinião da colega sobre a destinação de mais horas para o planejamento do trabalho pedagógico. Esta mesma professora avalia que alguns aspectos do Estatuto podem promover qualidade, porém, que parte disso depende da forma de implementação da lei municipal. A professora julga que a equiparação salarial entre professores/as com mesma formação foi um avanço do estatuto porque possibilitou que mais docentes se dedicassem com exclusividade à rede municipal de Diadema. Além disso, a reafirmação do processo eleitoral para a direção das unidades escolares fortalece, na visão da professora, a participação da comunidade escolar. No entanto, a professora afirma que a avaliação de desempenho prevista no novo estatuto pode ser um aspecto que promove qualidade quando permite que o conjunto de atores que participa dos projetos escolares possa avaliar a si mesmos, uns aos outros, as condições de trabalho, a gestão escolar, a gestão da rede de ensino. Como este é um elemento do estatuto que ainda está em fase de elaboração, a professora afirma que é preciso aguardar a implementação da avaliação.

A Professora 3 diz que o Estatuto do Magistério melhora a qualidade da educação ao implantar o “Bônus pó-de-giz” (gratificação em dinheiro para docentes que são assíduos ao trabalho) que é uma forma de reconhecer o trabalho docente, embora os critérios para a premiação ainda precisem ser ajustados porque “como está, penaliza professores que ficam doentes, por exemplo”. A nova configuração das tabelas salariais e da progressão na carreira favorece a qualidade porque incentiva a formação continuada, que, na opinião da professora, deve ser gratuita e oferecida pela prefeitura. A professora refere-se a experiências positivas de formação promovidas pela Secretaria de Educação em anos anteriores⁶. A professora opina que a garantia de HTPC também é um fator de qualidade, mas, que precisa ter o formato repensado, pois, atualmente, muito do tempo é destinado para informes da Secretaria de Educação e pouco tempo é usado realmente para a formação: “é preciso pensar com o grupo de professores uma

6 Para conhecer mais sobre as práticas de formação continuada da Secretaria municipal de Educação de Diadema, ver: GOUVEA, Maria Helena. **Desafios da formação permanente de professores no município de Diadema – SP**. 2012. 400 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo

formação que atenda às necessidades da escola”.

A Professora 4 diz que a garantia de formação continuada é um fator de qualidade, contudo, isso não “concretiza na prática porque não contempla os segmentos, a EJA não tem formação específica e de qualidade há algum tempo”. A professora compara a forma de concessão das faltas abonadas (dia de folga sem desconto salarial garantido por causa dos meses de 31 dias que são pagos como 30 dias) entre rede estadual e rede municipal: “a prefeitura precisa rever o impedimento da falta abonada de segunda e sexta. No estado, podemos tirar em qualquer dia da semana”. Outra comparação com a rede estadual é a progressão salarial por tempo de serviço: “o biênio da prefeitura é melhor que o quinquênio do estado, podemos ver a evolução de forma mais rápida”.

O Professor 5 avalia que o Estatuto promove qualidade porque incentiva a formação continuada aumentando o salário de docentes que continuam estudando. Comparando a rede municipal com a rede estadual, o professor considera melhor a progressão por títulos e cursos da rede municipal que da rede estadual “é melhor que o estado porque aceita os cursos oferecidos pela própria secretaria de educação”. O professor concorda com a Professora 4 sobre a progressão por tempo de serviço: “na prefeitura, o biênio oferece possibilidade de uma porcentagem maior de aumento no salário em menos tempo e isso é melhor que no estado”. Contudo, o professor localiza na possibilidade de realização de cursos de mestrado e doutorado pagos pelo governo estadual uma comparação negativa em relação à prefeitura de Diadema, onde não há esta oportunidade: “de qualquer forma, eu não sei se a prefeitura teria condições para pagar este benefício”.

A Professora 6 acredita que o Estatuto possibilitou qualidade quando definiu a existência de uma/um coordenadora/or pedagógica/o por escola de ensino fundamental (antes da revisão do Estatuto, a coordenação pedagógica era realizada por Assistentes de Trabalho Pedagógico – ATP – que se dividiam entre duas escolas). Na opinião dela, isso ajudou no trabalho da direção da escola, pois pode se dedicar mais especificamente às tarefas administrativas que “são muitas e tomam muito tempo”. A professora afirma que “a isonomia salarial trouxe uma sensação de justiça” (após a revisão do Estatuto, professoras e professores, independentemente da modalidade

para a qual lecionam, ganham o mesmo piso salarial). Além disso, as novas tabelas salariais incentivam a formação continuada de docentes, segundo a professora, que destaca ainda a importância da revisão constante do Estatuto tendo em vista as mudanças que ocorrem na cidade ao longo do tempo.

A Professora 7 afirma que a contribuição do Estatuto para a qualidade da educação foi a de garantir a “isonomia” salarial: “eu tinha acabado de entrar na prefeitura e achei positivo o aumento salarial que tivemos. Isso foi muito justo. Não está certo um professor ganhar mais que o outro. Todos fazem o mesmo trabalho, independente da idade dos alunos”. Um aspecto da revisão do documento que contrariou parte da opinião docente, de acordo com a professora, foi a alteração no processo de remoção de escola: “uma outra coisa que me lembro é sobre a remoção. Vários professores queriam que continuasse sendo feita anualmente, mas no final, ficou sendo a cada dois anos”.

A Professora 8 não se refere a nenhuma relação específica entre Estatuto do Magistério e qualidade da educação. Apesar de ter participado das discussões na escola, do fórum criado pela Secretaria de Educação e ter participado de algumas reuniões no sindicato, ela constata que: “tenho que confessar que acho difícil entender a linguagem da lei e não deveria ser assim. A lei está o tempo todo na nossa vida, mas é difícil de ser entendida”.

Ao serem questionadas/o sobre o que achavam dos meios de participação promovidos para debater o Estatuto, as professoras/or do Grupo 2 manifestam-se do seguinte modo: a Professora 4 disse que participou da discussão na escola em que atuava em 2011: “foi bom ter na escola, mas a mudança das tabelas [salariais] não ficou clara”. O Professor 5 também discutiu o assunto no HTPC da escola em que lecionava e avalia que a revisão não foi feita “às escuras”, mas acha que não houve “participação efetiva” porque “o sindicato e o governo jogam opiniões, os professores não lêem [a minuta do Estatuto] e não têm condição de discutir o assunto”. A Professora 6 afirma que houve meios de participação e que, na escola em que era diretora em 2011, “as professoras representantes traziam as informações da secretaria e do sindicato e discutíamos no HTPC”. A professora avalia ainda que, apesar do incentivo, várias/os professoras/es não se envolveram na discussão do documento, “não estavam interessadas/os em

aprender, é uma linguagem difícil”. A Professora 7 diz que sua participação ficou restrita às discussões no HTPC da escola: “eu não participei muito, mas acompanhei os debates que aconteciam no HTPC da escola”. A Professora 8 participou em várias oportunidades: “participei da discussão do estatuto no HTPC da escola e no fórum da secretaria. Fui em umas reuniões no sindicato. Mas não me aprofundi muito”. Contudo, como já citado, ela disse que a linguagem da discussão era, em parte, inacessível.

As respostas obtidas nas entrevistas revelam que os temas da formação continuada, da melhor remuneração, da redução de estudantes por turma, da disponibilidade de recursos físicos e de maior presença das famílias foram recorrentes como fatores que promovem qualidade da educação. Um maior reconhecimento da profissão e o foco das ações pedagógicas na aprendizagem estudantil foram apontados por duas entrevistadas: 3 e 6, no primeiro tema, e 4 e 5, no segundo. A preocupação com os resultados negativos em provas externas realizadas por estudantes foi manifestada por duas pessoas, 5 e 7. Este último aspecto foi apontado como um fator que piora a qualidade da educação.

A relação que as pessoas entrevistadas estabelecem entre qualidade da educação e trabalho docente é positiva quando: as professoras e os professores têm “compromisso” com a profissão. Esta noção é melhor apreendida na voz das Professoras 4 e 8 quando afirmam que é função docente ouvir e incentivar os estudantes. A Professora 7 concretiza esse “compromisso” na realização das múltiplas tarefas, uma vez que, se não forem feitas pelo magistério, não haverá quem faça. Outro fator, apontado pelas Professoras 1 e 3 e pelo Professor 5, que associam o trabalho do magistério à qualidade da educação, é o planejamento das aulas e projetos de acordo com as necessidades das/os estudantes. O estabelecimento de parceria tanto entre docentes, quanto entre direção e docentes, foi apontado pelas professoras 1 e 6 como fator de qualidade. A formação continuada apareceu novamente associando-se à qualidade, uma vez que a Professora 4 e o Professor 5 abordam o fator como positivo para o aprimoramento do trabalho docente. A Professora 3 foi a única a opinar que a transição entre funções da rede de ensino pode contribuir para melhorar a qualidade da prática pedagógica.

O Estatuto do Magistério promove qualidade da educação, nas opiniões coletadas, quando

melhora as condições de evolução funcional (reconhecimento da formação continuada e do tempo de serviço) e quando equipara os salários entre docentes. Estes foram os dois elementos em que houve maior convergência de opiniões. A destinação de maior tempo para planejamento das atividades foi apontada pelas Professoras 1 e 2 (na terceira pergunta) e também pelo Professor 5 (na primeira pergunta). Os aspectos da dedicação exclusiva à rede municipal, da avaliação de desempenho, da eleição de direção escolar (Professora 2), do “bônus pó-de-giz”, da reformulação do HTPC (Professora 3) e da coordenação pedagógica (Professora 6) foram apontados como fatores de qualidade por apenas uma professora cada. Uma entrevistada (Professora 8) não opinou sobre o questionamento.

3.1.2 Os fóruns virtuais do Sindema e da Secretaria de Educação

Na edição de outubro de 2010, por meio do *Jornal do Sindicato*, o Sindema divulgou a criação de um sítio eletrônico temporário (*hotsite*) com o objetivo de incentivar e ampliar a participação docente na revisão do Estatuto do Magistério.

Professores/as, ATP's, Assistentes, Coordenadores/as e Diretores/as, conforme anunciado nas duas plenárias de 28/08 e 25/09, foi construído mais um canal de participação e discussão dos assuntos referentes à Revisão do Estatuto do Magistério, o hotsite www.estatutoeducacao.org.br. (SINDEMA, 2010).

A plataforma era de uso restrito ao conjunto dos docentes da rede pública municipal, que precisavam, portanto, identificar-se para acessá-la. A página eletrônica de interação estava organizada por meio de temas que abordavam o conjunto dos artigos do estatuto: quadro do magistério, habilitação dos profissionais da educação, campo de atuação, concurso público, qualificação dos profissionais da educação, dimensionamento da força de trabalho, remoção, atribuição de aulas, jornada de trabalho, evolução funcional, remuneração, adicionais, afastamentos, acúmulo de cargos, estágio probatório, direitos e deveres. As professoras e professores, previamente cadastrados, acessavam o ambiente virtual e se manifestavam sobre um ou mais grupos de assuntos de seu interesse.

A análise do material (Anexo I) mostra que as/os professoras/es utilizaram o espaço para

manifestar posicionamentos acerca da revisão do Estatuto que podem ser agrupados em quatro categorias: reivindicações, propostas, opiniões e dúvidas.

As reivindicações são relativas: à formação continuada específica por área de atuação; garantia de atuação na área de formação; à garantia de aulas de educação física e artes na EJA; à equiparação dos salários de docentes aos de outros cargos com exigência de nível superior; à realização da jornada integral em uma única escola; à diminuição do tempo com estudantes em favor da ampliação do tempo reservado à formação continuada; às alterações no modelo de HTPC; à revisão dos critérios para a evolução funcional; à alteração na composição da “licença-ano” (afastamento do trabalho por óbito de familiares de alguns graus de parentesco); à revisão da pontuação para PDIs e à valorização de profissionais que permanecem na rede de ensino.

As propostas das professoras e professores são em favor: da criação de cargos (“inspetor de alunos”, por exemplo) e de funções docentes (como a de professora/or substituta/o); da criação de artigo no novo estatuto que contemple as/es professoras/es conveniadas da rede estadual; de uma nova composição da jornada de docentes de educação física e artes; de critérios e composição da comissão de remoção e de alternativas ao modelo de atribuição de aulas.

No grupo das opiniões, as/os professora/es posicionam-se contrária ou favoravelmente, apresentando argumentos, sobre: a exigência do diploma de pedagogia para algumas funções não docentes (como supervisor de ensino); o acompanhamento de professoras regulares das turmas às aulas de educação física e artes; os critérios em vigor para a definição do acúmulo lícito de cargos; o tipo de avaliação dos títulos para evolução funcional e sobre o estágio probatório.

As dúvidas são referentes aos direitos dos PDIs, à remoção e ao estágio probatório.

Por meio da Circular GAB SE nº 009/11, de 13 de abril de 2011, a Secretaria de Educação divulgou a pré-minuta do estatuto para a rede de ensino. Argumentando que a primeira etapa da revisão estava concluída, solicitava ao magistério que participasse da segunda etapa. Esta consistia, na distribuição do documento nas escolas, discussão e encaminhamento das opiniões da equipe escolar para a comissão de estudos.

É importante o seguinte esclarecimento: esse documento, embora expresse os estudos e debates feitos não tem, na sua totalidade, o consenso do grupo.

A primeira etapa está concluída. Nesta segunda etapa será necessário que cada professor perceba a importância de sua participação. Para tanto, a Secretaria de Educação entendendo essa importância, contribui na organização desse tempo autorizando 4h mensais do horário de formação na escola, para discussão da proposta. Caberá à direção escolar essa organização. Será disponibilizado, também, no Portal da Educação um Fórum para perguntas e solicitações de esclarecimentos. Contamos com a participação de todos. (DIADEMA, 2011a).

Para centralizar e divulgar as opiniões, a secretaria abrigou temporariamente, em seu sítio eletrônico oficial, um fórum para a discussão da pré-minuta do Estatuto. Tal qual o *hotsite* do sindicato, o fórum da secretaria também era acessado de forma restrita por docentes previamente cadastrados e foi organizado a partir dos mesmos grupos temáticos da primeira instituição. Após finalizar o período de funcionamento da ferramenta virtual, a equipe da secretaria elaborou e publicou uma síntese denominada “principais questões apontadas pelos professores em relação à minuta do plano de carreira”. Este documento reorganizou os grupos temáticos de acordo com as manifestações docentes (Anexo II), o que ampliou o número destes grupos em relação ao documento do sindicato analisado. Ademais, a Secretaria de Educação apresentou as manifestações de professoras/es acompanhadas de respostas da comissão para revisão do Estatuto. É aquela síntese que está sendo analisada nesta pesquisa.

As manifestações docentes no espaço destinado pela secretaria também puderam ser agrupadas nas mesmas categorias da primeira, ou seja, reivindicações, propostas, opiniões e dúvidas. No campo das reivindicações, as/os professoras/es solicitaram revisão dos critérios e formato do modelo de remoção; criação de cargos de apoio (como “inspetor de alunos”⁷); realização de concurso público para as funções de direção e vice-direção de escola, coordenação pedagógica e supervisão escolar; regras mais claras para o acúmulo lícito de cargos; a supressão de artigos sobre faltas abonadas ou no HTPC e uniformização do recesso escolar para docentes de todas modalidades de ensino.

As opiniões expressaram discordância sobre a intervenção da gestão escolar na atribuição

⁷ “Inspetor de alunos” é a denominação para o profissional que acompanha estudantes, por exemplo, nos intervalos entre as aulas.

de turmas/aulas; sobre a definição do calendário de férias para docentes em funções gratificadas (gestão escolar) e sobre a possibilidade de convocação da secretaria para que docentes na condição de recesso escolar participassem de atividades de formação, por exemplo.

O magistério apresentou propostas à minuta do Estatuto referentes a: alterações no modelo disponível de organização do HTPC; supressão de artigos que definem como deveres a participação na organização do censo educacional, em eventos de divulgação cultural e cívicos; supressão de artigos que possibilitam o poder municipal a interromper os afastamentos para tratar de assuntos particulares; supressão de artigos que limitam a concessão de faltas abonadas e nos HTPCs; incentivo aos profissionais que participam do conselho escolar; aumento do tempo extraclasse para cumprimento dos deveres descritos na minuta; oferta de opção de jornadas de trabalho; possibilidade da remoção por permuta ser definitiva e que a avaliação de desempenho devesse ser considerada como gratificação e não como condição para a evolução na carreira.

As dúvidas formuladas pelas/os professoras/es referem-se: à restrição dos benefícios (alimentação, por exemplo) a um cargo quando a/o professora/or tem dois cargos na prefeitura; ao prazo para o deferimento das faltas abonadas; aos critérios e responsáveis pela avaliação de desempenho; à extinção de cargos; às condições para indicação de turmas; aos direitos de docentes afastados/as; aos direitos de PDIs; aos direitos de docentes readaptados/as; às atribuições e jornada da/o professora/or substituta/o; a como garantir a relação entre educação escolar e trabalho; ao censo educacional; à definição do que são pesquisa educacional e material didático; às providências em relação à redução do número de estudantes por turma; à disponibilidade das salas provenientes da municipalização das escolas estaduais no processo de remoção; às condições para conseguir a “isonomia salarial”; à utilização das faltas na evolução funcional; aos critérios da evolução funcional por meio da formação continuada.

As manifestações do magistério nos dois fóruns de discussão são convergentes em alguns temas como: a criação dos cargos de apoio (“inspetor de alunos”); a reformulação dos critérios para a remoção, para o HTPC e para a evolução funcional; a redução do número de estudantes por turma; a importância da implantação de medidas que diminuam o tempo com estudantes em favor do aumento do tempo destinado ao planejamento das ações educativas e sobre os direitos

dos PDIs.

As outras manifestações não são exatamente discrepantes nos dois espaços de debate. O intervalo temporal entre a participação em um e outro espaço revela que houve crescente apropriação do tema “Estatuto do Magistério”. Além disto, a disponibilidade de material para consulta também foi um fator que complementou a percepção do magistério sobre o assunto. No primeiro fórum, em 2010, a revisão do Estatuto estava numa fase inicial e tinha como subsídio o parecer do CNE (nº 9, de 2 de abril de 2009) e o material produzido e divulgado pelo sindicato, além das reuniões promovidas por esta instituição. No segundo fórum, em 2011, as professoras e professores puderam acumular às ações do Sindema, a reunião ocorrida com a Secretaria de Educação em fevereiro daquele ano (para divulgar o andamento da revisão e a sua visão sobre o processo) e a apresentação da pré-minuta do projeto de lei do Estatuto do Magistério. A ocorrência de maior número de dúvidas fundamentadas do que das outras categorias de expressão (reivindicações, propostas e opiniões) no segundo fórum, demonstra o esforço do magistério de compreender o documento apresentado.

Outro resultado do exame do conteúdo dos dois fóruns é a emergência de temas que são pontuais na experiência docente, isto é, que estão interferindo no momento presente. No primeiro fórum, a remuneração, a atuação, a remoção e o estágio probatório foram os assuntos que mais despertaram interesse e opiniões. No segundo semestre de 2010, predominava o desnivelamento salarial entre docentes da educação infantil, do ensino fundamental e da EJA (a situação só começou a ser corrigida a partir de julho de 2011). Os baixos salários praticados pela rede de ensino provocavam movimentação constante no quadro do magistério, culminando com pedidos de exoneração de pessoal. Isto acarretava numa situação dramática de falta de professoras/es, o que era remediado com o deslocamento de docentes de uma área para atuar em outra (nos casos das áreas específicas da EJA e também de artes e educação física para o ensino fundamental regular).

A remoção de escolas foi outro ponto bastante muito discutido no *hotsite* do sindicato. A partir de setembro daquele ano, com a constituição da comissão de remoção, iniciou-se o processo de movimentação docente entre as escolas da rede. A dinâmica de inscrição,

classificação e posterior escolha de escolas foi permeada por questionamentos acerca da validação de títulos para pontuação e sobre a lisura do processo. O estágio probatório pautou os debates uma vez que docentes ingressantes pelo concurso de 2009 sentiam-se prejudicados/as pelas regras que regulavam a remoção e a atribuição de turmas.

Em 2011, a síntese do fórum realizada pela Secretaria de Educação revela que os pontos que mais despertaram atenção docente foram: HTPC e acúmulo de cargos; divisão de estudantes em turmas diferentes das que estavam matriculados/as (quando faltava docente, assistiam aulas em outra turma); evolução funcional e avaliação de desempenho; extinção de cargos; faltas e concurso para direção escolar. As alterações promovidas pela secretaria na formação dos horários coletivos de trabalho (como a limitação de ocorrência destas reuniões pelo número de classes da escola) reduziram as possibilidades de escolha de escolas por parte de docentes que trabalhavam também em outras redes de ensino.

A insuficiência de professoras/es disponíveis manteve-se em 2011. Esta situação provocou constante distribuição de crianças em outras turmas, o que causava transtornos por aumentar o número de estudantes sob a responsabilidade de um único docente. As mudanças propostas pela minuta de lei apresentada, sobretudo na forma de pontuar os cursos de formação continuada e a sua vinculação à avaliação positiva de desempenho como modo de progredir na carreira, não agradaram o magistério. As modificações na nomenclatura dos cargos docentes causaram dúvidas entre a categoria profissional, assim como as novas regras para validação de atestados médicos e faltas abonadas na evolução profissional. Os requisitos para candidatar-se aos cargos de direção escolar foram contestados por professoras e professores, uma vez que, no ano de 2011, foi iniciado o processo eleitoral para esses cargos não docentes.

3.2 A abordagem do Sindema

A qualidade da educação associada ao trabalho docente também foi investigada nos materiais produzidos pelo Sindema. Entre as várias opções disponíveis (jornais, boletins, notícias, cartilhas, cartas e outras), foram selecionadas as edições do *Jornal do Sindicato* e os boletins que são distribuídos nos equipamentos de trabalho do serviço público da cidade (escolas, Unidades

Básicas de Saúde, Hospitais, Departamento de Limpeza Urbana, por exemplo). A produção analisada compreende os anos de 2010 e 2011. Em 2010, foram publicadas 13 edições do jornal; em 2011, houve divulgação de 11 edições do jornal e de 14 boletins (Quadro 4).

Quadro 4: Edições de jornais e boletins produzidos pelo Sindema em 2010 e em 2011

Ano	Mês	Edições
2010	Fevereiro, maio, julho e dezembro	0
	Janeiro, março, abril, junho, agosto, setembro, outubro e novembro	13
2011	Janeiro	0
	Fevereiro a dezembro	25

O material selecionado não apresenta número de publicação e, por isto, nomeei-o livremente de acordo com o mês, acrescentando números romanos conforme a ordem cronológica (Anexo III e Anexo IV). A partir disto, realizei a leitura de todas as publicações buscando sintetizar os assuntos tratados e, de modo particular, reuni e sistematizei o tratamento do tema “Estatuto do Magistério” nos jornais e boletins. A primeira informação obtida na leitura dos documentos selecionados foi a forma pela qual professoras e professores são tratadas/os em relação ao gênero. Apesar desta pesquisa não tratar sobre este tema, considerei pertinente apresentar os dados tendo em vista os estudos sobre gênero na área da educação.

Nas publicações do sindicato, a abordagem é de uso de terminação masculina ou de consideração à dupla terminação (neste último caso, com primeira referência ao gênero masculino) como mostra o Quadro 5.

Quadro 5: Tratamento de gênero sobre o pessoal do quadro do magistério nos jornais e boletins produzidos pelo Sindema em 2010 e em 2011

Ano	Publicação	Tratamento
2010	Abril III, Junho, Agosto, Setembro e Outubro.	Dupla terminação
	Novembro I e II.	Masculino + dupla terminação
	Janeiro.	Apenas masculino
2011	Fevereiro, Março, Abril II e Maio VIII.	Dupla terminação

	Abril I, Abril Educação, Maio (I, III, VII), Junho, Julho I, Setembro, Outubro e Novembro.	Masculino + dupla terminação
	Abril (III e IV), Maio X, Julho II, Agosto e Dezembro.	Apenas masculino

A respeito dos assuntos abordados, há predomínio de notícias relativas à abertura, andamento e finalização da campanha salarial de cada ano. Neste processo, são explicitados os pontos prioritários que compõem as pautas entregues ao governo municipal e os procedimentos de mobilização para dar visibilidade às reivindicações. As ações que movimentam a campanha salarial são formas de pressionar o poder executivo para o atendimento das reivindicações trabalhistas e também de informar a população do município. Deste modo, acontecem plenárias, assembleias, paralisações temporárias do serviço, greve, negociações com a prefeitura, explicações sobre a situação econômica do município, apoio de organizações sindicais (CUT e CNTE, por exemplo) e outros sindicatos (da região do Grande ABC e de São Paulo).

Uma vez deflagrada a campanha salarial, as matérias publicadas oferecem informações sobre o andamento das negociações das pautas das campanhas e possuem termos de incentivo à participação do funcionalismo nas ações sindicais (luta, união, compromisso, respeito, entre outros). Na finalização das campanhas, há sempre uma mensagem positiva que reforça a união das/os trabalhadoras/es nas conquistas alcançadas.

Ademais, as comunicações sobre as campanhas salariais estão sempre situadas no contexto mais geral da conjuntura local, regional e nacional como aumento dos valores da cesta básica, aumento salarial no setor privado, comportamento do Produto Interno Bruto (PIB) e a tendência de terceirização de serviços públicos, por exemplo.

Contudo, há outros temas abordados: festividades, que são uma forma de integração entre o funcionalismo público e também de aproximação com o sindicato (festa das/os servidoras/es públicas/os, atividades esportivas, festa junina, convite para assistir jogos da copa do mundo de futebol); divulgação de direitos (abono Pasep, aposentadoria especial); alerta e orientação sobre empréstimo consignado (descontado na folha de pagamento); orientações jurídicas (cartilha sobre assédio moral); apoio e participação nas eleições dos conselhos (da educação, da saúde, da previdência social); divulgação de eleições para a renovação da direção do próprio sindicato e

também do Ipred (Instituto de Previdência de Diadema); divulgação de atividades da CUT e da TV dos Trabalhadores (TVT); saudação ao Dia Internacional da Mulher (8 de março) e divulgação da Marcha Mundial das Mulheres; ao Dia do/a professor/a (15 de outubro), comemoração do Dia da Consciência Negra (20 de novembro) e do aniversário da cidade (8 de dezembro).

Além disso, o sindicato também emite opiniões sobre assuntos que afetam a sociedade de modo geral como alterações do transporte público da cidade, eleição presidencial nacional, apoio à reforma agrária, orientações sobre plebiscito para consulta sobre o uso da terra no Brasil e merenda escolar.

Nas edições publicadas, fica visível o jogo político e a disputa de forças de trabalhadoras/es e o sindicato com o poder executivo municipal. Em determinados momentos, os poderes legislativo local e judiciário (estadual) são aliados porque ajudam no alcance do que foi pleiteado. A população local é tida como o ator social que precisa ser informado das ações das/os trabalhadoras/es que afetam o funcionamento dos equipamentos públicos, como no caso de paralisações e greves. Estes comunicados são feitos de modo a convencer que tais ações são para garantir a melhora da qualidade dos serviços públicos ofertados.

Uma vez determinado o conteúdo geral das publicações do Sindema, realizei uma seleção deste material para localizar, entre as pautas, as matérias que tratavam diretamente da revisão do Estatuto do Magistério. O resultado desta apuração está sintetizada no Quadro 6 e no Quadro 7. Em ambos os anos, o Estatuto é tratado no que se pode enquadrar em duas categorias: 1) como pauta da campanha salarial e 2) como o processo mesmo da revisão do documento.

No primeiro caso, o Estatuto compõe, com as especificidades da educação, o inventário das reivindicações do funcionalismo público que são encaminhadas, ano a ano, ao governo municipal. Assim, o teor das comunicações é a descrição das exigências docentes para o setor educacional e a negociação do tema com o poder executivo.

Na segunda categoria, a revisão do Estatuto é objeto específico das matérias publicadas. Neste caso, o conteúdo da mensagem é de informação sobre os trabalhos da comissão de estudos,

das divergências de posicionamento sobre vários aspectos entre o sindicato e a Secretaria de Educação, orientações para as discussões do documento nas escolas, divulgação dos meios alternativos para participação e convites para as plenárias e assembleias sobre o assunto. A seguir, apresento o exame detalhado das edições do *Jornal do Sindicato* em 2010 e 2011 concernentes ao tratamento do tema “Estatuto do Magistério”.

Quadro 6: Edições do *Jornal do Sindicato* que tratam do tema “Estatuto do Magistério” em 2010

Mês	Título principal
Abril III	Dia de luta e paralisação abrem negociação real
Junho	Campanha salarial: luta garante reajuste e abono compensatório
Agosto	Cumpram o acordo! Cadê o Plano de Cargos, Salários e Carreira?
Setembro	Reforma agrária: uma luta de todos nós
Outubro	Festa e esporte para o funcionalismo
Novembro I	Em dezembro tem 5, 72% de reajuste e R\$ 190 de Vale Alimentação
Novembro II	Encarte da educação

Em 2010, o Sindema abordou o assunto “Estatuto do magistério” com a intenção de: 1) - informar a categoria sobre a necessidade de alterações no plano de carreira em atendimento às normas propostas pela Resolução CNE/CEB nº 002/2009; 2) incentivo à participação docente na discussão do documento (por meio de plenárias e plataforma virtual); 3) reivindicação frente à Secretaria de Educação para colocar em discussão pontos importantes para a categoria como a equiparação salarial entre docentes atuantes nas várias modalidades de ensino e atenção aos critérios para a evolução funcional; 4) incentivo à escolha de representantes por escola para participação nos encontros que debateriam o estatuto. Todas as iniciativas tiveram como argumento a valorização do trabalho docente.

Nas matérias em que o Estatuto aparece como componente da campanha salarial em 2010 (edições de “Abril III”, junho e agosto), são apresentadas as reivindicações docentes, incentivo à participação nas plenárias e demais atividades e explicações sobre a composição da comissão de estudos a ser formada para revisar o Estatuto.

Na edição de abril (III), o Sindema apresenta a pauta do sindicato para a campanha

salarial e a proposta do governo em resposta às demandas apresentadas. Em relação à reivindicação sobre a revisão do Estatuto, o governo municipal afirmava que estava contratando assessoria especializada para orientar o trabalho.

Na edição de junho, é apresentada a pauta específica da educação, definida pelo conjunto de docentes participantes dos encontros no sindicato. Esta pauta é composta de 26 itens que abrangem o salário, a evolução funcional, a inclusão das disciplinas arte e educação física na educação infantil, a formação, a jornada de trabalho, a criação de cargos de apoio pedagógico e a extensão de direitos estatutários aos cargos operacionais e administrativos das escolas. Nesta edição, também se encontra o anúncio sobre o início da revisão do Estatuto, convocando, para tanto, uma plenária para eleger as/os professoras/es que comporiam a comissão de estudos. Esta comissão previu paridade entre representantes docentes e governamentais.

A partir do segundo semestre de 2010, as publicações no *Jornal do Sindicato* sobre educação, destinam-se ao tratamento da revisão do Estatuto do Magistério. Na edição de agosto, o sindicato informa que a prefeitura cumpriu a promessa de instituir e iniciar os trabalhos da comissão de estudos para a revisão do Estatuto. A edição de setembro informa sobre a participação docente na primeira plenária sobre o Estatuto, sobre a distribuição de material para subsidiar as discussões nas escolas e convida para a participação nas próximas plenárias do sindicato sobre o assunto. Nesta edição, é publicada a primeira proposta de alteração no Estatuto: a nomenclatura dos cargos no quadro do magistério público municipal.

Em outubro, a matéria sobre o Estatuto é dedicada à divulgação do *hotsite*, que foi um sítio eletrônico criado pelo Sindema para promover também a participação virtual de docentes na discussão da revisão do documento. Nesta edição há um convite para que professoras/es escolham os representantes (por escola) para participar das plenárias sobre o tema. As edições de novembro (I e II) defendem que a revisão do Estatuto irá valorizar o trabalho docente. Além disto, há um resgate da resolução que impulsionou a revisão das principais reivindicações docentes e um levantamento das ações já realizadas pela comissão de estudos. Há ainda orientações sobre as novas diretrizes para a realização do HTPC comunicadas pela Secretaria de Educação. Ademais, as notícias apontam a revisão do Estatuto como uma das principais conquistas da campanha

salarial e convida para a última plenária do ano sobre o Estatuto. Uma das matérias não trata da revisão do Estatuto, mas, de explicações sobre alguns direitos do regime de trabalho estatutário. Esta última notícia destina-se a docentes recém integrados/as ao quadro do magistério.

Em 2011, além do *Jornal do Sindicato*, foram divulgados também boletins. Estes últimos foram publicados, a princípio, para atualizar o conjunto de servidores públicos sobre a falta de proposta da prefeitura frente às reivindicações da campanha salarial daquele ano. A ausência de respostas por parte do governo municipal provocou uma greve entre trabalhadoras/es e a paralisação de parte dos serviços públicos. Durante o movimento grevista, os boletins tornaram-se meios rápidos e concisos de manter as/os servidoras/es informadas/os sobre a negociação do sindicato com o governo. Para o tema “Estatuto do Magistério”, a comunicação abordou a isonomia salarial, a minuta do Estatuto, a finalização dos trabalhos da comissão de estudos e as divergências entre os atores envolvidos. A reunião das publicações do Sindema sobre o tema está apresentada no Quadro 7.

Quadro 7: Boletins do Sindema que tratam do tema “Estatuto do Magistério” em 2011

Mês	Título principal
Fevereiro	Campanha Salarial: pauta será aprovada dia 17 de fevereiro
Março	Começou a Campanha Salarial 2011: é hora de mobilização, unidade e luta
Abril I (boletim)	Boletim da Campanha Salarial: Nenhum avanço, nenhuma proposta
Abril IV (boletim)	Boletim da Campanha Salarial: Greve, faltam 3 dias
Abril Educação (boletim)	Boletim da Campanha Salarial: professores dizem <u>não</u> para a falta de proposta concreta do Governo
Maio III (boletim)	Boletim da Campanha Salarial: A greve continua cada dia mais forte: mobilização crescente reabre negociação: proposta decente ou a greve continua (9 dias parados)
Maio V (boletim)	Boletim da Campanha Salarial: 14º dia de greve com garra e determinação! A hora é agora! Basta de enrolação! Proposta decente ou a greve continua cada vez mais forte!
Maio X	Categoria Unida na Festa da Solidariedade, Respeito e Justiça: quem luta, conquista!
Junho	ELEIÇÕES SINDEMA 2011: vitória da chapa 1
Outubro	28 de outubro: Dia do Funcionário Público
Novembro	Por que o cartão de alimentação continua só com R\$ 150,00? Queremos solução
Dezembro	Vamos tecer um 2011 da atitude, da ação, da transformação social e da realização dos nossos sonhos. Um Feliz Natal e um Próspero Ano Novo!

Em 2011, as notícias sobre o Estatuto foram concentradas no próprio processo de revisão e, ocasionalmente, abordaram também a inclusão do assunto na campanha salarial daquele ano. Na edição de fevereiro, o Sindema denunciou a falta de apresentação de uma minuta do Estatuto por parte da Secretaria de Educação uma vez que os trabalhos da comissão estavam em vias de encerramento. O sindicato julgava haver estreita relação entre a implementação de planos de carreira e a valorização do/a trabalhador, o que é comprovado pela afirmação a respeito de servidoras/es de áreas diferentes da educação:

Neste ano [2011], o prefeito Mário Reali terá sua última chance de cumprir promessa de campanha eleitoral, a de criar o Plano de Cargos, Salários e Carreira aos/às trabalhadores/as. O plano é uma reivindicação da categoria desde 1995 em busca de valorização e perspectiva profissional. (SINDEMA, 2011, p. 3).

A reivindicação da minuta do Estatuto situava-se na mesma expectativa de valorização do trabalho docente uma vez que a aprovação garantia modificações na carreira, como a nova tabela para evolução funcional. Estes e outros benefícios justificavam a exigência de cumprimento dos prazos para promover a aprovação da nova lei.

Em março, permaneceu a reivindicação para apresentação da minuta de lei às escolas com a alegação que deveria ser avaliada e comentada pelo conjunto do magistério. O pedido finalmente foi atendido em abril, quando a Secretaria de Educação encaminhou o documento às escolas, com garantia de tempo de HTPC destinado à sua discussão. Na edição de abril (I), a entidade explicitou as divergências de opiniões entre as demais secretarias do governo e a Secretaria de Educação a respeito das condições para a implantação dos aspectos econômicos do Estatuto. Ainda nesse mês, a edição “Abril IV” reivindica a apresentação da nova tabela salarial para docentes e de prazo para implantação da isonomia salarial. No boletim “Abril Educação”, há uma convocação para paralisação do trabalho por um dia, de acordo com assembleia da categoria docente. É nesta edição que está declarada a pauta específica do setor na campanha salarial.

Ainda no primeiro semestre, as publicações “Maio III”, “Maio IV” e “Maio X” abordaram, respectivamente: 1) o atraso de oito anos na implantação do estatuto ainda em vigor (Lei Complementar nº 71/1997) e chamada para adesão à greve em curso; 2) reivindicações sobre ajustes nos critérios para evolução funcional e para que as categorias de docentes já incluídas no

quadro do magistério (em decorrência da revisão) fossem contempladas nos aspectos econômicos; 3) comunicação da promessa da secretaria de educação em implementar a isonomia salarial (por meio da Circular GAB SE nº 012/11) e incentivo à participação docente nas questões relativas ao Estatuto, mesmo após o fim da greve. Em junho, a matéria sobre educação informa os principais pontos discutidos na reunião com docentes sobre as divergências entre sindicato e secretaria de educação e a promessa de ampliação desta discussão a todas as escolas. Nesta edição, também são apontadas as principais conquistas da revisão do Estatuto: isonomia salarial (inclusive para docentes ingressantes) e apresentação da pré-minuta a ser analisada em todas as escolas.

A partir do segundo semestre, as notícias focam a discussão em torno da minuta do Estatuto, que circulava entre docentes da rede de ensino (primeira versão em abril e segunda versão em maio). Em outubro, há comunicações sobre a apresentação da nova minuta (a partir de novembro) em face das proposições feitas pelas escolas à pré-minuta; alerta sobre a continuação de dissensos apesar do amplo debate sobre o Estatuto; organização de plenárias pelo sindicato para debater as novas propostas e informações sobre o processo legislativo da minuta (então Projeto de Lei) a ser apresentada à Câmara de Vereadores assim que concluídos os debates.

A edição de novembro avalia as plenárias realizadas: houve pouca participação, justificada pelas/os próprias/os professoras/es, devido à sobrecarga de trabalho nas escolas em virtude do encerramento do ano letivo. Diante disto, o sindicato apresenta uma nova agenda de plenárias para continuar a discussão da minuta do Estatuto. Em dezembro, o jornal do Sindema expõe uma retrospectiva da inclusão do Estatuto nas atividades do sindicato durante todo o ano.

A opinião do Sindema sobre os fatores que promovem qualidade da educação está difundida de forma mais ou menos evidente em todos os seus jornais e boletins que abordam a educação pública do município. É possível verificar que a garantia de implementação das normas legais que favorecem o magistério é elemento de qualidade porque amplia direitos. No caso específico do Estatuto do Magistério, dois dos principais direitos ampliados foram a isonomia salarial e as alterações na evolução funcional. A isonomia salarial equiparou os salários entre as categorias docentes e as alterações na evolução funcional ampliou e definiu os critérios para a formação continuada. O consenso existente entre formação continuada e qualidade da educação,

fortalece a importância deste aspecto nos estatutos docentes, sobretudo quando são aumentadas as possibilidades de formação em serviço.

A equiparação salarial entre docentes e também entre cargos com exigência de nível superior aparece como fator de qualidade nas pautas específicas da educação nas campanhas salariais de 2010 e 2011. Além disto, há o reconhecimento da evolução funcional como promotora de aumento dos vencimentos e de outras vantagens como estímulo de permanência na carreira. As condições de trabalho como a adequação do HTPC e das jornadas de trabalho, a suspensão da prática de divisão de estudantes em turmas diferentes das que estavam originalmente matriculados/as, a regulamentação do horário para planejamento, a criação de um plano de carreira (ou incorporação ao do magistério) para os cargos administrativos e operacionais que atuam nas escolas e a criação de cargos de apoio (como “inspetor de alunos”) são fatores destacados para alcançar qualidade da educação.

Especificamente sobre o trabalho docente, a abordagem do sindicato deixa claro que o Estatuto do Magistério promove qualidade da educação quando regula o cotidiano do trabalho de professoras e professores. Em Diadema, a revisão do Estatuto possibilitaria, entre outras medidas, fixar docentes na rede de ensino por meio do aumento salarial e, conseqüentemente, acabar com a prática da divisão de turmas:

A proposta de novo enquadramento para os/as professores/as, com aumentos salariais significativos para a maioria da categoria, equiparando o salário de todos/as com nível superior foi descartada para 2011. E vai ficar para quando??? Pois em ano de eleição municipal, a lei eleitoral não permite mais aumentos salariais e benefícios depois de março de 2012. Exigimos avanços, não podemos mais esperar. Os reflexos dos baixos salários do magistério de Diadema são sentidos no dia a dia. Faltam professores/as, só agora foram 54 exonerações e as salas estão sendo divididas, comprometendo o planejamento, a qualidade do trabalho e a saúde dos/as professores/as. (SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE DIADEMA, 2011b, p. 1).

Além da relação Estatuto-qualidade, o Sindema defende que a participação do magistério nas decisões que influenciam a sua profissão é essencial para promover qualidade da educação. Foi o caso da inclusão de docentes em estágio probatório na equiparação salarial a partir de julho de 2011. Após ter acordado com o sindicato que haveria isonomia salarial entre docentes das várias modalidades de ensino, a Secretaria de Educação mudou o posicionamento e restringiu o

benefício aos profissionais que já haviam passado no estágio probatório. A mobilização de professoras e professores na greve que ocorrera naquele ano garantiu a retomada das negociações e, posteriormente, a incorporação dos novos docentes da rede de ensino: “a garra, a unidade e a imensa capacidade de luta da nossa categoria foram fundamentais para o recuo do Governo neste ponto, fazendo com que a Secretaria da Educação revisse o seu planejamento e atendesse o conjunto dos professores/as” (SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE DIADEMA, 2011d, p. 2).

A eleição para a escolha da equipe gestora das escolas também foi apontada pelo sindicato como oportunidade do magistério participar das decisões que influenciam o seu trabalho:

O Sindema defende a eleição direta para a direção das escolas e a criação de mecanismos para assegurar uma gestão democrática nos ambientes escolares. Uma gestão verdadeiramente democrática se caracteriza não só pela eleição, mas também pela efetiva participação e co-responsabilidade do Conselho de Escola e do colegiado de professores e de funcionários. (SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE DIADEMA, 2011e).

Neste sentido, as atividades do sindicato estão voltadas para garantir as condições democráticas para o exercício dessa participação, reivindicando-as do poder executivo e diversificando os canais de comunicação com o magistério. No que se refere ao Estatuto do Magistério e à qualidade da educação, o Sindema considera que a revisão e a implementação do novo Estatuto permitiu a valorização do trabalho docente uma vez que equiparou os salários, ajustou os critérios para a evolução funcional e reafirmou a eleição de direção escolar. Contudo, o sindicato esclarece que, apesar dos avanços, os dissensos com a Secretaria de Educação permaneceram, sobretudo em torno da avaliação de desempenho.

3.3 A abordagem da Secretaria de Educação

O conceito de qualidade da educação no discurso da Secretaria municipal de Educação está diluído em variados aspectos da educação escolar: em progressivo aumento nos indicadores de desempenho estudantil como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), na ampliação de vagas nos segmentos da educação infantil, na construção de novas escolas, na administração municipal de escolas estaduais de ensino fundamental regular (processo conhecido

como “municipalização do ensino”), na distribuição de recursos didáticos (livros, laboratórios, computadores, acesso à internet), também são aspectos que compõem o discurso sobre qualidade da educação municipal.

São variadas também as ações nas quais está expressa a concepção de qualidade da educação: programas de formação continuada, parceria com outras instituições públicas ou empresas (como a companhia de energia elétrica Eletropaulo e o Instituto Natura), documentos escritos em forma de portarias e circulares, entrevistas concedidas à imprensa oficial do município e outros meios de comunicação.

Deste modo, para definir a abordagem governamental de Diadema, representada pela Secretaria de Educação, sobre a relação que estabelece entre estatuto do magistério e qualidade da educação, foram analisados dois tipos de documentos: a proposta curricular do município (finalizada em 2007 e que orientou as ações da secretaria e de docentes até o ano de 2013) e a comunicação pública do órgão com a rede de ensino.

No primeiro documento, o entendimento daquele órgão da administração pública sobre a qualidade da educação fica mais explícito. O processo mesmo de elaboração daquele documento já é considerado um instrumento para promover cidadania, um dos principais elementos da qualidade da educação no município. Assim é descrita a forma como foi construída a proposta curricular da cidade:

Este material é resultado de muitos movimentos/momentos vivenciados no coletivo educativo da Rede Municipal de Educação de Diadema.

Estudar, ensinar e aprender, na perspectiva da ampliação e consolidação da cidadania ativa e do desenvolvimento global de todos (as) envolvidos nesse processo, são ao mesmo tempo, objetivos e conquistas oriundas de esforços e compromissos construídos na especificidade de diferentes coletivos, complementares e articulados: estudantes, gestores, educadores, famílias, parceiros... (DIADEMA, 2007, p. 4).

Nas circulares, a comunicação da secretaria atualiza as informações do currículo implementado, oferece informações sobre a formação continuada para a equipe docente e os projetos e/ou programas de apoio ao trabalho pedagógico realizados por agentes da secretaria. Além disso, é para destinatários/as específicos, o que explicita as relações do órgão com as professoras e professores. Elemento fundamental, nesta pesquisa, para verificar a

correspondência entre discurso institucional e discurso docente.

Os textos da reformulação do currículo escolar de Diadema, concluída em 2007, estão divididos em seis cadernos: 1) *Introdutório*; 2) *Áreas do conhecimento*; 3) *Educação Infantil*; 4) *Ensino Fundamental*; 5) *Educação Especial*; 6) *Educação de Jovens e Adultos*. Há ainda um caderno adicional que subsidia a proposta curricular no tratamento do tema “diversidade de etnia e gênero”: *Programa diversidade na escola: escola de todas as cores*. Esta divisão por segmento informa uma concepção de educação que está, em grande medida, alinhada às diretrizes emanadas pelo Ministério da Educação (MEC). Uma das características destas diretrizes é a divisão da educação escolar por faixa etária ou condições específicas dos/as estudantes (como é o caso da educação especial). Esta organização limita, por exemplo, a convivência entre estudantes de gerações diferentes (crianças da educação infantil e adultos da Educação de Jovens e Adultos, por exemplo).

Para esta pesquisa, interessam apenas os textos do caderno *Caderno Introdutório* no qual está registrada a memória do processo de reorientação curricular e a forma mais acabada da concepção de qualidade da educação de acordo com os atores que o sistematizaram. O texto contém expressões como: gestão democrática, democratização do acesso, qualidade social da educação, democratização da gestão, que remetem ao sentido de participação de vários atores na reformulação curricular cujos sujeitos, de acordo com o documento, são “estudantes, gestores, educadores, famílias, parceiros...” (DIADEMA, 2007, p. 4). O texto revela ainda dois outros aspectos que formam a concepção de qualidade desta política educacional: 1) construção de novos paradigmas que atendam às necessidades educacionais da população que faz uso dos serviços da escola pública municipal e 2) interesse em promover, junto às/aos estudantes, condições de pertencimento ao território geográfico e à história do município.

Neste sentido todo trabalho pedagógico realizado na esfera do cotidiano escolar, vem sendo problematizado, refletido e sistematizado, com o intuito de propor um currículo inovador, que esteja a serviço das aprendizagens e autonomia dos sujeitos vinculados não somente à rede escolar, mas, sobretudo vinculados à **CIDADE DE DIADEMA**. O material que apresentamos neste momento é, portanto, fruto dessa dinâmica e da crença de que é possível pensar, criar e consolidar o princípio da **EDUCAÇÃO PARA TODOS, AO LONGO DA VIDA**. (DIADEMA, 2007, p.4, destaque do autor).

Assim, o texto defende que a política curricular rompa com a lógica das necessidades do mercado econômico e, conseqüentemente, do ensino puramente técnico na formação de estudantes. Isto se evidencia no tópico *Diálogos entre rede municipal de educação e assessoria pedagógica na construção curricular de Diadema* (DIADEMA, 2007, p. 6), no qual há uma exposição sobre a formulação de “políticas educacionais conservadoras e neoliberais”, concluindo que esse tipo de política promove “a dicotomização entre conhecimento e realidade”, que parece ser a oposição à proposta curricular expressa no documento. Em seguida, há um relato de como se deu o processo de reforma curricular: em 2001, a Secretaria de Educação fez um mapeamento dos principais problemas enfrentados nas escolas municipais. Os dados coletados serviram como subsídio para a elaboração de um Plano Emergencial. O texto do *Caderno Introdutório* da reforma curricular afirma que secretarias de outros setores da prefeitura também realizaram ações semelhantes.

Para realizar o seu Plano Emergencial, a Secretaria de Educação elaborou como instrumento para a detecção dos problemas, planilhas em que as equipes das unidades escolares deveriam descrever com detalhes “todos os problemas que interferissem no cotidiano do trabalho desenvolvido pelas escolas” (DIADEMA, 2007, p. 7) e apontar a urgência em que tais condições deveriam ser modificadas (a curto, médio ou longo prazo). Em posse das planilhas já preenchidas por todas as escolas, a equipe da secretaria sistematizou os dados. O passo seguinte foi a realização de plenárias por região da cidade cujos participantes foram famílias, estudantes, professoras/es e funcionários/os das escolas. A partir da seleção de prioridades detectadas nas plenárias, foi elaborado o Plano de Ações Pedagógicas (PAP) e, também durante as plenárias, foi eleita uma comissão de acompanhamento deste plano. A intenção do Plano Emergencial e, em seguida, do PAP, era “solucionar as principais crises, para criar uma situação mais confortável para a elaboração do Plano Purianual [com vigência de 2002 a 2005] a ser entregue na rede no ano subsequente” (Ibid. p. 7).

O Plano de Ações Pedagógicas – que ainda não era o produto do movimento de reforma curricular – foi elaborado a partir de três diretrizes emanadas pela Secretaria de Educação (Ibid., p. 7-11): 1ª Democratização do acesso e da permanência, 2ª Gestão Democrática e 3ª Qualidade

social da educação.

A primeira diretriz se remete ao número de pessoas atendidas pelos serviços educacionais da cidade (escolas municipais, creches conveniadas, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, Centro de Atenção à Inclusão Social – Cais, Universidade Federal de São Paulo – Unifesp Diadema, Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos – Mova, Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, Programa Adolescente Aprendiz, Centro de Referência da Juventude – CRJ). A segunda diretriz informa os princípios adotados na ideia de gestão democrática: “constituição de um espaço público de direito”, “promover condições de igualdade”, “superação de um sistema educacional seletivo e excludente”, “inter-relacionar o sistema educacional com o modo de produção/distribuição de riquezas e com a organização política” (p. 9). A terceira diretriz que orientou a elaboração do PAP, *qualidade social da educação*, é a visão da educação como promotora do desenvolvimento integral do indivíduo, das identidades individuais e também das coletivas. Além disto, nesta perspectiva, a escola tem como missão diminuir desigualdades, promover a democracia, valorizar as diversas culturas, preservar e desenvolver o território onde está situada (p. 11).

Essas diretrizes, divulgadas nas escolas, orientaram o trabalho de reformulação do currículo municipal que, como já destacado, culminou na publicação dos seis cadernos com a proposta curricular em 2007. Houve, em 2010, uma iniciativa de reorganização curricular. Contudo, até o final de 2012, aqueles cadernos de 2007 ainda orientavam parte do trabalho pedagógico na rede de ensino.

O discurso sobre qualidade da educação expresso no *Caderno Introdutório* da Reforma Curricular da rede de ensino municipal de Diadema atribui importância ao trabalho docente, às famílias e aos estudantes. O documento imputa valor à participação de todos os envolvidos no projeto educacional das escolas municipais porque considera este um elemento para alcançar qualidade da educação. Por fim, o texto indica que as variadas dimensões do trabalho educativo (cuidado, educação para a cidadania, respeito à diversidade, ligados ao desempenho das tarefas docentes, portanto) são elementos essenciais para atingir a qualidade da educação em Diadema.

Além de examinar o *Caderno Introdutório* da Reforma Curricular, esta pesquisa procedeu a um levantamento no sítio eletrônico da Secretaria de Educação buscando outros documentos que evidenciassem o discurso sobre qualidade na política educacional de Diadema. Dos documentos disponíveis, foram selecionados aqueles que constavam na relação de circulares emitidas pela secretaria. A seleção levou em conta as circulares produzidas nos anos de 2010 e 2011. O período selecionado se justifica porque é o mesmo em que ocorreu o debate sobre a revisão do Estatuto do Magistério. No total, foram localizados 244 documentos. Destes, 99 são do ano de 2010 e 145 de 2011.

Após a primeira leitura, foram descartados 84 documentos: mensagens repetidas, arquivos impossíveis de abrir, as listas de divulgação de nomes de professoras/es que participariam de curso de formação continuada, os quadros com distribuição do HTPC, as enquetes sobre interesse de diretoras/es de escola de prorrogarem o mandato⁸ e os formulários (número de uniformes de estudantes, inscrição de docentes para remoção de escola, solicitação de férias, termos de convênio de municipalização ou compensação de greve, entre outros). A partir desta primeira seleção, restaram 161 documentos, distribuídos no Quadro 8.

Quadro 8: Resultado da primeira seleção de circulares emitidas pela Secretaria municipal de Educação de Diadema em 2010 e em 2011

Ano	Mês	Documentos
2010	Janeiro a março	0
	Abril a dezembro	55
2011	Janeiro a dezembro	106

Fonte: Secretaria municipal de Educação. Dezembro de 2012.

As circulares foram escolhidas como documentos para análise porque comunicam as atividades da Secretaria de Educação, de onde emanam as políticas educacionais para o

8 Em Diadema, a gestão das escolas municipais é realizada por diretoras/es e vice-diretoras/es eleitas/os pela equipe escolar (docentes e não docentes) e também por estudantes (quando maiores de 14 anos) e suas famílias. Em 2010, foi preciso prorrogar o período de mandato porque não houve tempo, de acordo com a Secretaria municipal de Educação, para realizar o processo eleitoral antes do término dos mandatos vigentes.

município. Além disso, as mensagens têm destinatário, o que permite a interpretação das relações entre secretaria e subordinadas/os e, de algum modo, a participação (ou ausência) de cada um dos atores na formulação e implementação daquelas políticas. Como as mensagens tratam de muitos aspectos da educação pública (administração e manutenção das escolas, recursos humanos, formação continuada, matrícula de estudantes, eventos e parcerias diversas), supus que os documentos explicitassem a concepção de qualidade da educação no discurso oficial.

Os documentos selecionados aparecem com a nomenclatura de “circular”, “rede”, “portaria”, “resolução” e “decreto”. Foram emanados a partir de setores específicos da Secretaria de Educação: Departamento de Formação e Acompanhamento Pedagógico, Serviço de Educação Especial, Serviço de Gestão de Pessoas, Divisão de manutenção, transporte e segurança, Departamento de Expansão do Ensino, Núcleo de Acompanhamento dos Conselhos Escolares e pelo Gabinete da Secretária de Educação. Estas mensagens são direcionadas às equipes docente (professoras/es) e gestora (diretoras/es, vice-diretoras/es) e, em três documentos, também as/os agentes administrativas/os (secretárias/os de escola). As circulares são emitidas para conhecimento de todas as escolas municipais e creches conveniadas (neste último caso, nas situações de organização da rede de ensino e de matrícula de estudantes, por exemplo).

Alguns dos assuntos tratados nos documentos são recorrentes nos dois anos: orientações sobre pedidos de uniforme, elaboração de Projeto Político Pedagógico (PPP), orientações sobre acúmulo de cargos do pessoal docente e administrativo, remoção de docentes, ações de formação continuada, encontro da direção escolar com a secretária de educação, matrícula de estudantes, orientações para a concessão de licenças e de férias, quadro de faltas de docentes, atribuição de turmas (da educação infantil, do ensino fundamental e da EJA), disponibilidade de vagas para aumento da jornada docente⁹, orientações para aplicação de exames externos (Saresp e Provinha Brasil), eleição de diretoras/es escolares e Estatuto do Magistério.

Há assuntos que são tratados em apenas um dos anos. Em 2010, aparecem temas que não

⁹ Em Diadema, é possível ampliar a jornada de trabalho dentro da própria rede de ensino, nos limites legais, assumindo outra turma em período diferente da jornada oficial. Esta prática recebe o nome de “suplementação”.

se repetem em 2011 como: solicitação de quadro de frequência docente para o conselho do Fundeb, solicitação de ata do Conselho Escolar, abono compensatório (como parte do acordo da campanha salarial com o Sindema), assinatura da revista *Nova Escola*, Mostra de Ciências, regulações sobre a compensação de horas nos dias em que há jogo da seleção brasileira na Copa do Mundo de Futebol. Já em 2011, os assuntos exclusivos são: calendário escolar, organização das datas de início e fim de trimestre, assim como de Conselho de Ciclo¹⁰, orientações para preenchimento de Diário de Ciclo¹¹, orientações para participação no Desfile Cívico¹², convite para audiência pública sobre o Plano Nacional de Educação (PNE), convite para o programa “Outubro especial”, homenagem da secretária à equipe docente pelo dia do/a professor/a, orientações para descarte de materiais sem uso (móveis e outros patrimônios), permanência ou afastamento de professoras/es conveniadas/os¹³ e orientações sobre o programa “Ler mais”.

Neste conjunto de documentos, alguns dados merecem ser destacados antes de iniciar-se uma caracterização específica sobre qualidade da educação, vozes docentes e Estatuto do Magistério na perspectiva da Secretaria de Educação. Até certo ponto, os dados oferecem subsídios para definir a relação da Secretaria de Educação com a equipe docente e, conseqüentemente, a concepção do órgão sobre o trabalho destas/es profissionais. Os dados referem-se à frequência da comunicação direta da secretaria com as professoras/es e também ao conteúdo desta comunicação. Além disso, o tratamento de gênero dispensado à equipe docente me chamou a atenção por demonstrar a desconsideração por um aspecto importante da identidade de docentes que atuam nos primeiros anos da educação básica.

Assim, foi verificado que dos 55 documentos pré-selecionados em 2010, 36 têm como destinatária a equipe gestora das escolas e apenas quatro são dirigidos diretamente à equipe

10 O Conselho de Ciclo é a reunião das/os professoras/es das turmas de um mesmo ano do ensino fundamental (1º ao 5º ano) para avaliarem a aprendizagem dos estudantes.

11 Até 2013, o Diário de Ciclo foi o instrumento no qual as professoras apontavam a frequência de estudantes, os objetivos e outras informações, registrando o cotidiano de cada turma da escola.

12 Em Diadema, é organizado, todos os anos, um desfile de escolas e instituições filantrópicas em comemoração à Independência do Brasil, no dia 7 de setembro.

13 As “professoras conveniadas” são docentes cedidas pela rede estadual de ensino como parte do convênio de municipalização do ensino. O processo iniciou-se em Diadema no ano de 2009.

docente. Em 2011, a equipe gestora é destinatária de 64 das 106 mensagens emitidas. Este dado mostra que a menor parte das mensagens é dirigida diretamente à equipe docente e/ou em conjunto com a equipe gestora.

Quadro 9: Ocorrências das equipes “docente” e “gestora” como destinatárias dos documentos emitidos pela Secretaria municipal de Educação de Diadema em 2010 e em 2011

Categoria destinatária	Número de ocorrências por ano	
	2010	2011
Equipe gestora	35	64
Equipe docente	4	8
Equipes gestora e docente	3	11
“Todas as escolas”	3	7
Sem destinatária/o específico	11	16
Total de documentos	55	106

Outro dado que revela a diferenciação feita pela Secretaria de Educação entre as equipes gestora e docente, é o tratamento de gênero. No primeiro grupo, há uso da dupla terminação de gênero nas circulares emitidas, enquanto que o magistério é tratado na maior parte dos documentos apenas pela terminação masculina. Apesar de não haver dados suficientes, é possível levantar hipóteses para a ocorrência deste contraste. A primeira é que a Secretaria de Educação está distante dos estudos de gênero empreendidos nos últimos anos pelos centros de pesquisa. A segunda é que há uma clara distribuição da hierarquia entre a secretaria e o pessoal que trabalha nas escolas. O órgão governamental está mais próximo da equipe gestora das escolas e por isso reconhece que a maior parte das diretoras são mulheres, enquanto generaliza o masculino dominante no tratamento para as professoras e professores.

No entanto, o reconhecimento da diferença entre professoras e professores se justificaria tanto por questão de ordem quantitativa quanto de ordem qualitativa. O censo escolar realizado pelo Inep em 2012 mostrou que mais de 90% do magistério brasileiro que atua na educação infantil (creches e pré-escolas) e nos anos iniciais do ensino fundamental são mulheres. E, além disto, “homens e mulheres [possuem] universos biográficos e culturais diferenciados” (VIANNA, 2001, p. 113), o que pode implicar em formas distintas de atuação profissional. É preciso considerar ainda na distinção de gênero entre o magistério, a ascensão da participação feminina

na profissão.

O processo histórico de feminização do magistério, quer seja por razões de falta de mão de obra, quer seja pelas características culturais do papel de mulher como figura materna e do homem como mantenedor da família, são fatores a serem considerados nos estudos sobre docentes. As especificidades do comportamento social de homem e de mulher podem influenciar, ainda que de forma indireta, na execução da prática pedagógica. Vianna (2002) indica esta contradição na atuação profissional de docentes dos gêneros feminino e masculino em relação à vida pessoal e profissional:

Nesse processo [de negação de valores tradicionais e de afirmação de valores igualitários entre mulheres e homens], eles se colocam em constante tensão com as alternativas convencionais reservadas a homens e mulheres. São homens sobrecarregados pela função de provedores, mulheres sobrecarregadas pelas atribuições maternas, mulheres que questionam a trajetória convencional feminina no casamento, homens que incorporam amiúde o cuidado dos filhos em suas relações familiares. Mais ainda: essa tensão também aparece nos significados masculinos e femininos relacionados ao magistério. Esses significados da biografia pessoal organizam a identidade docente de modo contraditório e indireto ao indicar sinais de reprodução, mas também de ruptura com modelos tradicionais e apontar desafios e tensões vividas por professores e professoras. (VIANNA, 2002, p. 103).

Numa atitude de desconhecimento a respeito das nuances apresentadas aqui, a Secretaria de Educação refere-se de forma distinta a seus subordinados: a equipe gestora é tratada exclusivamente no feminino em 15 circulares analisadas e na dupla terminação de gênero (a/o) também em outros 15 documentos. Já a equipe docente é tratada exclusivamente no gênero masculino, ou seja, denominam-se apenas “professores” em dez documentos, na dupla terminação (a/o) em apenas uma circular e com gênero indefinido em um documento.

Quadro 10: Tratamento de gênero das pessoas destinatárias das circulares emitidas pela Secretaria municipal de Educação de Diadema em 2010 e em 2011

Tratamento de gênero	Equipe docente	Equipe gestora		
	2010	2011	2010	2011
Gênero masculino	4	6	2	7
Gênero feminino	0	0	14	29
Dupla terminação (a/o)	0	1	15	18
Gênero indefinido	0	1	4	10

Nos casos em que as equipes gestora e docente são conjuntamente destinatárias das mensagens, é possível verificar que a primeira categoria recebe a dupla terminação em nove documentos e apenas tratamento no gênero masculino em quatro mensagens. Na segunda categoria, o tratamento é exclusivamente no masculino em 11 documentos e a dupla terminação é usada em apenas uma circular, como mostra o Quadro 11.

Quadro 11: Circulares tendo como destinatárias, conjuntamente, as equipes gestora e docente, emitidas pela Secretaria municipal de Educação de Diadema em 2010 e em 2011

Circular	Destinatárias
nº 162/2010	“Srs. professores-coordenadores, assistentes e professores”
nº 170/2010	“Professores-coordenadores, assistentes e professores do ensino fundamental”
GAB. S.E. nº 001/2011	“Sras. coordenadoras, assistentes e professores”
GAB. S.E. nº 017/2011	“Sras. diretoras, assistentes e professores”
GAB. S.E. nº 018/2011	“Diretoras, assistentes e professores”
GAB. S.E. nº 027/2011	“Sras. (es) coordenadoras (es), diretoras, assistentes e professores”
GAB. S.E. nº 029/2011	“Sras. (es) coordenadoras (es), diretoras, assistentes e professores”
GAB. S.E. nº 032/2011	“Sras. diretoras, assistentes e professores”
GAB. S.E. nº 033/2011	“Sras. (es) coordenadoras (es), diretoras, assistentes e professores”
GAB. S.E. nº 036/2011	“Sras. (es) coordenadoras (es), diretoras, assistentes e professores”
nº 026/2011	“Prezados professores, diretores e coordenadores”
nº 076/2011	“Coordenadores, assistentes e professores”
nº 089/2011	“Srs. (as) professores (as), coordenadoras (es), assistentes”

A diferenciação entre os dois grupos de profissionais da educação se manifesta também em relação ao conteúdo das mensagens. A equipe gestora é destinatária de mensagens que vão desde a relação com a Secretaria de Educação (reuniões com a secretária, adesão às campanhas e programas), assuntos administrativos (matrícula, bens móveis, inclusão de estudantes e docentes em sistemas de monitoramento como o Educacenso), de recursos humanos (férias, licença prêmio, questionários, apontamento de faltas docentes, ampliação da jornada, processo de remoção de docentes), materiais pedagógicos (recepção e distribuição de material escolar, organização de livros e jogos, critérios para solicitação de material reprográfico, regras para preenchimento de Diário de Ciclo) até planejamento pedagógico (organização de HTPC, atas de Conselho Escolar, divulgação de formação continuada, elaboração do Projeto Político Pedagógico, disposição das

disciplinas na grade curricular, avaliação de estudantes). A equipe docente é destinatária direta de assuntos que tratam exclusivamente de períodos de inscrição em cursos de formação continuada e participação em seminários (sobre o segmento que atua) e em Mostra de Ciências.

As mensagens destinadas à equipe docente, cujo conteúdo são ações de formação continuada, também devem ser descritas uma vez que oferecem pistas sobre a concepção de qualidade da educação divulgadas pela Secretaria municipal de Educação. A expectativa da qualidade associada ao trabalho docente explicita-se na escolha dos temas para a formação continuada descritos no Quadro 12, de 2010, e no Quadro 13, de 2011.

Quadro 12: Ações de formação continuada da Secretaria municipal de Educação descritas nas circulares emitidas em 2010

Circular	Curso
nº 064/2010, de 5/5/2010.	Curso de arte contemporânea ministrado pela Fundação Bienal.
nº 066/2010, de 7/5/2010.	“Formação continuada 'refletindo e instrumentalizando a prática’” (para docentes da EJA).
nº 110/10, de 4/8/2010.	“Cursos de formação continuada da Educação Especial” (docentes e famílias de estudantes) oferecidos pelo Cais.
nº 122/10, de 25/8/2010.	“Oficinas de formação para professores de Educação Infantil”.
nº 139/10, de 15/9/2010.	“Formação continuada 'organização dos tempos e espaços’” (equipe gestora).
nº 131/10, de 8/9/2010.	“Formação continuada: 'Construção da rotina’” (docentes da educação infantil).
GAB SE nº 036/2010, de 15/10/2010.	“Bate-papo com o grupo musical Palavra Cantada”.
nº 157, de 18/10/2010.	“Curso de atualização 'Drogas e sociedade: reflexões sobre questões atuais’” (parceria com o Cebrid – Unifesp - Campus Diadema – para formar profissionais da saúde e da educação).
nº 162/2010, de 28/10/2010.	“III Seminário: O novo ensino fundamental de 9 anos”.
nº 041/10, de 17/11/2010.	Inscrições na Plataforma Paulo Freire do MEC.
SE nº 042/10, de 25/11/2010.	“Assinatura da Revista Nova Escola” (por um ano).

Quadro 13: Ações de formação continuada da Secretaria municipal de Educação descritas nas circulares emitidas em 2011

Circular	Curso
nº 043/11, de 11/4/2011.	“Workshop AES Eletropaulo nas escolas” (oficinas sobre consumo de energia para equipe docente).
nº 057/11 – DE, de 31/5/2011.	Inscrições na Plataforma Paulo Freire do MEC.
nº 053/11, de 25/7/2011.	“Oficinas de ervas aromáticas, medicinais e condimentares” da Secretaria de Meio Ambiente de Diadema (para equipe docente e gestora).
nº 077/2011, de 8/6/2011.	Formação da educação especial para equipe docente e estagiárias/os oferecida pelo Cais.
nº 058/2011, de 8/6/2011.	“Encontro com a arte popular em Diadema” (para docentes de artes oferecido pelo Museu de Arte Popular de Diadema).
nº 076/11, de 7/7/2011.	Dois cursos em parceria com o <i>Programa Ciência Hoje de Apoio à Educação</i> “Desafios e experiências” e “Aventure-se no conhecimento”.
nº 011/11 de 8/2/2011.	Curso “Cuidando de quem cuida” (parceria com o Cebrid – Unifesp – Campus Diadema – para formar profissionais da saúde, educação e promoção social sobre a <i>Síndrome de Burnot</i>).
nº 018/2011 de 18/2/2011.	Cursos de matemática e alfabetização do Pró-Letramento (parceria com o MEC).
nº 019/2011, de 18/2/2011.	Curso Proinfo (parceria com o MEC).
nº 026/11, de 3/3/2011.	Curso “Estudando a distância” (oferecido pela Universidade Aberta do Brasil – UAB).
nº 032/2011, de 16/3/2011.	Formação para o “Rali de matemática” (parceria com a Unifesp – Campus Diadema).
nº 097/2011, de 29/8/2011	Formação da educação especial para equipe docente e comunidade oferecida pelo Cais.
nº 103/11, de 2/9/2011	Curso de Psicofarmacologia (parceria com o Cebrid – Unifesp – Campus Diadema).
nº 101/11, de 5/9/2011	Curso “Vivenciando o currículo” (para docentes de Educação Física).
nº 118/11, de 27/9/2011	Oficinas de leitura com a professora Alfredina Nery.
nº 108/11, de 15/9/2011	Oficinas de Astronomia e Astrofísica (parceria com o Observatório Municipal de Diadema).

Verifiquei que, entre as vinte e sete circulares publicadas, era possível criar duas categorias no programa de formação continuada da secretaria: uma linha de ações internas e outra de ações externas. A primeira categoria abrange as práticas realizadas pela própria equipe técnica da Secretaria de Educação tendo como foco o aprimoramento das práticas pedagógicas: na EJA, na educação especial (para todas as modalidades de ensino), na educação infantil (nos aspectos rotina, tempo e espaço) e no ensino fundamental regular (currículo, educação de tempo integral e

ampliação para nove anos de estudo, alfabetização e matemática).

A segunda categoria pode ser subdividida em duas: ações externas públicas e ações externas privadas e reúne atividades junto ao MEC, universidades, outras secretarias municipais, fundações, institutos e consultorias pedagógicas.

No primeiro caso, houve parceria com o Ministério da Educação na oferta de curso de informática educacional (Proinfo) e primeira graduação para professoras/es formadas/os em nível médio (Plataforma Paulo Freire). Ainda nesta subcategoria “ação externa pública”, a Secretaria de Educação e a universidade firmaram projetos em: cursos de atualização sobre drogas psicotrópicas, sobre saúde docente e em competição de matemática (com a Unifesp) e sobre educação a distância (com a UAB). A Secretaria de Educação, a de cultura e a de meio ambiente colaboraram na formação de docentes em serviço oferecendo cursos sobre a arte popular de Diadema e o cultivo de ervas aromáticas, medicinais e condimentares. Houve também a oferta de oficinas sobre consumo de energia elétrica com a empresa Eletropaulo (de capital misto).

Na subcategoria “ações externas privadas”, a Secretaria de Educação estabeleceu convênio ou contrato para a formação sobre arte contemporânea (com a Fundação Bienal), para a formação musical (com o grupo “Palavra Cantada”), para leitura de periódico pedagógico comercial (com a revista “Nova Escola”), para o ensino de ciências (com o Instituto Ciência Hoje) e para o ensino da leitura e da escrita da língua materna (com a professora Alfredina Nery).

Estas atividades que a própria Secretaria de Educação denomina de “Programa de Formação Continuada” evidenciam algumas concepções de trabalho docente: formação continuada não restrita a aspectos curriculares (ensino de disciplinas tradicionais como língua portuguesa, ciências e matemática), contato com o trabalho de outras secretarias do serviço público municipal, aproximação com as diretrizes nacionais emanadas pelo MEC, aproximação da educação básica com o ensino superior, consideração pelas condições de saúde docente e valorização da cultura local. Tais constatações serão novamente abordadas na relação entre qualidade da educação, voz docente e estatuto do magistério na ocasião da síntese da voz da Secretaria de Educação a respeito destes aspectos.

Uma vez efetivado o exame específico das circulares sobre formação continuada, da leitura global das demais mensagens produzidas no período e dos apontamentos sobre conteúdo e destinatários/as, ainda permaneceu um excessivo e genérico volume de documentos a serem analisados. Realizei, então, nova seleção tendo como critérios: documentos que tratassem diretamente do Estatuto do Magistério, que sugerissem a consideração da voz docente e documentos nos quais aparecesse a expressão “qualidade da educação”.

O resultado dessa nova apuração, distinguiu 21 documentos com os parâmetros informados: nove com o tema “voz docente”; dois com a expressão “qualidade da educação” e dez com o tema “Estatuto do Magistério”, que foram divididos em três grupos, como mostra o Quadro 14.

Quadro 14: Categorização das circulares selecionadas em 2010 e 2011

Grupo	Tema
Grupo 1	A consideração da voz docente
Grupo 2	A qualidade da educação
Grupo 3	O Estatuto do Magistério

No Grupo 1 (Quadro 15), a secretaria anuncia que o Estatuto do Magistério foi revisado com a contribuição da opinião de professoras e professores. Do mesmo modo, algumas das atividades de formação continuada consideraram, na seleção dos temas a serem abordados, as avaliações em que a equipe docente expressou as expectativas em relação aos cursos a serem ofertados. A voz docente aparece novamente na circular da secretaria cujo conteúdo é a organização dos horários de trabalho coletivo e que deve ser realizada de acordo com o posicionamento docente sobre o assunto. Na circular GAB SE nº 024/11 que convida para a audiência pública sobre o Plano Nacional de Educação, o órgão destaca a importância da participação docente. Por fim, o Seminário municipal de educação integral é “um momento de dar voz àqueles que são os interlocutores entre o saber socialmente construído e a realidade de nossas escolas” (DIADEMA, 2011b), sendo tais interlocutores as professoras e os professores da rede municipal de ensino.

Quadro 15: Consideração da voz docente nas circulares emitidas pela Secretaria municipal de Educação em 2010 e 2011

Circular	Assunto	Observações
GAB SE nº 024/11, de 18/8/2011.	“Plano Nacional de Educação”	Divulga audiência pública sobre o tema e solicita a participação docente.
GAB SE nº 027/11, de 8/9/2011.	“Novo Plano de Carreira do Magistério”	Informa sobre processo de revisão do Estatuto do Magistério considerando contribuições docentes.
GAB SE nº 025/11	“Novo plano de carreira”	Informa o processo de discussão do estatuto, anunciando a participação docente.
GAB SE nº 040/10 de 10/11/2010.	“Horas atividades para a formação coletiva” (atual HTPC)	Informa que a opinião docente deverá ser considerada na definição dos horários de trabalho coletivo.
nº 066/2010 de 7/5/2010.	“Formação continuada 'refletindo e instrumentalizando a prática’” (para docentes da EJA)	Considera avaliações feitas pela equipe docente (em 2009) sobre as necessidades de formação.
nº 077/2011, de 8/6/2011.	Formação do Cais para equipe docente e estagiárias/os.	Considera a reivindicação de docentes e gestoras/es na formulação do curso.
nº 114/11, de 15/9/2011.	“Seminário municipal de educação integral”	Informa sobre a programação do seminário destacando-o como uma oportunidade de dar voz às professoras/es.
nº 122/10 de 25/8/2010.	“Oficinas de formação para professores de Educação Infantil”	Considera avaliações feitas pela equipe docente (em 2009) sobre as necessidades de formação.
nº 131/10 de 8/9/2010.	“Formação continuada: 'Construção da rotina’” (para docentes da educação infantil)	Altera temas do curso em função das expectativas expressadas pela equipe docente.

No Grupo 2 (Quadro 16), os documentos tratam dos procedimentos de rematrículas na educação infantil destacando a importância de observar o ajuste do corte etário (idade em que as crianças deixam a creche e vão para a pré-escola), a transferência de crianças da escola de tempo integral para a escola de tempo parcial, o lançamento das informações no sistema de monitoramento (Prodesp), a movimentação dos prontuários das crianças e o encaminhamento do relatório da atividade para a Divisão de Educação Infantil da secretaria. A responsabilidade por este processo é, de acordo com a secretaria, das “coordenadoras, assistentes e funcionários da escolas que, juntos com a Secretaria de Educação, são responsáveis pela qualidade da educação em Diadema” (DIADEMA, 2010b). Apesar de não diferenciar a equipe docente neste conjunto de

profissionais, o uso da expressão “funcionários das escolas” permite a inclusão das/os professoras/es no grupo de responsáveis. A carta de homenagem da secretária de educação à equipe docente associa esta atividade à qualidade da educação sem, no entanto, explicitar os aspectos em que isto ocorre:

Sras. Diretoras, Assistentes e Professores,
Que os professores e professoras da rede municipal nunca sejam mornos nem envelheçam. É com este pensamento do Prof. Dr. Mario Sergio Cortella que a Secretaria de Educação homenageia a equipe docente das escolas municipais. Muito obrigada pelo empenho e dedicação de vocês na construção de uma Educação de Qualidade. Parabéns pelo dia do Professor. (DIADEMA, 2011c).

Quadro 16: A expressão “qualidade da educação” nas circulares emitidas pela Secretaria municipal de Educação em 2010 e 2011

Circular	Assunto	Observações
nº 134/2010, de 10/9/2010.	Organização de rematrículas na educação infantil	Atribui à equipe gestora e demais funcionários/as das escolas à responsabilidade pelo sucesso no processo de rematrícula.
GAB SE nº 032/2011, de 14/10/2011	“Homenagem aos professores e às professoras”	Carta de agradecimento da secretária pelo trabalho docente que promove “educação de qualidade”.
nº 104, de 1/9/2011.	Organização de rematrículas na educação infantil	Atribui à equipe gestora e demais funcionários/as das escolas à responsabilidade pelo sucesso no processo de rematrícula.

A qualidade da educação aparece em outros documentos do período, contudo a ideia está implícita e por isso não compõe o Quadro 16. É o caso da Circular nº 038, de 5/11/2010 que trata dos uniformes e materiais escolares: “Em 2011, completaremos 7 anos de entrega de uniforme e material escolar gratuitos para os alunos da rede municipal de ensino [...]” (DIADEMA, 2010a). Esta mensagem deixa subtender que esta ação é valorizada pelo governo municipal como promotora de qualidade.

Nos documentos publicados em 2011, a ideia de qualidade aparece na constituição formação dos conselhos escolares, na distribuição de livros, nas atividades comemorativas, na avaliação externa e na frequência de estudantes. Na Circular SE nº 055, de 30/5/2011, cujo assunto é a formação de membros dos conselhos de escola, há citação tanto das diretrizes do currículo do município quanto das do MEC:

A Secretaria de Educação de Diadema, com o objetivo de aprofundar o Eixo Gestão Democrática, parte integrante na Proposta Curricular e motivada pelas orientações do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos vinculado ao Ministério da Educação, apresenta para o ano de 2011, um calendário específico para a Formação dos Conselheiros Escolares. (DIADEMA, 2011e).

Outra ação em que está implícita a ideia de qualidade da educação aparece na Circular nº 111/2011, de 12/9/2011, que divulga a distribuição de livros de literatura para as crianças e as atividades pedagógicas a serem realizadas com as obras. A Circular nº 028, de 27/9/2011, divulga as atividades especiais promovidas pela Secretaria de Educação em comemoração ao dia das crianças e ao dia do/a professor/a. A programação inclui momentos de apresentações teatrais e circenses para as crianças e de formação e entretenimento para docentes (e seus/suas filhos/as). A Circular nº 124, de 18/10/2011, frisa a organização da escola para o bom andamento da avaliação Saresp e solicita a cooperação “de todos”, demonstrando a importância que a secretaria atribui à participação do município no exame estadual. Na Circular GAB SE nº 040, de 24/11/2011, a secretária de educação reforça o cumprimento do calendário letivo até o último dia de aula e o incentivo da escola ao comparecimento de estudantes até este dia. O argumento para esta orientação é que a frequência das/os estudantes é imprescindível para a qualidade da educação.

No Grupo 3 (Quadro 17), a primeira ocorrência do tema “Estatuto do Magistério” é sobre orientações para o preenchimento de um questionário de pesquisa (formulado pelo IBSA) objetivando produzir um perfil do quadro docente do município. Esta iniciativa visava, de acordo com a secretaria, coletar informações preliminares para subsidiar a reformulação do Estatuto. O documento não se tornou-se público e não obteve êxito nas tentativas de encontrá-lo, por isso, não foi possível verificar de que forma as informações foram utilizadas na revisão do Estatuto do Magistério.

Nas três circulares seguintes (nº 017, nº 018 e nº 021), foi tratado um aspecto específico do Estatuto – objeto de disputa na Campanha Salarial do funcionalismo público de Diadema em 2011 –, ou seja, a isonomia salarial entre docentes. A expressão isonomia salarial, no contexto do quadro do magistério público de Diadema, foi a solução legal para equiparar a remuneração de professoras e professores que atuavam em diferentes segmentos da educação pública (havia diferenças salariais entre docentes de crianças e de adultos). Isto representou um aumento de até

35% nos salários das/os professoras/es que atuavam na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental.

Este fenômeno ocorreu pela pressão do magistério para fazer cumprir as orientações da Resolução CNE/CEB nº 02/2009. Esta resolução definiu como uma das diretrizes para a reformulação dos planos de carreira que a remuneração docente não deveria ser inferior ao Piso Salarial Nacional (Lei nº 11.738/2008) e tampouco ser discriminada de acordo com a modalidade de ensino.

Art. 5º Na adequação de seus planos de carreira aos dispositivos da Lei nº 11.738/2008 e da Lei nº 11.494/2007, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem observar as seguintes diretrizes:

[...]

IV - fixar vencimento ou salário inicial para as carreiras profissionais da educação, de acordo com a jornada de trabalho definida nos respectivos planos de carreira, devendo os valores, no caso dos profissionais do magistério, nunca ser inferiores ao do Piso Salarial Profissional Nacional, diferenciados pelos níveis das habilitações a que se refere o art. 62 da Lei nº 9.394/96, vedada qualquer diferenciação em virtude da etapa ou modalidade de atuação do profissional. (BRASIL, 1997, p. 28).

O ato legal visou corrigir as discrepâncias salariais históricas praticadas no Brasil em relação ao magistério público. Oliveira (2007) ressalta ainda que tais diferenciações remuneratórias não tinham como base apenas a modalidade de atuação, mas também outros aspectos como o tipo de contrato trabalhista, permanente ou por tempo determinado.

Em alguns casos, como o do Brasil, a política salarial do setor público apresenta grande diversidade, os vencimentos dos docentes se diferenciam em função da carreira, do contrato de trabalho – efetivo ou temporário –, do cargo, do regime de trabalho, do nível e da classe, do tempo de serviço, das gratificações incorporadas, da titulação. (OLIVEIRA, 2007, p. 365).

As circulares nº 025 e nº 027 informam o andamento da revisão do Estatuto do Magistério. A circular nº 025 anuncia que a pré-minuta do Estatuto estava percorrendo as escolas e sendo discutida nos HTPCs e orienta para que o resultado da discussão seja enviado para a secretaria no prazo estipulado. A circular nº 027 noticia a próxima reunião da comissão de estudos cuja pauta haveriam de ser as contribuições enviadas pelas escolas (sintetizadas num documento que reuniu os comentários das escolas por temas como remoção, condições de trabalho, evolução funcional entre outros). A circular nº 029 refere-se aos procedimentos para a eleição da direção escolar,

destacando a formação da comissão eleitoral. Este documento situa o processo de escolha das gestoras/es de escola nos novos marcos instituídos já na pré-minuta do Estatuto. A circular nº 035 comunica a finalização da revisão do Estatuto e encaminha a minuta às escolas informando que passará pelo crivo jurídico antes de chegar ao processo legislativo da Câmara de Vereadores. Este documento notifica também as principais conquistas da revisão do Estatuto na perspectiva da secretaria, compartilhando-as com toda a rede de ensino:

Queremos destacar nesse novo plano, como aspectos mais importantes: a isonomia salarial, o enquadramento por nível, a progressão vertical, as funções gratificadas para diretor de escola e vice-diretor, coordenador pedagógico, supervisor de ensino e assistente pedagógico, a função de professor substituto e o bônus "pó de giz". Ressaltamos que essa minuta, antes de seguir para aprovação da câmara, passará por revisão jurídica sem prejuízo do seu conteúdo e será, em seguida, colocada no Portal da Educação. Saudamos a todos que direta ou indiretamente participaram desse momento singular na história da rede municipal de ensino de Diadema. (DIADEMA, 2011d).

O último documento deste grupo, convoca os membros da equipe gestora das escolas para reunião com a secretária de educação cuja pauta é o Estatuto do Magistério. O Quadro 17 sintetiza o conteúdo das mensagens emitidas pela secretaria com o tema Estatuto do Magistério:

Quadro 17: O tema “Estatuto do Magistério” nas circulares emitidas pela Secretaria municipal de Educação em 2010 e 2011

Circular	Assunto	Observações
GAB SE nº 030/10, de 25/8/2010.	“Questionário de pesquisa”	Preenchimento de “questionário de pesquisa” para construção do perfil da equipe docente da rede de ensino tendo em vista a revisão do estatuto.
GAB SE nº 010/11, de 27/5/2011.	“Novo plano de carreira”	Divulga orientações para enquadramento na lei de isonomia salarial.
GAB SE nº 017/2011, de 8/7/2011.	“Isonomia salarial”	Divulga processo do Projeto de Lei sobre equiparação de salários entre docentes cuja reivindicação estava na revisão do Estatuto do Magistério.
GAB SE nº 018/2011, de 11/7/2011.	“Isonomia salarial”	Orientações para que docentes apresentem a documentação necessária para a equiparação salarial.
GAB SE nº 021/2011, de 21/7/2011.	“Isonomia salarial”	Novas orientações para que docentes apresentem a documentação necessária para a equiparação salarial.

GAB SE nº 025/11, de 23/8/2011.	“Novo plano de carreira”	Informa o processo de discussão do estatuto.
GAB SE nº 027/11, de 8/9/2011.	“Novo Plano de Carreira do Magistério”	Informa sobre processo de revisão do Estatuto do Magistério.
GAB SE nº 029/11, de 30/9/2011.	“Eleição para Direção Escolar”	Orienta sobre a divulgação do processo de eleição situando-o dentro do Estatuto do Magistério.
GAB SE nº 035/11, de 1/11/2011.	Finalização do processo de revisão do Estatuto do Magistério	Resgata parcialmente o processo de revisão do Estatuto, destacando a participação e as conquistas alcançadas.
GAB SE nº 036/2011, de 1/11/2011.	“Plano de Carreira do Magistério e Cronograma de Final de Ano”	Convoca equipe gestora para reunião com secretária de educação para tratar do Estatuto do Magistério e das atividades de encerramento do ano letivo.

Os fatores que promovem diretamente a qualidade da educação na perspectiva da equipe gestora da secretaria até 2012 são: oferta de formação continuada, distribuição de livros paradidáticos, uniforme e material escolar para estudantes, incentivo à participação nas provas externas (Saresp e Prova Brasil), fortalecimento dos conselhos escolares e proposição de atividades diferenciadas para divulgação do trabalho escolar e em comemoração a datas específicas. Estas ações, expressas nas circulares mencionadas, são compreendidas como políticas e programas governamentais e como de responsabilidade exclusiva daquele órgão do governo municipal.

O trabalho docente como promotor de qualidade está mais evidenciado no texto do *Caderno Introdutório* da proposta curricular. Neste documento, o magistério é tido como o ator principal na interação com os estudantes e como implementador das ações definidas pela Secretaria de Educação. O texto revela também que o magistério foi um dos atores que contribuiu na formulação da proposta curricular de Diadema.

O Estatuto do Magistério promoveu qualidade da educação ao equiparar os salários entre professoras e professores, as alterações nas tabelas salariais como consequência de avanços na evolução funcional por formação continuada e por tempo de serviço, a criação dos cargos de coordenação pedagógica e professor/a substituto/a e a premiação por assiduidade ao trabalho,

denominada “bônus pó-de-giz”. O reconhecimento destes aspectos do Estatuto como conquistas, demonstra que a secretaria atribui ao Estatuto um papel importante na valorização da carreira docente e, conseqüentemente, como motivador do trabalho destes/as profissionais.

Capítulo 4

4. Correspondência entre vozes docentes, abordagens institucionais sobre Estatuto do Magistério e qualidade da educação

A correspondência entre as vozes docentes e as abordagens institucionais deve ser abordada, nos termos desta pesquisa, a partir de três categorias: 1) qualidade da educação; 2) trabalho docente e qualidade da educação; 3) Estatuto do Magistério e qualidade da educação. A ausência ou presença dessa correspondência foi verificada nas opiniões emitidas por três atores do cenário educacional em Diadema: o magistério, o sindicato e a Secretaria de Educação.

A denominação de atores nesta pesquisa se aplica tanto ao magistério quanto às instituições sindicato e Secretaria de Educação. O magistério é o ator diretamente implicado na relação com estudantes, comumente é agente implementador das políticas educacionais e também é a base que orienta as ações dos sindicatos de docentes (ou de servidores/as públicos/as, como é o caso de Diadema). O sindicato é o ator institucional que defende os direitos trabalhistas e reivindica do empregador as necessidades apontadas pelo seu grupo de representados em favor de melhores condições para a realização do trabalho. A secretaria também é ator institucional e representa o governo municipal nas ações diretamente envolvidas com o setor educacional. A atuação de cada um é distinta, mas não excludente, isto é, defendem temas semelhantes (como o estatuto do magistério), mas, com perspectivas que podem ser diferentes umas das outras.

Em se tratando dos aspectos mais gerais da educação que promovem qualidade, os atores partilham da opinião de que melhores remunerações, planos de carreira e formação continuada são fatores importantes. Contudo, os sentidos atribuídos a cada fator são variáveis de acordo com o lugar que o ator ocupa no cenário educacional. Melhores salários e um plano de carreira vantajoso aparecem como elementos cuja acepção é comum, isto é, possibilitam a dedicação exclusiva à rede de ensino, a qualidade de vida das/os professoras/es e mais motivação para o trabalho. Tal convergência não se mantém no tema formação continuada. O magistério considera que a formação continuada é requisito para uma melhor atuação, desde que atenda às necessidades pedagógicas que preconizam, nem sempre contempladas nas oportunidades

oferecidas pelo órgão gestor da educação municipal. A Secretaria de Educação considera que o volume de cursos e a diversidade nas parcerias com outras instituições garantem as condições para uma adequada política de formação em serviço. O sindicato considera que a formação continuada é um esforço pessoal de investimento na carreira e que precisa ser valorizado no Estatuto.

As professoras e o professor entrevistados e as/os que se manifestaram nos fóruns das duas instituições, tendem a atribuir o mesmo sentido que o sindicato aos temas remoção, atribuição de aulas, jornada de trabalho e HTPC. Representados e representantes entendiam que era necessário revisar os critérios para a participação e a formulação destes aspectos da vida docente em Diadema. A destinação de um terço da jornada de trabalho para atividades extraclasse e a contratação de “inspetor de alunos” foram reivindicações comuns tanto a docentes, quanto ao Sindema.

Não há correspondência generalizável entre: resultados positivos de estudantes nas avaliações externas; distribuição de uniformes e materiais didáticos para estudantes; atuação dos conselhos de educação e criação de planos de carreira para pessoal de apoio, administrativo e operacional das escolas como fatores que impulsionam a qualidade da educação.

Entre as/os docentes entrevistados, cinco (Professoras/or 4, 5, 6, 7 e 8) afirmaram que é fator de qualidade a maior participação das famílias na vida escolar dos estudantes. Esta opinião está associada ao que identificam como uma desvalorização social da profissão e dos conhecimentos escolares. Pensam que a maior parte da sociedade que utiliza a escola pública não a reconhece como um espaço, de fato, importante e, por isso, não preza o trabalho das/os professoras/es. Esta impressão se manifestou novamente sobre a relação entre trabalho docente e qualidade da educação. Os sujeitos entrevistados expressaram o seu descontentamento em relação às múltiplas funções desempenhadas pela categoria profissional (assistente social, psicólogo etc.), associando-as como algo negativo para alcançar qualidade da educação.

As professoras/es entrevistadas também afirmaram que o trabalho docente promove qualidade quando é realizado com compromisso, quando elabora-se o planejamento de acordo

com as necessidades da turma de estudantes e em parceria com outros docentes. Esta compreensão é partilhada pela Secretaria de Educação no *Caderno Introdutório* da proposta curricular. Esta instituição associa ainda a qualidade da educação ao empenho docente em implementar as ações governamentais formuladas para melhorar as condições de aprendizagem dos/as estudantes. O sindicato relaciona qualidade da educação e trabalho docente quando professoras/es participam das ações que influenciam a sua carreira.

O Estatuto do Magistério promoveu qualidade da educação porque mudou as regras para a evolução funcional e permitiu a equiparação dos salários docentes das diversas modalidades ofertadas na rede de ensino. Este sentido é partilhado pelos três atores investigados. No entanto, a criação do cargo de coordenação pedagógica, de professor/a substituto/a e a manutenção da eleição para a direção escolar não foram consenso entre os atores. O dissenso foi causado porque não se chegou a um acordo sobre o provimento para o cargo de coordenação pedagógica ser um concursado ou eletivo; e a função de professora/or substituto poder ou não assumir definitivamente turmas se docentes titulares se ausentassem por mais de trinta dias. Além disso, os atores divergiram sobre a quantidade de coordenadoras/es e professora/es substitutas/os em cada escola, em cada período de atendimento ou por modalidade oferecida. A eleição para direção de escola também foi motivo de divergência principalmente sobre a continuidade deste formato ou a sua substituição por concurso público.

A noção de qualidade da educação é distinta entre os atores. Para o Sindema, está mais próxima da proposição que instigou esta pesquisa, ou seja, de que há qualidade quando os direitos trabalhistas e a participação docente são garantidas. Para a secretaria, a qualidade da educação está alinhada ao desempenho positivo dos estudantes nas avaliações externas (na perspectiva das circulares) e na ampliação dos direitos humanos (na perspectiva da proposta curricular). A opinião docente não é categorizável nestes termos, sobretudo porque o maior interesse pelo Estatuto foi orientado temporalmente por problemas que atingiam a categoria em determinados períodos. A qualidade da educação para este ator, aparece dispersa na participação das famílias, na definição dos papéis e na valorização social da profissão.

Conclusão

Esta pesquisa foi orientada pelo problema “qual é a correspondência entre a opinião docente e o discurso institucional sobre a relação entre estatuto do magistério e qualidade da educação?” A principal hipótese examinada foi a de que não há correspondência entre a opinião do magistério e o discurso institucional sobre aspectos profissionais e a qualidade da educação quando docentes não dominam o discurso e as práticas políticas dos atores que influenciam ou definem as políticas educacionais formuladas para alcançar determinado patamar de qualidade da educação, tal como é o caso do estatuto do magistério.

O principal resultado obtido com a metodologia empregada (entrevistas e análise de documentos) é que, em alguns aspectos, as opiniões sobre qualidade da educação, trabalho docente e Estatuto do Magistério são correspondentes; enquanto em outros há correspondência parcial entre alguns atores ou não há correspondência nenhuma. Outro resultado foi que as opiniões emitidas carregam características do lugar ocupado pelo ator.

A correspondência é total quando os atores opinam que as mudanças no Estatuto do Magistério promoveram qualidade porque melhoraram as condições para a evolução funcional e permitiu a equiparação dos salários docentes. A correspondência é parcial em relação ao trabalho docente como promotor de qualidade da educação: as/os professoras/es e a Secretaria de Educação têm opiniões convergentes sobre o compromisso docente em planejar atividades de acordo com as necessidades da turma de estudantes e em parceria com outros docentes. Outra correspondência parcial é sobre o Estatuto e qualidade da educação: as/os professoras/es e o sindicato compartilham opiniões sobre a necessidade de maior tempo para planejamento, de critérios para remoção, realização do HTPC, atribuição de aulas e também em favor da contratação de “inspetor de alunos”.

Não houve correspondência entre as opiniões quando os temas eram: resultados de estudantes nas avaliações externas; distribuição de uniformes e materiais didáticos para estudantes; atuação dos conselhos de educação e criação de planos de carreira para pessoal de apoio (administrativo e operacional).

O lugar ocupado pelos atores definiu a distinção de opiniões sobre formação continuada e sobre aspectos gerais que promovem qualidade da educação. A formação continuada, na perspectiva docente, deve atender às necessidades pedagógicas que docentes identificam no trabalho cotidiano; a Secretaria de Educação valoriza a quantidade e a diversidade das ações; o sindicato defende que a formação continuada é um esforço pessoal que docentes empenham para qualificarem-se e que precisa ser valorizado no Estatuto do Magistério. No ponto de vista docente, a maior participação das famílias na vida escolar é uma variável da qualidade da educação; a secretaria acredita que o empenho docente em implementar as ações governamentais é um dos fatores que contribui para a qualidade; o sindicato afirma que a qualidade da educação também é alcançada quando professoras/es participam das ações que influenciam a sua carreira. É importante destacar que estes aspectos não foram os únicos apontados por estes atores, mas, são os que cada um afirmou com exclusividade.

A partir desta caracterização das opiniões, foi possível verificar que a natureza da atividade de cada ator define o que é qualidade da educação. Para o Sindema, que tem a atividade orientada para a defesa dos direitos trabalhistas, a ampliação dos direitos e a participação docente são fatores de qualidade. Para a Secretaria de Educação, responsável pela organização do serviço educacional público, a implementação das políticas por parte das professoras e professores é fator de qualidade, destacando a aplicação de avaliações externas e a materialização dos direitos sociais defendidos na proposta curricular. Para o magistério, principal agente na interação com estudantes, a participação das famílias, a definição dos papéis e o reconhecimento social da profissão são fatores de qualidade. O lugar ocupado pelos atores também é influenciado pelo fator tempo, pelo menos no caso do magistério: algumas opiniões sobre o Estatuto foram influenciadas pelas urgências do presente, sobretudo quando elas implicariam alterações no acúmulo de cargos (HTPC, remoção e composição da jornada de trabalho).

O tratamento das informações coletadas e a análise realizada tornam possível dizer que a hipótese formulada não se confirma em sua totalidade. Apesar de três sujeitos docentes entrevistados terem afirmado a dificuldade de professoras/es na apropriação do assunto Estatuto do Magistério, não é possível afirmar que não há correspondência entre vozes docentes e discurso

institucional. Nos aspectos salário e evolução funcional, por exemplo, há correspondência total entre a opinião do magistério e o discurso institucional, uma vez que os atores reconhecem a capacidade destes elementos como promotores da qualidade na educação.

No entanto, há outros aspectos em que não houve correspondência plena entre os três tipos de atores. A ampliação do tempo para estudos e planejamento e a criação do cargo de “inspetor de alunos” foram solicitações evidenciadas apenas pelo magistério e pelo sindicato. A relação entre qualidade da educação e resultados em exames regionais estaduais ou nacionais, os subsídios para estudantes (uniforme, material escolar e alimentação), os conselhos de educação e a carreira de profissionais administrativos e operacionais das escolas não foi estabelecida por todos os atores. Em relação à formação continuada, não houve correspondência entre os sentidos atribuídos pelos atores.

Ademais, há dois temas abordados pelas vozes docentes que não foram tratados pelas instituições: o papel desempenhado e a valorização social da profissão. Estes elementos não são tratados diretamente no Estatuto do Magistério, mas, preocupam tanto as pessoas entrevistadas, quanto as que se expressaram nos fóruns virtuais mantidos pelas duas instituições. Este anseio do magistério reflete, ainda que parcialmente, a necessidade de afirmar-se como profissional. Não considero que tal necessidade seja a mesma de afirmar-se como sujeito, nos termos propostos por Touraine. Contudo, é a voz docente buscando ocupar um lugar no mundo do trabalho e reivindicar, a partir disto, as condições adequadas para o desempenho das suas funções, quer sejam materiais (como melhor remuneração), quer sejam simbólicas (com as famílias e demais profissionais assumindo a parte que lhes cabe no atendimento às/aos estudantes).

Os resultados desta pesquisa apontam a necessidade de conhecer mais sobre a realidade da educação escolar sob o ponto de vista de professoras e professores. A relação com a comunidade que utiliza os serviços da escola, a eficácia da parceria da Secretaria de Educação com outros órgãos do governo e a representatividade do sindicato são assuntos a serem abordados em pesquisas futuras sobre vozes docentes.

Referências

ALMEIDA, Maria Isabel de. “Cala a boca já morreu”! Com a palavra, os professores. Fala Mestra! Fala Mestre! **Desafios da conjuntura**, n. 24, jul 2008. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/ebulicao/novo/editorial1.html> Acesso em 25/11/2012.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de Sociologia do Conhecimento. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. 24 ed. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2004. 248 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 30/08/2013

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Sinopses Estatísticas da Educação Básica ano 2012**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse> Acesso em 25/9/2013.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Portal Ideb**. s.d. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/portal-ideb> Acesso em 23/4/2014.

_____. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. 1996a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acesso em 12 de agosto de 2012.

_____. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). **Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996**. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. 1996b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19424.htm Acesso em 22/9/2013.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 3 de 8 de outubro de 1997**. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. 1997. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12896. Acesso em 22/9/2013.

_____. **Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000.** Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm. Acesso em: 22/9/2013.

_____. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb. **Lei nº 11.494, de 20 de julho de 2007.** Disponível em <http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/fundeb-apresentacao> Acesso em 22/9/2013.

_____. **Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008** (Lei do Piso Salarial). Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19424.htm Acesso em 22/9/2013.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 9 de 2 de abril de 2009.** Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. 2009a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12745&Itemid=866 Acesso em 27/07/2012

_____. **Resolução CNE/CEB nº 2 de 28 de maio de 2009.** Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. 2009b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13684%3Aresolucoes-ceb-2009&catid=323%3Aorgaos-vinculados&Itemid=866 Acesso em 27/07/2012

_____. Ministério da Educação – MEC. **Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle** – Painel de Controle do MEC: <http://painel.mec.gov.br/> Acesso em 28/08/2013

_____. Ministério da Educação – MEC. **Programa Mais Educação.** 2013a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16690&Itemid=1115 Acesso em: 25/09/2013

_____. Ministério da Educação – MEC. **Programa Escola Aberta.** 2013b. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16739&Itemid=811 Acesso em: 25/09/2013

COMITÊ de ética na pesquisa da Feusp. **Padrões éticos na pesquisa em Educação:** Primeiro documento. s.d. Disponível em: http://www3.fe.usp.br/pgrad/PDF_SWF/Documento_Comite_de_Etica.pdf. Acesso em: 10 de outubro de 2012.

CORAZZA, Helena. Discurso da qualidade na educação e invisibilidade do professor. In: CITELLI, Adilson. (org.) **Educomunicação: imagens do professor na mídia**. São Paulo: Paulinas, 2012. p. 37-52

DIADEMA (SÃO PAULO) – PREFEITURA MUNICIPAL. Observatório de Políticas Públicas, Econômico e Social de Diadema (OPPES). **Dados demográficos e educacionais de Diadema em 2010**. Diadema, 2012. 37 p.

DIADEMA (SÃO PAULO) – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Lista de escolas municipais e conveniadas**. s.d. Disponível em: <http://www.educacao.diadema.sp.gov.br> Acesso em 28/08/2013

_____. **Proposta Curricular:** o movimento de reorientação curricular em Diadema (caderno introdutório). Secretaria municipal de Educação. Diadema/SP, 2007. 34 p.

_____. **Circular nº 038, de 5 de novembro de 2010.** <http://www.educacao.diadema.sp.gov.br> Acesso em 25/09/2012

_____. **Circular nº 134/2010, de 10 de setembro de 2010.**2010b. Disponível em: <http://www.educacao.diadema.sp.gov.br> Acesso em 25/09/2012

_____. **Circular GAB SE nº 009/11, de 13 de abril de 2011.**2011a. Disponível em: <http://www.educacao.diadema.sp.gov.br> Acesso em 25/09/2012.

_____. **Circular nº GAB SE nº 024/11, de 18 de agosto de 2011.**2011b. Disponível em:

<http://www.educacao.diadema.sp.gov.br> Acesso em 25/09/2012

_____. **Circular GAB SE nº 032/2011, de 14 de outubro de 2011.**2011c. Disponível em:
<http://www.educacao.diadema.sp.gov.br> Acesso em 25/09/2012

_____. **Circular GAB SE nº 035/11, de 1 de novembro de 2011.**2011d. Disponível em:
<http://www.educacao.diadema.sp.gov.br> Acesso em 25/09/2012

_____. **Circular SE nº 055, de 30 de maio de 2011.**2011e. Disponível em:
<http://www.educacao.diadema.sp.gov.br> Acesso em 25/09/2012

GIGLIO, Célia Maria Benedicto. **Quando o silêncio pacifica.** Disponível em:
<http://www.acaoeducativa.org.br/ebulicao/novo/artigo3.html> acesso em 25 nov. 2012.

GUSMÃO, Joana Borges Buarque de. **Qualidade da educação no Brasil:** consenso e diversidade de significados. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação: Sociologia da Educação), Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010. 180 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Área Territorial Brasileira.** Disponível em:
http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_territ_area.shtm Acesso em: 17/10/2013.

JANNUZZI, Paulo de Martino . **Indicadores socioeconômicos na gestão pública.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009. 112p.

JOIA, Luiz Antonio. Uso do capital intelectual para avaliação de projetos de tecnologia educacional: o caso Proinfo . **Revista de Administração Pública – RAP.** Rio de Janeiro. Vol. 35. Número 2. p. 97-117, Mar./Abr. 2001. Disponível em:
<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/search/results>

KRAMER, Sonia. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no brasil: educação infantil e é fundamental . **Educ. Soc.,** Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 797-818, out. 2006 .

Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 25/04/2014.

MARTINS, Paula. Acesso à informação e liberdade de expressão. **Fala Mestra! Fala Mestre! Desafios da conjuntura**, n. 24, jul 2008. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/ebulicao/novo/editorial1.html> Acesso em 25/11/2012.

OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO DA AÇÃO EDUCATIVA. **Fala Mestra! Fala Mestre! Desafios da conjuntura**, n. 24, jul 2008. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/ebulicao/novo/editorial1.html> Acesso em 25/11/2012.

_____. **Fala Educador! Fala Educadora!** s. d. <http://www.observatoriodaeducacao.org.br/index.php/fala-educador-fala-educadora?start=10> Acesso em 25/11/2012.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Política educacional e a re-estruturação do trabalho docente: reflexões sobre o contexto Latino-americano. **Educ. Soc.**, Campinas , v. 28, n. 99, ago. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000200004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 27 mar. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302007000200004>.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Os trabalhadores da educação e a construção política da profissão docente no Brasil. **Educ. rev.**, Curitiba , n. spe1, 2010 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602010000400002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 20 jan. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602010000400002>.

PIMENTA, Cláudia Oliveira. **Avaliações externas e o trabalho de coordenadores pedagógicos: estudo em uma rede municipal paulista**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação: Estado, Sociedade e Educação), Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012. 141 p.

ROCHA, Maria da Consolação. **Políticas de valorização do magistério: remuneração, plano de**

carreira, condições de trabalho - uma análise da experiência de Belo Horizonte. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009. 341 p.

ROGÉRIO, Rosa Maria de Freitas. **Caminhos de professoras: o desenvolvimento profissional docente nos anos iniciais do Ensino Fundamental**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2008. 195 p.

SAFORCADA, F. Regulamento do magistério. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: <http://www.gestrado.org/?pg=dicionario-verbetes&id=168> Acesso em 28/10/2013

SÃO PAULO (estado). **Lista de escolas estaduais em 2013**. Diretoria de Ensino da Região de Diadema (Secretaria Estadual de Educação de São Paulo). Disponível em: http://dediadema.edunet.sp.gov.br/nucleo_gestao_rede_escolar.htm. Acesso em 28/08/2013

SILVA, Michel Carvalho da. Aula do crime: o discurso jornalístico e a imagem do professor. In: CITELLI, Adilson. (org.) **Educomunicação: imagens do professor na mídia**. São Paulo: Paulinas, 2012. p. 53-68.

SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE DIADEMA. Festa e esporte para o funcionalismo. **Jornal do Sindicato**. Outubro de 2010. Disponível em: <http://www.sindema.org.br/> Acesso em 25/10/2012

_____. Campanha Salarial: pauta será aprovada dia 17 de fevereiro. **Jornal do Sindicato**. Fevereiro de 2011. 2011a. Disponível em: <http://www.sindema.org.br/> Acesso em 25/10/2012

_____. Começou a Campanha Salarial 2011: é hora de mobilização, unidade e luta. **Jornal do Sindicato**. Março de 2011. 2011b. Disponível em: <http://www.sindema.org.br/> Acesso em 25/10/2012

_____. Levanta, educação! **Boletim da campanha salarial 2011**. Março 2011. 2011c. Disponível em: <http://www.sindema.org.br/> Acesso em 25/10/2012

_____. “ELEIÇÕES SINDEMA 2011: vitória da chapa 1”. **Jornal do Sindicato**. Junho de 2011. 2011d. Disponível em: <http://www.sindema.org.br/> Acesso em 25/10/2012

_____. **Revisão do Estatuto do Magistério terá nova Minuta**. Outubro de 2011. 2011e. Disponível em: http://www.sindema.org.br/noticia_201011_4.html Acesso em 25/10/2012

SOBREIRA, Rogério; CAMPOS, Bruno Cesar. Investimento público em educação fundamental e a qualidade do ensino: uma avaliação regional dos resultados do Fundef. **Revista de Administração Pública – RAP**. Rio de Janeiro. Vol. 42. Número 2. p. 327-346, Mar./Abr. 2008. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/search/results>

SOUSA, Sandra M. Zákia L.. Possíveis impactos das políticas de avaliação no currículo escolar. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n. 119, 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742003000200009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 23 abr. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742003000200009>.

TOURAINÉ, A. **Crítica da modernidade**. Tradução Fátima Gaspar e Carlos Gaspar. Lisboa, Portugal. Instituto Piaget, 1992. 470 p.

TOURAINÉ, A. **Um novo paradigma**: para compreender o mundo de hoje. Tradução Armando Pereira da Silva. Lisboa, Portugal. Instituto Piaget, 2005. 251 p.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP**: documento eletrônico (ABNT). 2. ed. rev. ampl.- São Paulo: Sistema Integrado de Bibliotecas da USP, 2009. 102 p.

VIANNA, Cláudia. A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE ORGANIZAÇÃO DOCENTE: AÇÃO COLETIVA E RELAÇÕES DE GÊNERO. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 22, n. 77, dez. 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302001000400006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 30 jun. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302001000400006>.

VIANNA, Cláudia Pereira. O sexo e o gênero da docência. **Cad. Pagu**, Campinas , n. 17-18, 2002 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332002000100003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 30 jun. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332002000100003>.

Anexo I: As vozes docentes sobre Estatuto do Magistério no *hotsite* do Sindema em 2010.

Assunto	Vozes docentes
Quadro do Magistério	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criação da função de professor/a de salas de informática e leitura, escolhidos pelo Conselho de Escola para um período de três anos; 2. criação de cargo de Assistente Técnico Pedagógico (inspetor de alunos) que atuaria na parte administrativa da escola e também ajudaria nos intervalos das aulas; 3. criação de um espaço/artigo no novo Estatuto que contemple os/as professores/as da rede estadual que aderiram ao convênio com a rede municipal.
Habilitação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Opiniões contrárias à exigência de formação em pedagogia porque: a) no caso de PEB I, há professores/as com curso de magistério em nível médio e formação em nível superior em outra área que não pedagogia; b) há cursos de formação de professores/as em nível superior que apresentam nomenclatura diferente de pedagogia; c) para as funções de diretor/a e vice-diretor/a, não se pode exigir graduação específica em pedagogia, pois a LDB prevê que curso de pós-graduação em Gestão Escolar poderá ser usado como requisito para admissão de professores/as para aquelas funções; 2. professores/as de Artes e Educação Física solicitam formação específica para suas áreas de atuação. Sugerem que haja, além do HTPC na escola, encontros quinzenais (por área) para trocar experiências, planejar coletivamente, elaborar projetos e ações de integração entre escolas; 3. revisão no formato do HTPC: criar possibilidade de jornada básica e jornada integral, nas quais não há obrigatoriedade de acompanhar o horário coletivo na primeira. O modelo é a rede municipal de São Paulo que organiza a jornada como: básica (JBD) e integral (JEIF); 4. professoras/es da EJA propõem que haja disponibilidade de várias jornadas para o segmento (tendo em vista a redução do número de salas), pois contemplaria professoras/es que desejam ampliar a jornada dentro da própria rede. 5. professoras/es propõem que o/a professor/a especialista possa completar com aulas ou, caso fosse de interesse, complementar sua carga horária em outro período da mesma escola elaborando projetos, por exemplo.
Atuação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Professores/as de Artes e Educação Física da EJA, reivindicam que haja garantia de atuação na área de formação, pois há professores/as que estão dando aulas em outras áreas. 2. Professores/as reivindicam que as aulas de Artes e Educação Física sejam obrigatórias também para as turmas da EJA. 3. Opiniões divergentes sobre a exigência de acompanhamento do/a “professor/a-referência” da sala nas aulas de Artes e Educação Física: os/as que são favoráveis ao acompanhamento dizem que é bom que se acompanhe porque ajuda na organização do trabalho; os/as que são contrários, argumentam que a presença de dois professores/as confunde as crianças, dá pouca autonomia para o/a professor/a especialista e, além disso, o tempo poderia ser usado pelo/a “professor/a-referência” para planejar o trabalho pedagógico.

Anexo I: As vozes docentes sobre Estatuto do Magistério no *hotsite* do Sindema em 2010 (continuação).

Assunto	Vozes docentes
Remuneração	<ol style="list-style-type: none">1. Professores/as se opõem a que haja diferença salarial entre professores/as que atuam no Ensino Fundamental I e no Ensino Fundamental II;2. professores/as reivindicam que haja equiparação de seus salários com os demais funcionários da prefeitura que possuem formação em nível superior.
Remoção	<ol style="list-style-type: none">1. Professores/as se opõem a que haja a remoção zerada;2. professores/as sugerem alguns critérios para a remoção: considerar tempo de serviço na rede, considerar certificados independente da data de emissão, não vincular remoção à avaliação de desempenho;3. professores/as sugerem que haja maior paridade entre os membros da comissão de remoção uma vez há membros que estão avaliando a própria pontuação. A proposta é de que haja mais representantes de professores/as que estejam atuando em sala de aula;4. professores/as sugerem que a remoção seja realizada a cada dois anos, pois permitiria que o grupo de professores/as tivessem mais tempo para um trabalho coletivo e, além disso, permitiria que a secretaria de educação dispusesse de mais tempo para avaliar as necessidades pedagógicas das escolas.
Jornada	<ol style="list-style-type: none">1. Professores de Artes e Educação Física pedem garantia de jornada integral na mesma escola para que não precisem completar a jornada em escolas diferentes;2. professores/as de Artes e Educação Física também solicitam que haja possibilidade de escolha das aulas em dois períodos e não exclusivamente em um único período;3. professores/as da EJA propõem que haja disponibilidade de várias jornadas para este segmento, pois contemplaria professores que desejam ampliar a jornada dentro da própria rede;4. proposta de que a escolha/atribuição de aulas para professores/as que atuam na EJA seja feita anualmente e não de forma definitiva;5. professores/as solicitam que seja diminuído o tempo com alunos/as e ampliadas as possibilidades de formação continuada;6. professores/as propõem que o número de reuniões de HTPC seja compatível com o número de turnos nos quais a escola funciona;7. professores/as querem garantia de poder realizar HTPC após a jornada com alunos/as.

Anexo I: As vozes docentes sobre Estatuto do Magistério no hotsite do Sindema em 2010 (continuação).

Assunto	Vozes docentes
Acúmulo de cargos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Professores/as se opõem a que se utilize as horas livres como critério para acúmulo de cargos. Por exemplo, se propõe que se extinga a seguinte situação: se o professor tem Jornada de 31 horas, dentre as quais 4 horas livres, não pode acumular outro cargo, pois, ao somar as horas do outro cargo, ultrapassaria o número de horas semanais que professores/as podem trabalhar.
Evolução funcional	<ol style="list-style-type: none"> 1. Revisão dos critérios para evolução funcional; 2. professores/as ingressantes contestam a validação dos títulos para evolução funcional somente após o término do estágio probatório;
Dimensionamento da força de trabalho	<ol style="list-style-type: none"> 1. Professores/as solicitam que novo estatuto determine o número de alunos por sala com apoio do projeto de lei dos deputados Jorginho Maluly e Ivan Valente (PL-597/2007 da Câmara dos Deputados); 2. problematização sobre as condições de trabalho e qualidade da educação: professores/as reivindicam que a qualidade da educação seja discutida com os/as mesmos/as, que os períodos de formação devem ser feitos durante horário de trabalho (evitar que professores/as tenham que voltar à escola no horário noturno, por exemplo), que a remuneração valorize as inúmeras funções que os/as professores/as desempenham diante das crianças (fala de atendimento como “psicólogo, fonoaudiólogo” etc).
Afastamentos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Professores/as reivindicam que a “licença nojo” seja estendida aos avós, pois algumas pessoas foram criadas por estes parentes.
PDI's	<ol style="list-style-type: none"> 1. Professores/as solicitam que seja feita revisão da forma de contagem de pontos para PDI's, pois estão valendo menos que os dos outros cargos do Quadro do Magistério, inclusive dos/as professores/as que tem menos tempo de rede; 2. professores/as querem saber se haverá desvio de função e se, no novo Estatuto, serão garantidos os direitos dos PDI's.

Anexo II: As vozes docentes sobre Estatuto do Magistério no fórum da Secretaria municipal de Educação em 2011.

Assunto	Vozes docentes
Remoção e permuta	<ol style="list-style-type: none"> 1. Propostas favoráveis e contrárias à remoção zerada; 2. solicitação para que a remoção ocorra anualmente; 3. solicitação para que professoras/es ingressantes possam participar da remoção; 4. solicitação para que remoção não seja informatizada; 5. solicitação para que remoção por permuta se torne definitiva.
Professores com duas titularidades	<ol style="list-style-type: none"> 1. Questionamento sobre a situação atual de que professoras/es com dois cargos concursados na rede de ensino só recebem os benefícios em um.
PDI's	<ol style="list-style-type: none"> 1. Questionamento sobre os direitos das Professoras de Desenvolvimento Infantil; 2. queixa sobre a falta de menção do cargo no novo estatuto.
Direitos e condições de trabalho	<ol style="list-style-type: none"> 1. Questionamento sobre a situação atual de dividir crianças de turmas sem professora/or em outras classes; 2. opinião sobre a divisão de crianças em outras turmas não considera a qualidade no atendimento; 3. questionamento se haverá estagiárias/os para as turmas nas quais estejam matriculadas crianças com necessidades especiais; 4. questionamento sobre as providências para evitar a divisão de estudantes em outras turmas.
Atribuição de aulas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Posicionamento contrário à proposta de que a direção escolar possa alterar a escolha de turmas feitas pelas/os professoras/es; 2. solicitação de esclarecimentos sobre os novos critérios para atribuição de aulas e classes.
Municipalização	<ol style="list-style-type: none"> 1. Solicitação de esclarecimentos sobre o destino das classes originadas com a municipalização das escolas estaduais.
Profissionais para as escolas	<ol style="list-style-type: none"> Solicitação de contratação de inspetor de alunos, agentes escolares, agentes cuidadores, etc.
Evolução funcional	<ol style="list-style-type: none"> 1. Esclarecimentos sobre os critérios para as novas regras da evolução funcional; 2. esclarecimentos sobre os critérios para a equiparação salarial;

Anexo II: As vozes docentes sobre Estatuto do Magistério no fórum da Secretaria municipal de Educação em 2011 (continuação).

Assunto	Vozes docentes
Concurso público	<ol style="list-style-type: none"> 1. Solicitações de que os cargos de gestão escolar, coordenação pedagógica e supervisão escolar sejam ocupados por meio de concurso público. 2. esclarecimentos sobre a forma de provimento dos cargos não docentes.
Faltas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Esclarecimento sobre o uso das faltas na remoção e na atribuição de classes/turmas; 2. esclarecimento sobre os critérios para requerer falta abonada; 3. solicitação para que sejam permitidas faltas no HTPC; 4. solicitação para que as faltas abonadas possam ser usufruídas sem a restrição de “antes e após feriados”; 5. solicitação de esclarecimento sobre o tempo de antecedência para a requisição de faltas abonadas; 6. prever ocorrência de faltas abonadas e médicas no HTPC.
Avaliação de desempenho	<ol style="list-style-type: none"> 1. Questionamento sobre a ausência dos procedimentos da avaliação de desempenho na minuta apresentada; 2. solicitação de esclarecimentos sobre os critérios e os responsáveis pela avaliação de desempenho; 3. solicitação de que a avaliação de desempenho não componha a evolução funcional, mas que ocorra no formato de “uma gratificação à parte para o professor, como ocorre em São Paulo”.
Readaptação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Questionamento sobre o aumento salarial e a evolução funcional de professores/as readaptados; 2. solicitação de que as classes/aulas dos/as professores/as readaptados “sejam oferecidos[as] mediante concurso público (ingresso ou acesso)”.
Jornadas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Esclarecimento sobre a extinção dos cargos existentes no novo Estatuto; 2. solicitação de que haja “opção anual de jornada de 25h ou 31h”; 3. questionamento sobre a movimentação docente pelas jornadas e segmentos já existentes; 4. solicitação de que seja ampliado o tempo para atividades extra classe (sem estudantes), de acordo com a Lei do Piso. 5. solicitação para que os diferentes cargos docentes tenham direito à ampliação ou redução da jornada.
Afastamento	<ol style="list-style-type: none"> 1. Esclarecimento sobre a remuneração de docentes afastados por motivos particulares; 2. solicitação para que seja excluída a prerrogativa de interrupção do afastamento docente de acordo com o interesse da administração pública; 3. esclarecimento sobre evolução funcional de docentes afastados por motivos particulares.

Anexo II: As vozes docentes sobre Estatuto do Magistério no fórum da Secretaria municipal de Educação em 201 (continuação).

Assunto	Vozes docentes
Das funções de substituto	1. Esclarecimento sobre a carga horária e as atribuições de docente em função de substituição.
Pontuação	1. Solicitação para adoção de “algum tipo de incentivo real e compensador ao funcionário que participa dessas reuniões [do Conselho Escolar]”; 2. esclarecimento sobre os critérios evolução funcional quando apresentados os cursos de formação continuada; 3. esclarecimentos sobre os cursos de habilitação realizados após a graduação em pedagogia;
HTPC	1. Solicitação para que os horários de HTPC sejam flexibilizados para permitir o acúmulo de cargos; 2. opinião: “discutir os horários de formação que complica[m] tanto a vida do professor, acho que deveria ter uma comissão formada por professores, coordenadores”; 3. solicitação de que os HTPCs sejam organizados de acordo com os turnos de funcionamento da escola; 4. solicitação de que os HTPCs sejam realizados na própria escola; 5. solicitação de alteração na estrutura do HTPC, pois a atual não permite o acúmulo de cargos; 6. sugestão: “então porque não facilitar o acúmulo de cargo possibilitando a escolha de jornada anualmente e HTPC no horário que o professor tiver disponibilidade, como já acontece no município de São Paulo?”; 7. solicitação de que os HTPCs sejam realizados na própria escola e no horário pré-estabelecido; 8. solicitação de que os HTPCs sejam realizados exclusivamente na escola e não em espaços definidos pela secretaria de educação; 9. opinião: “hora atividade [HTPC], que deixa claro que poderá ser feita na escola OU LOCAL A SER DEFINIDO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. Fica complicado se locomover para outra unidade!!!!!!!!!!”.
Férias e recesso escolar	1. Opinião: “o recesso de julho deveria ser uniforme para todos os segmentos da educação (EMEI, Suplência, Fundamental); e o recesso têm de ser respeitado como período de descanso pleno sem a possibilidade do funcionário ser convocado por qualquer motivo”; 2. opinião: “NÃO CONCORDAMOS que a época do gozo das férias pelo servidos do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, <u>em cargos de direção, em exercício de função gratificada, será estabelecida de acordo com o calendário escolar organizado pela Secretaria Municipal de Educação</u> ” [a parte grifada pelos autores da opinião foi extraída do parágrafo 4º, artigo 43, da pré-minuta apresentada].

Anexo II: As vozes docentes sobre Estatuto do Magistério no fórum da Secretaria municipal de Educação em 2011(continuação).

Assunto	Vozes docentes
Acúmulo de cargos	<ol style="list-style-type: none">1. Opinião: “é preciso determinar a carga horária máxima para casos de acúmulo de cargos”;2. esclarecimento sobre os critérios para acúmulo de cargos.
Dos princípios e diretrizes	<ol style="list-style-type: none">1. Esclarecimento sobre o inciso VI, artigo 1º, da minuta no qual afirma-se que um dos princípios da educação em Diadema é a “vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais”. Diante disto, pergunta-se: “como? Prevê ensino profissionalizante?”.
Dos direitos e deveres	<ol style="list-style-type: none">1. Solicitação de supressão da parte da minuta que afirma que um dos deveres docentes é “participar do censo populacional, da chamada e da efetivação das matrículas em escolas públicas da rede de ensino municipal”. O argumento é que esta é função do agente administrativo da escola;2. esclarecimento sobre a afirmação que um dos deveres docentes é “a realização de pesquisas na área da educação”. O argumento é que “pesquisa é cunho científico”;3. solicitação de supressão da parte que determina como dever a organização de eventos culturais e cívicos;4. solicitação de esclarecimento sobre a definição do “que vem a ser material didático”, uma vez que um dos deveres é a confecção destes materiais;5. solicitação de informação sobre o valor da gratificação para direção e vice-direção de escola.

ANEXO III: As pautas dos jornais/boletins do Sindema em 2010

JORNAL SINDEMA – ANO 2010		
MÊS	TÍTULO	PAUTA
JANEIRO (2 p.)	Campanha salarial 2010	Chamamento para plenária na qual será debatida a pauta da educação na campanha salarial. Retrospectiva das conquistas no setor: 1) impedimento de criação de novos cargos de professor com salários menores do que os atuais; 2) reorganização das jornadas de trabalho, “com o fim do trabalho aos sábados e o aumento das horas livres” (p. 2); 3) regulamentação das jornadas de trabalho nas creches.
MARÇO I (4 p.)	Campanha salarial 2010: vamos lutar pelo que é nosso	Há indicação de que as pautas de setores específicos como Educação, Saúde, Defesa Social, Cultura e Obras estão no site do sindicato.
MARÇO II (2 p.)	Começou a mobilização	Esta edição trata da situação de negociação com a prefeitura.
MARÇO MULHER (2 p.)	Trabalhadoras do Serviço Público na luta por uma sociedade mais justa.	Esta edição é um encarte que trata dos 100 anos em comemoração ao dia 8 de março.
ABRIL I (2 p.)	Proposta da prefeitura é 0% já!	Esta edição noticia as paralisações em alguns setores do serviço público e convoca os/as servidores/as à paralisarem o trabalho no dia 15 de abril.
ABRIL II (2 p.)	Queremos proposta decente!	Não há. Esta edição organiza as atividades da paralisação convocada anteriormente além de noticiar o processo eleitoral para a escolha do novo gestor do IPRED (Instituto de Previdência de Diadema).
ABRIL III (6 p.)	Dia de luta e paralisação abrem negociação real	Esta edição trata da abertura da negociação da pauta da Campanha Salarial com a PMD, registra as atividades da paralisação do dia 15 de abril; dá informe sobre atividades que a CUT realizará no 1º de maio e apoio dos sindicatos da região aos servidores/as de Diadema; retoma a eleição do IPRED; retoma os pontos discutidos da campanha salarial entre Sindema e PMD. Entre eles aparece a REVISÃO DO ESTATUTO DO MAGISTÉRIO : “Proposta da Prefeitura em 22 de abril: Estatuto do Magistério – A comissão informou oficialmente que está contratando assessoria especializada para revisão do Estatuto de Magistério. Posição do sindicato: Queremos um cronograma concreto, com a data das reuniões. Não precisa esperar contratação de quem quer que seja para discutir cronograma e metodologia, pois queremos uma discussão democrática e com a participação efetiva dos/as professores/as de todos os segmentos.” (p. 6 – encarte)

ANEXO III: As pautas dos jornais/boletins do Sindema em 2010 (continuação).

MÊS	TÍTULO	PAUTA
JUNHO (6 p.)	Campanha salarial: luta garante reajuste e abono compensatório	Esta edição resgata o processo da campanha salarial; esclarece as condições do reajuste salarial; inicia o processo de negociação do PCSC dos servidores públicos (exceto educação e GCM); privatização do serviço de transporte; oposição à exclusividade de bancos para contratação de empréstimo consignado; convite para assistir jogos da copa na sede do sindicato. Tem um encarte exclusivo da Educação: “A hora é de organizar a categoria para avançar na Educação” (p. 5) no qual aparece a lista de prioridades aprovadas pelo magistério em assembléia; a explicação sobre a Resolução CNE/CEB nº 2/97, que fixa Diretrizes para os Novos Planos de Carreira e de Remuneração para o Magistério dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; reivindicação pela unificação de todas/os trabalhadoras/es da educação no estatuto; convocação para nova assembléia do setor.
AGOSTO (4 p.)	Cumpram o acordo! Cadê o Plano de Cargos, Salários e Carreira?	Esta edição informa a situação do cumprimento do acordo da campanha salarial com a prefeitura; cobra da prefeitura o início dos trabalhos para a construção do PCSC; denuncia e cobra solução sobre a falta de segurança para os servidores que trabalham em equipamentos municipais que têm atendimento 24 horas; anuncia o lançamento de cartilha que orienta sobre assédio moral; informa sobre quem tem direito ao abono PASEP; esclarece sobre aposentadoria especial; defende-se sobre uso irregular do nome do sindicato no anúncio da PMD sobre novas condições do estágio probatório; lança uma enquete sobre limitação da propriedade de terra.
SETEMBRO (6 p.)	Reforma agrária: uma luta de todos nós.	Esta edição anuncia a parceria do sindicato com o MST através de uma semana dedicada a debates sobre o uso da terra e venda de produtos oriundos dos assentamentos; informa sobre a lei que determina que 30% da merenda escolar seja composta de produtos oriundos da agricultura familiar; dá informe sobre o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo que propôs o plebiscito sobre o uso da terra no Brasil; denuncia o não cumprimento de acordo da prefeitura com os servidores que atuam na Central de Atendimento; divulga o concurso público para contratação de novos servidores; divulga a eleição para escolha dos representantes que debaterão o novo PCSC; noticia as condições dos processos sobre perda salarial nos Planos Collor e Verão; retoma o lançamento da cartilha sobre assédio moral; informa sobre a eleição dos membros do Conselho Municipal de Saúde; divulga a TV dos trabalhadores; anuncia a diminuição da jornada de trabalho das assistentes sociais; traz um Encarte sobre a Revisão do Estatuto do Magistério no qual consta convites para participação nas próximas plenárias (divididas pelos setores em que se dividem os funcionários da educação); dá notícia sobre a participação na assembléia do magistério realizada em 28 de agosto; anuncia que há uma pasta por escola na qual estão os documentos que irão subsidiar a discussão do novo estatuto; divulga quadro no qual constam informações sobre as funções do magistério que já é parte dos trabalhos da comissão constituída para discutir o plano; informa sobre licença-prêmio de professoras e professores.

ANEXO III: As pautas dos jornais/boletins do Sindema em 2010 (continuação).

MÊS	TÍTULO	PAUTA
OUTUBRO (4 p.)	Festa e esporte para o funcionalismo	Esta edição convida para a 5ª festa organizada pelo sindicato em comemoração ao dia do servidor público; anuncia as inscrições para a I Corrida Aberta do Sindema; orienta sobre a consciência do voto nas eleições presidenciais; orienta os agentes administrativos para escolherem os representantes na discussão do PCSC; exige respostas da PMD para os problemas enfrentados pelos servidores que atuam como recepcionistas na área da Saúde; anuncia os novos membros do Conselho Municipal de Saúde; revela os valores pagos pelos servidores nos restaurantes da PMD; informa sobre as cotas restantes do abono salarial resultantes da campanha salarial; divulga os novos membros do Conselho de Alimentação Escolar; informa sobre o canal de comunicação virtual para o debate sobre o Estatuto do Magistério ; solicita que professores de escolas que ainda não têm representantes na discussão do plano, os elejam; informa que as discussões do plano de carreira dos agentes administrativos e operacionais das escolas continua.
NOVEMBRO I (4 p.)	Em dezembro tem 5, 72% de reajuste e R\$ 190 de Vale Alimentação	Esta edição noticia o reajuste salarial; o aumento do vale alimentação e da última parcela do abono salarial provenientes da Campanha Salarial; informa que foi aberto o concurso para promoção da GCM e das assistentes de enfermagem; pagamento do 13º salário; registro de como foi a 5ª festa do funcionalismo público; uma retrospectiva das atividades sindicais durante o ano; informa sobre o processo de perda salarial; denuncia que o projeto do PCSC ainda não foi divulgado pela PMD; sobre eventos em comemoração ao Dia da Consciência Negra; parabeniza a cidade pelo 51º aniversário; noticia sobre a Revisão do Estatuto do Magistério informando sobre os trabalhos da comissão, remete à resolução que deu início ao processo entre outros aspectos.
NOVEMBRO II (2 p.)	Encarte da educação	Informa sobre o processo de revisão do Estatuto; resgata os principais pontos da pauta de reivindicação da Educação na Campanha Salarial; informa o magistério sobre assuntos específicos do setor (horas-atividade, aglutinadas) e faz um resumo de temas importantes que devem ser conhecidas pelos/as docentes ingressantes no serviço público do município.

ANEXO IV: As pautas dos jornais/boletins do Sindema em 2011.

JORNAL SINDEMA – ANO 2011		
MÊS	TÍTULO	PAUTA
FEVEREIRO (4 p.)	Campanha Salarial: pauta será aprovada dia 17 de fevereiro	Julgamento do direito à aposentadoria oficial; atuação do sindicato no Conselho do Ipred; pagamento do abono salarial; denúncia sobre condições precárias de trabalho em Unidade Básica de Saúde (UBS); promoção na carreira da Guarda Civil Municipal (GCM) e assistentes de enfermagem; o debate sobre Plano de Cargo Carreira e Salário; valor do vale-alimentação; eleição de Dilma alimenta boas expectativas para as mulheres brasileiras; continuidade dos debates, mas expectativa de finalização dos trabalhos da comissão de estudos para a revisão do Estatuto do Magistério; gasto com educação eleva o PIB.
MARÇO (4 p.)	Começou a Campanha Salarial 2011: é hora de mobilização, unidade e luta	Aumento de salários no setor privado bate recorde em 2010; aumento da cesta básica; assembleia aprova a pauta de reivindicações da campanha salarial 2011; Marcha Mundial das Mulheres e Central Única dos Trabalhadores lançam a Marcha das Margaridas.
ABRIL I (2 p.)	Boletim da Campanha Salarial: Nenhum avanço, nenhuma proposta	Informe sobre a falta de resposta da PMD à pauta de reivindicação; convocação de assembleia; convite ao magistério para rejeitar as condições de desvalorização profissional; informe e convocação ao pessoal do estágio probatório.

ABRIL II (2 p.)	Boletim da Campanha Salarial: Categoria diz <u>não</u> para “proposta do governo”	Informe da rejeição da assembléia à proposta da PMD; anúncio de novas paralisações; denúncia da incidência das terceirizações dos serviços sobre a folha de pagamento; convocação para nova assembléia; informe e convocação ao pessoal do estágio probatório.
ABRIL III (2 p.)	Boletim da Campanha Salarial: A partir de 28 de abril, próxima quinta-feira: É GREVE	Anúncio da greve a partir de 28 de abril; resgate do processo de negociação; convite à participação e esclarecimento à população; apresentação da proposta da PMD à pauta de reivindicação; convocação de reunião do Comando de Mobilização para a greve.
ABRIL IV (2 p.)	Boletim da Campanha Salarial: Greve, faltam 3 dias	Convocação para o início da greve e resgate do processo de negociação; informe sobre a legitimidade da greve no serviço público e orientações sobre o início do movimento;

ANEXO IV: As pautas dos jornais/boletins do Sindema em 2011 (continuação).

MÊS	TÍTULO	PAUTA
ABRIL EDUCAÇÃO (2 p.)	Boletim da Campanha Salarial: professores dizem <u>não</u> para a falta de proposta concreta do Governo	Convocação para a paralisação do magistério e informe sobre as condições de trabalho da categoria; informe e convocação ao pessoal do estágio probatório.
MAIO I (4 p.)	A greve continua: cresce a adesão em todos os setores	Informe sobre o crescimento da adesão à greve; greve no setor educação; responsabilidade da SP Alimentação sobre a folha de pagamento; greve no setor saúde; informe sobre as finanças da PMD; justificativa da greve para melhoria do serviço prestado à população; reivindicação de vale refeição e concurso público;
MAIO II (2 p.)	Boletim da Campanha Salarial: A greve continua cada dia mais forte: Justa, legítima e necessária, nossa greve conquista o apoio e a simpatia da população.	Informe sobre o apoio da população ao movimento grevista; convocação para reunião na Câmara Municipal; apresentação e rejeição da proposta da PMD; resgate da luta dos/as trabalhadores/as de Diadema a partir de 2007; apresentação da proposta de governos das cidades do entorno para o funcionalismo público (mais favoráveis que em Diadema).
MAIO III (2 p.)	Boletim da Campanha Salarial: A greve continua cada dia mais forte: mobilização crescente reabre negociação: proposta decente ou a greve continua (9 dias parados)	Informe sobre o crescimento da adesão à greve; após 9 dias de greve, é reaberta a negociação; valorização dos/as participantes da greve; informe sobre o fortalecimento da adesão do setor educação ao movimento grevista;

MAIO IV (2 p.)	Boletim da Campanha Salarial: 12º dia de greve mobilização força reabertura da negociação! a greve continua, cada dia mais forte: negociação sim, enrolação não!	Informe sobre a reunião de negociação com a PMD; convocação de nova assembléia para votar a nova proposta da PMD;
MAIO V (2 p.)	Boletim da Campanha Salarial: 14º dia de greve com garra e determinação! A hora é agora! Basta de enrolação! Proposta decente ou a greve continua cada vez mais forte!	Anúncio de nova rodada de negociação com a PMD; convocação para nova assembléia; lembrete sobre a relação entre a valorização do magistério e a qualidade da educação; resultado da reunião setorial da saúde que propôs uma pauta específica de reivindicação; pauta da educação sobre alimentação escolar.

ANEXO IV: As pautas dos jornais/boletins do Sindema em 2011 (continuação).

MÊS	TÍTULO	PAUTA
MAIO VI (2 p.)	Boletim da Campanha Salarial: Prefeitura sem proposta, câmara ocupada! nossa luta é justa, legítima e necessária! a greve continua! (16 dias parados)	Informe sobre as propostas insatisfatórias da PMD; informe sobre a ocupação da Câmara Municipal; convocação de nova assembléia; informe sobre o crescimento da adesão dos/as trabalhadores/as;
MAIO VII (2 p.)	Boletim da Campanha Salarial: assembléia para deliberar sobre a proposta da prefeitura segunda-feira, dia 16/05, 17 horas na câmara municipal nova proposta avança pouco nas cláusulas econômicas e de benefícios (19 dias de greve)	Apresentação da nova proposta da PMD; apoio de Eduardo Suplicy; cobertura da mídia; informe de que os dias parados serão pagos;
MAIO VIII (2 p.)	Boletim da campanha salarial: que vergonha: prefeitura, no desespero, ameaça trabalhadores. Greve é direito, descontar dias é truculência! (21 dias de greve)	Denúncia sobre retrocesso da PMD em descontar os dias parados; informe sobre o apoio da população ao movimento grevista; valorização dos participantes da greve; convocação de nova assembléia.
MAIO IX (4 p.)	Boletim da campanha salarial: POR RESPEITO E JUSTIÇA, NOSSA LUTA CONTINUA! Assembléia acata determinação judicial, suspende a greve e organiza mobilizações da categoria!	Informe dos resultados da última assembléia: servidores/as em greve suspendem o movimento em vista de decisão judicial; informe sobre proteção de assédio moral após o retorno das atividades; convite para retirada de carta de esclarecimento à população e convite de Festa da Solidariedade;

ANEXO IV: As pautas dos jornais/boletins do Sindema em 2011 (continuação).

MÊS	TÍTULO	PAUTA
MAIO X (4 p.)	Categoria Unida na Festa da Solidariedade, Respeito e Justiça: quem luta, conquista!	Noticia a Festa da Solidariedade (evento para criar um fundo de greve); manifestação contra o monopólio do banco Bradesco no financiamento do empréstimo consignado; divulgação dos novos valores para plano de saúde das/os servidoras/es; noticia início do acordo com PMD após o fim da greve; noticia aumento salarial do magistério (fruto do trabalho de revisão do estatuto). O aumento visa equiparar o salário de professoras/es de Educação Infantil e do Ensino Fundamental I aos do Ensino Fundamental II; anuncia os nomes das/os integrantes das 2 chapas que concorrerão à direção do sindicato (eleição em 8 e 9 de junho).
JUNHO (4 p.)	ELEIÇÕES SINDEMA 2011: vitória da chapa 1	Noticia resultado da eleição para a direção do sindicato (mandato 2011-2014); informe sobre a negociação do acordo pós-greve; noticia sobre a negociação dos dias parados na greve; Revisão do Estatuto do Magistério: informa sobre reunião em que foi feito resgate da história da revisão e proposta de documento que mostra as divergências entre sindicato e secretaria de educação e convida para próximas reuniões sobre o assunto, inclusive para uma em que serão tratados os assuntos das/os funcionárias/os operacionais e administrativos das escolas; opinião contrária ao monopólio do banco Bradesco no financiamento do empréstimo consignado; convite para festa junina (1/7/2011)
JULHO I (4 p.)	Sexta-feira tem assembléia, 17h30 no sindicato	Informe sobre a negociação do acordo pós-greve; convocação para assembléia em 8 de julho para conhecer acordo pós-greve.
JULHO II (2 p.)	Boletim da campanha salarial: Sindicato mostrou que a Prefeitura pode melhorar a proposta para 2011	Informe sobre estudo feito pelo sindicato a partir dos documentos solicitados e enviados pela PMD sobre situação dos cofres públicos.
AGOSTO (2 p.)	Assembleia Geral no Sindicato Segunda-Feira, 8 de agosto, 17h30	Informe sobre a negociação do acordo pós-greve; histórico do processo de greve; convocação para assembléia em 8 de agosto;

ANEXO IV: As pautas dos jornais/boletins do Sindema em 2011 (continuação).

MÊS	TÍTULO	PAUTA
SETEMBRO (4 p.)	Respeito à Lei do Piso e às conquistas do Magistério	Informe sobre a Lei do Piso (Lei 11.738/08) e situação do magistério de Diadema; posição contra as condições precárias da Frente de Trabalho; situação do Vale-Refeição; situação do início da discussão do PCSC; Informe sobre a negociação do acordo pós-greve; posição contra a terceirização na saúde: concursados precisam substituir a SPDM; informe sobre a Marcha das Margaridas (17/8/2011); benefícios para adesão ao plano de saúde; informe sobre o curso “segurança pública comunitária, direitos humanos e cidadania” oferecido pela Escola Nacional Florestan Fernandes (para GCM, direção de sindicatos e líderes comunitários).
OUTUBRO (8 p.)	28 de outubro: Dia do Funcionário Público	Notícias sobre greves de servidores públicos pelo país; reivindicação de vale-refeição para todos os servidores; convite para a 6ª Festa do Servidor Municipal; conquistas para as trabalhadoras e trabalhadores na situação de frente de trabalho; reposição dos dias de greve na educação; informação sobre aposentadoria integral para portador de Alzheimer; conquista de vale-transporte para todos os servidores; PCSC começa a ser discutido; Revisão do Estatuto do Magistério: nova minuta tenta chegar a consenso a partir das discussões da categoria; início da discussão sobre aposentadoria especial; notícia sobre financiamento público na saúde; notícia sobre eleição no Conselho Regional de Enfermagem; denúncia sobre as más condições de trabalho no Hospital Municipal; criação do cargo de Agente Comunitário de Saúde; Educação (toda a pauta do setor permeada por textos de Paulo Freire) homenagem ao dia do professor remetendo-se a uma professora que acabara de se aposentar; situação da eleição de diretoras e vice diretoras; anúncio dos novos representantes do Conselho do Fundeb e suas atribuições; divulgação da Marcha Nacional “10 mil pelos 10% da educação”; divulgação dos convênios estabelecidos entre o sindicato e outras instituições.
DEZEMBRO (4 p.)	Vamos tecer um 2011 da atitude, da ação, da transformação social e da realização dos nossos sonhos. Um Feliz Natal e um Próspero Ano Novo!	Retrospectiva sobre a atuação e os serviços prestados pelo sindicato.

ANEXO IV: As pautas dos jornais/boletins do Sindema em 2011 (continuação).

MÊS	TÍTULO	PAUTA
NOVEMBRO (4 p.)	Por que o cartão de alimentação continua só com R\$ 150,00? Queremos solução	Denúncia sobre situação do Vale-Alimentação; divulgação de datas de reuniões sobre negociação de acordo pós-greve e da revisão do estatuto do magistério; esclarecimento sobre criação de cargos públicos; denúncia sobre baixos salários de funcionárias/os terceirizadas/os; negociação sobre agente comunitário de saúde; participação de diretoras do sindicato de marcha em Brasília em prol da jornada de 30h para a enfermagem; informe sobre participação do magistério na discussão da revisão do estatuto; divulgação da eleição de diretoras e vice-diretoras das escolas; opinião sobre a proposta de fim da integração de ônibus nos terminais da cidade; anúncio do final do curso “segurança pública comunitária, direitos humanos e cidadania”; divulgação dos convênios estabelecidos entre o sindicato e outras instituições; balanço da Festa do Servidor Municipal.
DEZEMBRO (4 p.)	Vamos tecer um 2011 da atitude, da ação, da transformação social e da realização dos nossos sonhos. Um Feliz Natal e um Próspero Ano Novo!	Retrospectiva sobre a atuação e os serviços prestados pelo sindicato.